Universidade de São Paulo (USP).

F.F.L.C.H.

Programa de História Econômica do
Departamento de História.

São Paulo: 2012.

Um Partido, Duas Táticas: Uma história organizativa e política
do Partido Comunista Brasileiro (PCB), de 1922 a 1935.

Dissertação de Mestrado.

Orientador: Lincoln Ferreira Secco.

Mestrando: Apoená Canuto Cosenza.

Agradecimentos.

Expresso minha gratidão aos que colaboraram para que fosse possível a produção dessa pesquisa:

Primeiramente, agradeço a CAPES, pela concessão de uma bolsa de mestrado que permitiu que eu me dedicasse exclusivamente à pesquisa.

Agradeço ao meu orientador Professor Lincoln Ferreira Secco, que teve participação direta em minha formação acadêmica.

Aos colegas do Núcleo de Economia Política e História Econômica da USP (NEPHE-USP), e aos colegas do Laboratório de Economia Política e História Econômica da USP (LEPHE-USP), pelas inúmeras discussões e reuniões de estudo.

Agradeço aos funcionários da Pós-Graduação do Departamento de História, por sempre se apresentarem prestativos quando por mim procurados.

À minha família, por todo apoio prestado nos mais diversos momentos.

Aos meus amigos, em especial ao Lou Caffagni, que foi um importante interlocutor.

E, principalmente, a Letícia Maria Vieira, minha companheira, que deu grande apoio moral e foi uma interlocutora fundamental.

Sumário

Resumo	5
Introdução	7
Periodização	8
O objeto da pesquisa	12
Teoria explicativa	14
Método de análise.....	16
Método de exposição	17
A República Velha.....	19
Debate historiográfico e algumas das teorias analíticas para a República Velha ..	20
A economia na República Velha	25
O Proletariado e o movimento operário	30
O Governo e a estrutura institucional da República Velha.....	34
As Oligarquias e os Conflitos Internos	38
O exército e a questão militar na República Velha	42
A Crise e O Tenentismo	46
Os antecedentes e a gênese do Tenentismo.....	47
Os levantes tenentistas e a coluna Prestes.	49
A Conspiração e a Revolução de 1930.....	54
A disputa pelo poder pós 1930 e as Forças componentes.	57
A influência tenentista.....	59
O conflito entre as forças componentes e a virada política de 1932.....	63
A queda do Tenentismo e o surgimento da Aliança Nacional Libertadora.....	67
O PCB e a repressão.	70
Características da Repressão	70
A Repressão bruta: 1922 a 1926	72

Exposição do movimento, 1926 a 1930.	75
De 1930 a 1932: o protofascismo como política de repressão.	79
O novo modelo do aparato repressor: de 1933 em diante.	82
A infiltração de 1933 a 1935.	86
O Advento do PCB (1922 a 1935).	91
A militância do Partido Comunista.	92
Os Documentos oficiais sobre a estrutura e linha do PCB.	98
As correspondências do PCB.	109
O PCB e a sua organização inicial, de 1922 a 1925.	112
Duas políticas. O PCB de 1926 a 1929.	118
A crise e o Partido Comunista. O PCB de 1930 a 1935.	122
A Ação de Massas do PCB.	129
Juventude Comunista.	130
Comitê de Mulheres Trabalhadoras.	140
O Socorro Vermelho.	141
O Movimento Sindical.	143
O Bloco Operário e Camponês.	150
Aliança Nacional Libertadora.	151
Os Jornais Como ferramenta Organizativa.	156
Os jornais e o Partido.	162
Conclusão.	165
A explicação pecebista.	167
Outra perspectiva.	168
Bibliografia.	173
Documentos.	177

Resumo

Nessa dissertação, realizou-se um estudo sobre a história organizativa e política do Partido Comunista Brasileiro (PCB), de 1922 a 1935. Durante o período analisado, o Partido passou por duas mudanças no conjunto tático adotado. No entanto, passou por quatro linhas estratégicas diferentes.

De 1922 a 1929, adotou um conjunto tático de estilo subcultural. Buscou se tornar o representante máximo do proletariado e das massas trabalhadoras, adotando formas de lutas pacíficas. De 1930 a 1934, o PCB passou por um período de luta interna acirrado, abandonando o estilo subcultural. Ao final de 1934 e até o início de 1936, foi adotado pela organização o estilo da luta direta pelo poder.

No entanto, de 1922 a 1925, o PCB teve como linha estratégica a autoconstrução como ferramenta de luta. Era mais importante organizar o Partido do que combater um inimigo específico. De 1926 a 1929, foi adotada a linha estratégica de Frente Única, mas negando-se a realização de coalisões. De 1930 a 1933, foi adotada a linha denominada “classe contra classe”, que negava a possibilidade de qualquer aliança com a pequena burguesia radicalizada. De 1934 a 1935, foi adotada a linha da Frente Popular, que significou a atuação através da Aliança Nacional Libertadora (ANL).

Durante os treze anos que vão de 1922 a 1935, houve debilidade na capacidade organizativa. Os membros do partido eram frequentemente presos e as direções nacionais sempre tiveram dificuldades em manter contatos com as direções regionais e essas com os órgãos de base.

Na prática, tratou-se de uma organização que não possuía quadros revolucionários formados. A ausência de quadros é o que explica a incapacidade de formular táticas eficazes. E mesmo as táticas formuladas eram, em geral, mal aplicadas, como observavam os próprios militantes à época.

Palavras chave: Partido Comunista, PCB, história organizativa, história do trabalho.

Resume

In this dissertation, it was carried out a study on the organizational and political history of the Brazilian Communist Party (PCB), 1922-1935. During the analyzed period, the Party went through two tactical changes. However, it went through four different strategic lines.

From 1922 to 1929, it adopted the subcultural tactical style. It sought to become the highest representative of the proletariat and the working masses, adopting forms of peaceful struggle. From 1930 to 1934, the PCB has gone through a period of internal fighting, abandoning the subcultural style. At the end of 1934 and by early 1936, it adopted the style of direct struggle. However, from 1922 to 1925, the PCB had as a strategic line the self-construction. It was more important to organize the party than to fight a specific enemy. From 1926 to 1929, it adopted the strategic line of the United Front, but denying the realization of coalitions. From 1930 to 1933, it adopted the line "class against class", which denied the possibility of any alliance with the radicalized small bourgeoisie. From 1934 to 1935, it adopted the line of the Popular Front, which meant acting through the *Aliança Nacional Libertadora* (ANL).

During the thirteen years from 1922 to 1935, there were problems at its leaderships have always had difficulty maintaining contact with regional leaderships and militants.

In practice, it was an organization that had no revolutionary cadres formed. The absence of revolutionary cadres is what explains the inability to build effective tactics. And even if the tactics were formulated, it was generally misapplied. Keywords: Communist Party, PCB, organizational history, labor history.

“A subjetividade do conteúdo substantivo de tal ideal (o ideal de juventude) implica não apenas uma oposição ao mundo tal qual ele é, como também a urgência de eliminar tal oposição, pela realização do ideal.”

G.W.F Hegel
Enciclopédia, p 396, Addendum. Obras.
Belim, 1845

Introdução

Pretende-se na presente dissertação apresentar um estudo sobre a história organizativa e política do Partido Comunista Brasileiro (PCB)¹ de 1922 a 1935. O período inclui a fundação do Partido Comunista Brasileiro em 1922, o crescimento e mudanças internas até 1935, quando liderou o Levante de 1935 da Aliança Nacional Libertadora (ANL). O resultado do Levante foi a aniquilação temporária do Partido Comunista no Brasil.

Já existem estudos sobre partes do período de 1922 a 1935, utilizando diferentes abordagens. No entanto, a bibliografia estudada não tratou de forma contundente a história organizativa do PCB, e como consequência falta uma teoria explicativa para a mesma. O Partido Comunista do Brasil no período foi analisado do ponto de vista de sua inserção social, das políticas que aplicou, de quais alianças fez e quais resultados ele obteve. Mas falta um balanço do fluxo de militantes e do surgimento e uso de frentes de massas. Tais informações são cruciais para que seja possível realizar uma análise teórica da história do PC brasileiro.

É claro que a história organizativa do Partido Comunista não se separou de sua história política. A organização política existia em função dos objetivos traçados e da conjuntura existente. Portanto, para entender a organização, é necessário estudar também em que contexto se desenvolveu, quais foram seus objetivos nos diferentes momentos e qual foi a sua composição.

¹ “Partido Comunista, Seção Brasileira da Internacional Comunista” foi denominado oficialmente de Partido Comunista do Brasil, com sigla PCB. No entanto, por ser o único partido comunista no Brasil na época, era denominado indistintamente por seus militantes como: Partido Comunista Brasileiro, Partido Comunista do Brasil, Partido Comunista, ou apenas Partido.

Esta dissertação foi produzida buscando responder as seguintes questões: “Quais foram as mudanças que o PCB sofreu durante o período de 1922 a 1935 e quais foram as razões das mesmas?”. Note-se que não foi objetivo dissertar apenas sobre as mudanças na linha política do Partido Comunista do Brasil, mas desejou-se verificar se as mudanças de linha significaram efetivamente uma mudança na organização.

Periodização

O autor que apresentou uma explicação analítica geral para a história do Partido Comunista Brasileiro, realizando uma periodização dos diferentes momentos históricos vividos pelo PCB foi Ronald H. Chilcote, em sua obra *Partido Comunista Brasileiro, conflito e integração*. Segundo tal autor, que buscou uma base teórica em Jan Triska, os movimentos comunistas podem adotar três estilos diferentes de atuação: (1) o eleitoral; (2) o subcultural; e (3) o revolucionário. Ainda segundo Chilcote, o PCB adotou em 1927 o estilo eleitoral como ferramenta de propagação política. Mas, explica o autor, predominantemente, entre 1925 e 1929 o PCB utilizou o estilo subcultural. De 1930 até 1935 o Partido passou, segundo Chilcote, por um processo de isolamento em relação às camadas marginalizadas da sociedade, voltando a ter peso político maior com o advento da ANL. Em 1935, o PCB teria adotado o estilo revolucionário com a realização do Levante².

A tese de Ronald H. Chilcote permite realizar a seguinte periodização: (a) 1922 – 1925, período inicial de formação do PCB; (b) 1925-1926, período de atuação subcultural; (c) 1927, momento de adoção pontual de estilo eleitoral como ferramenta de propaganda; (d) 1928-1930, período de atuação subcultural; (e) 1930-1934, período de luta interna e isolamento político; (f) 1935, momento de adoção do estilo revolucionário, seguido pelo desmonte temporário do Partido.

O termo *estilo revolucionário*, utilizado por Jan Triska, e posteriormente por Chilcote, pode gerar divergências de conceptualização. A definição do que é a *atuação*

² CHILCOTE, Ronald H. *PCB, Conflito e Integração*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982. Pg.174-177.

revolucionária varia de autor para autor, de uma linha política e teórica para outra. No entanto, se mudarmos o termo *estilo revolucionário* para *estilo de ação direta*, o conteúdo proposto pelo autor continua, e as divergências tendem a diminuir.

Chicolte não aprofundou seu estudo sobre o período em questão, apresentado como dados que corroborassem sua hipótese sobre as mudanças das linhas políticas do Partido, em especial a comparação entre as teses dos congressos do PCB³. Contudo, apresentou as bases iniciais para a produção de uma teoria interpretativa da história do PCB.

A obra *Partido Comunista Brasileiro, conflito e integração*, de Chilcote, é extremamente rica no número de variáveis e fenômenos que aborda. Justamente por tratar de tantas questões que o autor pôde elaborar uma teoria geral explicativa para a história do Partido. No entanto, o autor abordou um período longo (de 1922 a 1971) e possuía dados precários para a análise. O cálculo do número de militantes do PCB feito por Chilcote é uma estimativa geral, que carece de dados mais precisos e de uma análise estatística. Não foi utilizado como fator explicativo, mas sim apresentado como quadro geral.⁴

Ainda assim, pode-se verificar que a periodização proposta por Chicolte parece expressar mudanças reais sofridas pelo Partido. Caso se considere o restante da historiografia disponível sobre o PCB de 1922 a 1935, destacam-se os autores Michel Zaidan Filho, Marcos Del Roio e Marly Vianna. Todos os citados traçaram periodizações com base nas mudanças sofridas pela organização em questão.

Michel Zaidan analisou a história do PCB sob o ponto de vista de sua linha política e a relação com a Internacional Comunista. Em sua obra *Comunistas em Céu Aberto* tratou da elaboração política do PCB nos anos vinte. Para isso considerou: “a formação prévia dos primeiros dirigentes comunistas brasileiros”, “a relação do PCB com a Internacional Comunista” e “a política sindical do PCB”⁵. Diante da análise de tais fatores, Zaidan realizou dois níveis de periodização: (1) O primeiro abarca todo o período de 1922 até 1930, considerando que a partir de então teria havido uma

³ CHILCOTE, Ronald H. *PCB, Conflito e Integração*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982. Pg.290-291.

⁴ CHILCOTE, Ronald H. *PCB, Conflito e Integração*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982. Pg.182.

⁵ ZAIDAN, Michel. *Comunistas em Céu Aberto, 1922-1930*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989. Pg.132-135.

mudança brusca na linha e atuação do Partido; (2) o segundo nível abarca o período de 1922 a 1929 e o subdividiu nos seguintes períodos: (a) 1922 a 1924; (b) 1925-1928; (c) 1929-1930.

O período (a), de 1922 a 1924, teria sido marcado pela primeira elaboração teórica do PCB e das primeiras tentativas de aproximação com os movimentos revoltosos da pequena burguesia (tenentistas). Nesta época, ainda não havia sido formada a Seção Sul-americana da Internacional Comunista, o que permitiu ao PCB “produzir uma elaboração teórico-prática mais específica, mais colada à sociedade brasileira”⁶.

O período (b), de 1925 a 1928, seria marcado pela atuação através do Bloco Operário, e posteriormente Bloco Operário e Camponês (BOC). A proposta era atuar através de um bloco de união das diversas forças operárias nos espaços institucionais. No campo sindical, a busca desta unidade das forças operárias se expressava através de esforços pela formação de uma Central Geral dos Trabalhadores. Tal esforço perdurou por toda a década de 1920.⁷

O período (c), 1928 e 1930, foi o momento em que a Internacional Comunista começou a ter mais influência sobre a política do PCB, segundo Zaidan. Foi no III Congresso do PCB, realizado nos últimos dias de 1928 e início de 1929, que o “PCB deixaria trair, pela primeira vez, a influência direta da estratégia da Internacional Comunista (IC) para os países coloniais e semicoloniais”⁸. Esse afastamento da política própria do Brasil foi o que levou, para o autor, o PCB a se distanciar também dos movimentos políticos próprios do país, se afastando do processo revolucionário de 1930.⁹

Marcos Del Roio, na obra *A Classe Operária na Revolução Burguesa*, estudou as políticas de aliança do PCB de 1928 até 1935. Traçou, a partir dessas políticas de

⁶ ZAIDAN, Michel. *Comunistas em Céu Aberto, 1922-1930*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989. Pg.14-22.

⁷ ZAIDAN, Michel. *Comunistas em Céu Aberto, 1922-1930*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989. Pg.30-114.

⁸ ZAIDAN, Michel. *Comunistas em Céu Aberto, 1922-1930*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989. Pg. 51.

⁹ ZAIDAN, Michel. *Comunistas em Céu Aberto, 1922-1930*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989. Pg.139.

aliança, uma periodização do momento histórico que analisou. Para o autor, o período pode ser dividido em 3: (I) até 1929; (II) 1930-1932; (III) 1933-1935.

O período (I), de meados de 1926 até 1929 foi marcado por uma política sindical da construção da unidade entre as forças que defendiam os interesses da classe operária. Foi marcado pela atuação pró Central Geral dos Trabalhadores do Brasil e pela atuação através do Bloco Operário e Camponês (BOC)¹⁰.

O período (II) começou após a intervenção da Internacional Comunista no PCB em 1929, e foi marcado pela desarticulação do antigo grupo dirigente do Partido. De 1931 a 1932 vigorou a *política obreirista*, marcada, segundo o autor, por uma perspectiva economicista-voluntarista. Del Roio destacou:

“Aquele grupo dirigente que começou a se configurar em meados de 1927 estava desarticulado, vítima da intervenção direta do SSA-IC, sob controle stalinista, e pela repressão policial desencadeada pelo Estado (...). A intervenção da SSA-IC impôs uma linha política que teve como resultado o isolamento político dos comunistas”¹¹

O período (III), de 1933 a 1935 seria marcado pela mudança de linha do PCB em direção à busca de uma Frente Popular na luta contra o fascismo. Essa fase seria marcada pela formação de organizações de massas voltadas à luta anti-imperialista e anti-fascista. A Conferência Nacional do PCB de 1934 confirmou a linha de criação de uma frente ampla pela base, ou seja: a frente ampla consolidada por criação de comitês amplos de base, ao invés de acordos de cúpula entre distintas forças políticas (o que na prática é contrário à política de coalisão em que é fundada a linha da frente popular).

Del Roio destacou que naquele período ainda não era linha da Internacional Comunista a prioridade da formação de frentes populares anti-fascistas. Só passou a sê-lo após agosto de 1935, quando Dimitrov, que assumiu a direção da Internacional, fez seu famoso pronunciamento, alertando a ofensiva do fascismo. Já

¹⁰ ROIO, Marcos Del. *A Classe Operária na Revolução Burguesa, A política de alianças do PCB: 1928-1935*. Belo Horizonte, Oficina de Livros: 1990. Pg.47-67.

¹¹ ROIO, Marcos Del. *A Classe Operária na Revolução Burguesa, A política de alianças do PCB: 1928-1935*. Belo Horizonte, Oficina de Livros: 1990. Pg.190-199.

em início de 1935 o PCB teria formado a ANL, que era, para a direção do Partido, a Frente Popular pela qual o Partido Comunista deveria agir.¹²

Para Marly Vianna, o período entre agosto e setembro de 1934 foi um divisor de águas para o PCB. Vianna considera que a partir de 1929 o Partido Comunista passou a ter sucesso no recrutamento de militares para os seus quadros de militância, e que este quadro conseguiu se preservar da lua interna do PCB que se desencadeou na primeira metade da década de 1930. Na obra *Revolucionários de 1935*, a autora expressa:

“Considero que essa data encerra mais uma fase da vida do PCB. A ida da delegação para Moscou, o ingresso de Prestes no Partido (agosto), as reuniões conjuntas que se realizavam na capital soviética, o crescimento da ofensiva integralista e da repressão do governo ao movimento popular e, principalmente, os entendimentos entre os grupos antifascistas para formar uma frente de mobilização democrática contra os integralistas, se não mudaram o pensamento político da direção partidária, deram novos contornos à sua ação”¹³.

Portanto, a historiografia em geral corrobora em maior ou menor precisão o recorte temporal realizado por Chilcote. A periodização conjunta que nasce da análise das obras citadas leva à percepção que a teoria proposta por Ronald H. Chilcote parece estar correta. No entanto, os diferentes autores estudaram temas diversos, e períodos diversos. Nenhum deles se aprofundou nas mudanças organizativas e políticas do PCB durante todo o período de 1922 a 1935. Ainda que sejam somados à lista autores como Deines Karepovs, ou mesmo Astrogildo Pereira, não serão encontradas análises dedicadas às mudanças organizativas do PCB.

O objeto da pesquisa

O objeto da presente pesquisa é a história organizativa e política do PCB nos anos de 1922 a 1935, buscando averiguar se a periodização proposta por Ronald H.

¹² ROIO, Marcos Del. *A Classe Operária na Revolução Burguesa, A política de alianças do PCB: 1928-1935*. Belo Horizonte, Oficina de Livros: 1990. Pg.237-282.

¹³ VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35, sonho e realidade*. São Paulo: Companhia Das Letras, 1992. Pg.61.

Chilcote expressa mudanças ocorridas no Partido Comunista e as razões de tais mudanças. Tal estudo inclui (1) a linha política geral do PCB; (2) o fluxo de militantes do Partido; (3) a atuação do Partido; (4) as frentes de massa através das quais o PCB atuou; e (5) a conjuntura política da época.

A (1) linha política oficial do PCB, se comparada minuciosamente, pode gerar um trabalho extenso à parte. No entanto, uma comparação geral precisa ser a base de qualquer trabalho que busque desvendar as mudanças históricas ocorridas no Partido Comunista no Brasil. Isso porque ela expressa as mudanças de forma clara e é a declaração oficial de época do Partido sobre as mudanças que ele mesmo realizava em sua organização.

A análise do (2) fluxo de militantes do Partido, assim como uma análise quantitativa da organização política do PCB, permite colocar em evidência os processos históricos pelos quais este passou. As mudanças quantitativas na composição do Partido, nas correspondências e nos jornais, colocam em evidência as mudanças qualitativas experimentadas pela organização.

A reflexão sobre (3) a atuação política do PCB permite ao pesquisador discernir o que foi o Partido Comunista na sua atuação prática. Um partido político não é apenas seu estatuto, mas sim as posições que defende cotidianamente e as ações que realiza. Assim, quando se fala das mudanças experimentadas por um partido, está se falando das mudanças na forma de atuação e objetivos do mesmo.

As (4) frentes de massa são ferramentas de atuação e organização de grande importância para um Partido Comunista. Era um método dos comunistas também no Brasil utilizar organizações intermediárias, que podiam ou não estar diretamente subordinadas ao Partido. Nas palavras de Stalin:

“O proletariado tem toda uma série de outras organizações, sem as quais não pode lutar com êxito contra o capital: sindicatos, cooperativas, organizações de fábrica, grupos parlamentares, associações de mulheres sem partido, imprensa, organizações culturais, educativas, federações de jovens, organizações revolucionárias de combate. (...) A imensa maioria dessas organizações não são organizações de partido e somente uma parte delas adere diretamente ao Partido ou constitui uma das suas ramificações. (...) Pergunta-se: quem determina a linha, a direção comum, segundo a qual todas essas organizações devem desenvolver o seu trabalho? (...) Esta organização é o Partido do

proletariado. O Partido tem todos os requisitos para esse papel, porque, em primeiro lugar, o Partido é o ponto em torno do qual se reúnem os melhores elementos da classe operária, que mantêm laços diretos com as organizações proletárias sem partido e que com freqüência as dirigem”¹⁴

No entanto, a análise dos elementos supracitados depende também da observação da (5) conjuntura política da época. A conjuntura é, para a história política e organizativa do PCB, mais do que um cenário. Ela é uma variável que explica em grande medida os fenômenos que são observados. A conjuntura possui um alto grau de explicação nas mudanças sofridas pelo Partido Comunista Brasileiro, de 1922 a 1935. Somente através desse tipo de leitura é possível detectar as forças políticas e sociais que buscaram o aniquilar. Entende-se através dessa quais eram os inimigos e quem eram os aliados do PCB, e no que isso influenciou a estrutura do mesmo.

Teoria explicativa

Diante da pesquisa realizada, foi possível a produção de uma teoria explicativa para os fenômenos observados. Os fenômenos condizem com a periodização encontrada por Chilcote. Aprofundando a análise, foi possível observar que de 1922 a 1924 o PCB passou por um período de organização inicial do Partido e de formulação de suas linhas políticas, levando em conta a discussão internacional existente no período. De 1922 a 1924, a Internacional Comunista estava ainda formulando suas primeiras diretrizes para organização massiva dos Partidos Comunistas distribuídos pelo mundo. A diretriz inicial era buscar a realização da revolução em um futuro próximo, mas pouco estava determinado para os Partidos existentes fora da Europa.

De 1925 até 1929, o Partido Comunista passou por um período de construção de uma linha política que mais tarde seria chamada internamente no PCB de *Astrogildismo*. Tal linha, no entanto, não era o personalismo em torno do Secretário-Geral do Partido Comunista Brasileiro na época, Astrogildo Pereira. Tratava-se de

¹⁴STALIN, J.V., *Sobre os Fundamentos do Leninismo*, in <http://www.marxists.org/portugues/stalin/1924/leninismo/index.htm>, ultimo acesso em 14/06/2012.

uma estratégia baseada na busca pela afirmação do PCB como representante da classe operária, na constituição de uma política de alianças entre as forças políticas dos trabalhadores para colocar o PCB na liderança das camadas populares e da organização da massa trabalhadora. Baseava-se na linha política de formação de uma frente única com organizações operárias. Tal estratégia não teve êxito quantitativo e qualitativo, visto que sucumbiu diante da violência que era a República Velha a partir de 1928. Essa estratégia de afirmação do PCB como Partido da Classe Trabalhadora se fez também através de um processo de diferenciação do mesmo em relação às forças revolucionárias nascentes no período, em especial o movimento tenentista. Embora tenha havido diálogo entre as duas forças, o Partido optou por se tornar um rival do tenentismo, ao menos nessa fase.

De 1930 a 1934, o Partido passou por uma luta política ferrenha, ao passo que tentava se adaptar ao novo cenário político. A disputa interna significava grande oscilação que, por vezes, colocou em xeque o trabalho do PCB. Tal expressava justamente as mudanças e adaptações na sua organização interna. Ao criticar acerbamente a Revolução de 1930, o PCB passou por isolamentos políticos, mas conseguiu atrair para si descontentes com o processo revolucionário, tanto entre a classe trabalhadora como entre os tenentistas de esquerda.

A entrada de tais tenentistas no Partido significou uma mudança da forma de atuação do Partido. Em 1933, os militantes do PCB em pouco lembravam os militantes de 1927. Progressivamente, os tenentistas ganharam importância dentro do Partido. Em 1934, a linha do Tenentismo de esquerda obteve uma grande vitória dentro do Partido Comunista. Tanto o Comitê Central como a forma de militância foram remodelados para melhor se encaixarem nas aspirações e lógica política dos tenentistas. Portanto, tratava-se agora de um partido diferente política e fisicamente, em relação aquele que podia ser encontrado cinco anos antes. Houve uma mudança drástica no conjunto tático adotado pela organização.

Existiu, portanto basicamente três períodos do ponto de vista do conjunto táticos adotado. De 1922 a 1929, houve a adoção de conjunto tático de infiltração junto a massas e busca de respaldo diante da mesma. De 1930 a 1933, houve indefinição de estratégia geral e desarticulação das táticas adotadas. De 1934 a 1935, adotou-

se um estilo de confronto direto contra o regime, havendo desacordo dentro do partido de qual conjunto tático seria necessário para garantir a vantagem na conflagração do confronto.

Na aplicação dos diferentes conjuntos táticos, o PCB sofreu derrotas a todos os momentos. Todas as vitórias adquiridas foram pontuais, e algumas delas nada mais foram do que armadilhas montadas contra o Partido. A alteração de conjunto tático adotado se justifica quando haja mudança no quadro da correlação de forças, ou houve mudança da postura adotada pelo adversário¹⁵. Tal faz necessário adotar novas táticas para impor derrotas ao inimigo. No caso do Partido Comunista Brasileiro, ao invés de se reconhecer os problemas operacionais e a necessidade de ajustes táticos, a postura foi criticar a concepção estratégica e política adotada no período anterior.

Tratava-se de um partido inexperiente, com uma direção política despreparada para o tamanho da tarefa que lhe era colocada. Os militantes não tiveram preparo nem maturidade para lidar com a força da repressão e obter vitórias contra seu inimigo. As mudanças sofridas na linha política e na organização do PCB foram, portanto, frutos de derrotas do Partido e de mudanças conjunturais ocorridas à revelia da atuação do mesmo.

Método de análise

Para a realização desta pesquisa foi necessária a análise de documentos primários, livros e memórias de militantes comunistas da época. As fontes primárias tratadas foram (a) os jornais do PCB e dos sindicatos em que o Partido atuava entre 1922 e 1935, disponíveis no Arquivo Astrogildo Pereira, no arquivo CEDEM-UNESP; (b) as correspondências entre o Partido Comunista Brasileiro e a Internacional Comunista,

¹⁵ Sobre a necessidade de mudança no conjunto tático adotado em diferentes momentos da luta de classes, ver: BARBOSA, Wilson. *Formas de Luta*. in Revista Moura. São Paulo: Ano 2, nº 3. 2010.

disponíveis no arquivo Internacional Comunista, no CEDEM UNESP; (c) documentos sobre os tenentistas, disponíveis na obra antológica de Carone, *O Tenentismo*¹⁶.

A base historiográfica e as memórias dos militantes forneceram ao pesquisador elementos de conhecimento e base teórica para a análise documental. Para tal, foi realizada uma leitura que resultou na comparação bibliográfica sobre o tema.

Os documentos primários foram analisados inicialmente de forma quantitativa, de acordo com seus temas e formato. Tanto os jornais como as correspondências foram categorizadas e analisadas estatisticamente. Tal análise estatística colocou em evidência certos fenômenos, deixando claro quais foram os anos de mudanças na organização do Partido.

Com base nos dados adquiridos através da análise quantitativa dos documentos, da análise historiográfica sobre o PCB e das informações fornecidas pelas memórias de militantes do Partido, foi possível uma análise qualitativa dos documentos, buscando abordar o objeto de pesquisa: “(1) a linha política geral do PCB, (2) o fluxo de militantes do Partido, (3) a atuação do Partido, (4) as frentes de massa através das quais o PCB atuou e (5) a conjuntura política da época”.

Por fim, diante do trabalho analítico, foi possível tecer uma hipótese que apontasse uma resposta para a pergunta inicial da pesquisa. A hipótese nada mais era do que uma teoria explicativa para as razões das mudanças experimentadas pela organização política intitulada “Partido Comunista do Brasil (PCB)”.

Método de exposição

Como não podia deixar de ser, o método de exposição da presente pesquisa difere do método de análise utilizado para chegar aos resultados atingidos. Enquanto o método de análise partiu da classificação dos documentos e se desenvolveu na busca pela compreensão de cada aspecto do objeto de pesquisa, o método de explicação só pode se organizar a partir da teoria explicativa alcançada.

¹⁶ Trata-se do livro: CARONE, Edgar. *O Tenentismo*. São Paulo: Difel, 1973.

Assim, ao invés de organizar a dissertação ao redor dos pontos (1) a linha política geral do PCB, (2) o fluxo de militantes do Partido, (3) a atuação do Partido, (4) as frentes de massa através das quais o PCB atuou e (5) a conjuntura política da época, o pesquisador desenvolveu outra abordagem.

A dissertação está organizada da seguinte forma: (A) Discussão historiográfica sobre a República Velha com apontamentos do pesquisador sobre o impacto das características do regime para o Partido Comunista; (B) Análise sobre o Tenentismo como força social e força política com base na leitura bibliográfica, apontando o processo de aproximação de um setor tenentista com o PCB; (C) Levantamento da repressão política ao movimento operário e ao movimento comunista durante o período analisado; (D) Apresentação de quais foram as mudanças organizativas e políticas sofridas na organização e composição interna do PCB de 1922 a 1935; (E) Apresentação das mudanças na forma de atuação política do PCB e no conteúdo da política propagada pelo Partido de 1922 a 1935; e (F) Análise das razões das mudanças sofridas pelo PCB de 1922 e 1935, à luz dos dados levantados.

A República Velha

Um partido político existe, a princípio, para aglutinar e organizar indivíduos que pretendem intervir em uma conjuntura histórica. Um partido é, em teoria, um meio para o fim proposto por sua direção política, com a qual um grupo de pessoas concorda. Para entender a organização de um Partido, seja ele qual for, é necessário antes ao menos conhecimento da conjuntura em que ele pretendia interagir. É necessário conhecer ao menos por nome as forças políticas e sociais com as quais ele se defrontou. Portanto, antes de apresentar o que foi o PCB, quais as mudanças históricas que sofreu, e de se discorrer sobre uma teoria explicativa para os processos de alteração dentro do Partido Comunista Brasileiro, é fundamental uma breve apresentação do que foi a República Velha. Deve-se ter em mente que um partido que visa tomar o poder político para realizar a posterior mudança da sociedade (conforme palavras usadas pelos documentos internos do PC Brasileiro), torna-se automaticamente inimigo da força que está no poder. Trata-se, portanto, de identificar que força era essa, e em que condições era exercido o poder.

Nesse capítulo serão apresentados alguns dos aspectos da República Velha, que durou de 1889 até 1930. Alguns dados econômicos serão apresentados, mas o foco da descrição será a estrutura política e social do regime. Não se pretende aqui analisar os meandros do funcionamento dessa estrutura. Portanto, não se pretende aqui apresentar uma nova leitura sobre República Velha, nem trazer as novas tendências historiográficas sobre o assunto. A base bibliográfica utilizada basta, com considerável grau de precisão, para identificar a força política a qual o PCB se opunha.

O período foi marcado por uma estrutura de corrupção, violência e intolerância. Nessa conjuntura, o espaço para a oposição era pequeno e o uso da força para a solução dos problemas era fator comum nas disputas políticas. Todas as organizações políticas tiveram que lidar com essas características do regime da época.

No caso do PCB, essa intolerância política que marcou a República Velha significava atuar na ilegalidade por quase todo o período de 1922 a 1930. Prisões de militantes eram constantes. A apreensão de material trouxe, por mais de uma vez, grandes prejuízos materiais e políticos para o Partido Comunista. Houve momentos mais difíceis que outros, momentos em que a repressão policial fechava o cerco. Ou, contrariamente, o relaxava. Esses momentos de contração e relaxamento da repressão explicam algumas das oscilações sofridas na organização do Partido Comunista. Além disso, era a busca pela compreensão do processo histórico que o Brasil vivia o que guiava a formulação da política futura do PCB. Ao menos em tese.

Debate historiográfico e algumas das teorias analíticas para a República Velha

Qualquer período histórico pode ser interpretado de mais de uma maneira. Diferentes autores dão importância a diferentes fenômenos e sujeitos ao analisar um mesmo momento histórico. O caso do período da República Velha não é diferente. No entanto, há certo acordo na historiografia brasileira quanto algumas características sobre a época.

Talvez tal seja fruto da vitória da Revolução de 1930. As forças dirigentes da revolução em questão imprimiram na história a sua interpretação. Ao tomar o poder provaram que as acusações feitas contra o velho regime eram verdadeiras. Muito da concordância do que era a República Velha tem raízes justamente nas acusações feitas na época anterior a Revolução. Ou talvez as concordâncias sejam fruto não da vitória da Revolução de 1930, mas da análise da própria estrutura política e social do período entre 1889 e 1930. Traços de essência do regime foram captados por diferentes historiadores justamente por estes terem se proposto a buscar tal essência.

Entre os autores que trataram sobre o período de 1889 a 1930, cinco se destacaram. Foram eles: Edgar Carone, Nelson Werneck Sodré, Leôncio Basbaum, José Maria Bello e Helio Silva. É possível ainda somar a estes Caio Prado Júnior, que escreveu um artigo em 1937 sobre a República Velha, mas tal artigo jamais foi

publicado. Todos os autores supracitados concordam quanto ao caráter agrário da República Velha. Não apenas o sistema econômico era baseado na agricultura como a forma política tinha traços tipicamente agrários.

Edgar Carone, na obra *A República Velha*, realizou uma análise detalhada da economia, das instituições e das forças políticas atuantes durante a mesma. Em sua análise chegou à conclusão que o período de 1889 a 1930, em especial a partir de 1910, foi um período de profundas contradições, em que o Brasil foi dependente das exportações agrárias. A estrutura política foi organizada de forma a manter o poder na mão das oligarquias, que contavam com forças repressoras próprias. Ao mesmo tempo, começava a surgir maior número de membros da pequena burguesia que tinham interesses em participar da vida política. Sem achar espaço nesta, o instrumento encontrado por tal grupo social foi o exército. Surgiu também o operariado, que defendia seus próprios interesses, entrando em conflito com o regime estabelecido. Para o autor em destaque, o regime estava organizado de forma que apenas interessava à oligarquia agrária. Quando ocorreu uma crise econômica importante, as demais forças sociais, e mesmo oligarquias dissidentes, viram a possibilidade de derrubar a República Velha. É o processo de derrocada do regime que Edgar Carone analisou com maior detalhe na obra *Revolução do Brasil Contemporâneo*.¹⁷

Nelson Werneck Sodré, na obra *História Militar do Brasil* realizou uma leitura diferente. Sodré também apontou para um regime agrário, mas entendeu que a origem da reprodução da estrutura política advinha de uma força muito mais belicosa do que na economia ou no sistema eleitoral. Para tal autor, o sistema militar do Brasil viveu durante todo o período da República Velha uma contradição: havia duas forças militares distintas. De um lado estava parte do exército, que teve papel central da declaração da República. Os primeiros anos do novo regime foram garantidos por uma ditadura militar que defendia os ideais republicanos, mais do que a formalidade legal.

O governo Floriano Peixoto, que durou de novembro de 1891 até 1894, angariou apoio entre a mocidade militar justamente por ter como característica defender os

¹⁷ CARONE, Edgar: *A República Velha*. São Paulo: DIFEL, 1975. Pg.44-240.

ideais republicanos em detrimento da forma. No entanto, aos poucos os grupos mais radicais foram sendo isolados, e perderam espaço para as forças da oligarquia. Do outro lado estavam as forças militares da oligarquia. Os oligarcas não confiavam no exército e possuíam sua própria força militar, que era a Guarda Nacional. Esta era recrutada entre o povo local e servia diretamente à oligarquia, não se subordinando ao poder central da Federação. Sodré classificou tal forma de organização como uma relação feudal. Mesmo a Guarda Nacional sendo extinta em 1918, acabou sendo substituída por tropas irregulares de jagunços, a serviço dos senhores do poder local e pelas chamadas polícias militares estaduais.

Portanto, para Sodré, a República Velha foi marcada pela contradição entre (a) uma parte do exército representante das forças progressistas, em especial na baixa oficialidade a partir da década de 1910; e (b) a oligarquia, que possuía uma força armada própria. Esse conflito se acirrou progressivamente até 1930, quando a oposição percebeu a necessidade de derrubar o regime por vias extra institucionais.

18

Na obra *A História Sincera da República, 1889 - 1930*, Leôncio Basbaum construiu sua teoria analítica, ressaltando a importância de três fenômenos para a formação e fim da República Velha. Afirmou que o crescimento e o desenvolvimento ocorridos no período eram frutos de um crescimento vegetativo resultante da própria superação da escravidão, do crescimento demográfico, da ampliação mundial do mercado de café, do advento da primeira guerra e da atuação de potências estrangeiras na economia de nosso país. Esse crescimento vegetativo não foi fruto, portanto, de marcos histórico ou grande viradas políticas.

Os fatos proeminentes do período teriam sido: (1) fundação do Partido Comunista, que organizou e despertou a classe operária como classe consciente e independente; (2) aparecimento dos primeiros sinais de uma crise estrutural, devido à contradição das condições econômicas capitalistas crescentes com as condições arcaicas na estrutura agrária; e (3) A revolução de 1930, com todos os fatos correlatos, sendo eles o desaparecimento do Partido Republicano Paulista (PRP), da

¹⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Editoria Civilização Brasileira, 1965. Pg.169-226.

substituição da influência inglesa pela norte-americana e da substituição do predomínio da burguesia agrária pelo capital financeiro. A teoria interpretativa de Leôncio, portanto, é que a República Velha foi marcada pela transformação de um país Agrário (feudal) para um país de recorte capitalista, com predomínio do Capital Financeiro.¹⁹

José Maria Bello escreveu a obra intitulada *História da República*. Em tal obra, o autor apresentou uma linha similar a de Nelson Werneck Sodré ressaltando uma visão diferente quanto à esquerda tenentista. Para o autor, durante a República Velha o exército possuía feições relativamente democráticas perto das instituições vigentes na época. Seus membros eram provenientes da pequena burguesia e engajavam-se no ideal republicano. A presidência de Prudente de Moraes, que durou de 1894 a 1898, dedicou-se a colocar os militares de volta em suas funções tradicionais, retirando-os da política. Sucessivamente as oligarquias estaduais se apossaram do poder. Uma estrutura eleitoral fundamentada em fraude, suborno e violência foi instaurada impedindo a mudança por vias eleitorais. A federação tornou-se agrupamento de feudos, segundo o autor²⁰.

Para Maria Bello, eram os republicanos do exército e da pequena burguesia que apresentavam condições de superar o regime constituído pelas oligarquias. As contradições existentes se resumiam ao modelo de regime, e não na estrutura social propriamente. Bello focou seu estudo mais nas questões políticas do que na análise das forças sociais e desenvolvimento econômico da história.

Outro autor que se dedicou à história política da República Velha foi Helio Silva. Tal autor escreveu a coleção *História da República Brasileira*, na qual descreveu as políticas governamentais de cada presidente, assim como suas repercussões políticas e conflitos resultantes. É uma obra voltada para a narrativa histórica da República Velha, não trazendo uma teoria analítica própria, senão o desencadear dos fatos.

¹⁹ BASBAUM, Leôncio: *História Sincera da República, de 1889 a 1930. vol 2*. São Paulo: Edições LB, 1962 Pg.69.

²⁰ BELLO, José Maria. *História da República*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. Pg.111-167.

Caio Prado Júnior escreveu um artigo em 1937 sobre a República Velha. Infelizmente, o artigo jamais foi publicado, o que impediu uma importante contribuição ao debate historiográfico sobre o tema. No entanto, o artigo pode ser encontrado no arquivo do IEB. No texto, Caio Prado caracterizou a República velha através dos seguintes pontos:

“(1) Larga autonomia estadual imposta sobretudo por São Paulo, oprimido sob o Império por um regime centralizador que o confundia, ele, próspero, com as demais províncias, quase todas decadentes ou estagnadas.

(2) Ampla liberdade econômica: um Estado neutro, aparte das lutas e concorrências no terreno econômico. Um Estado sem iniciativa no plano econômico e social.

(3) O mecanismo político do país fundado em pequenas oligarquias locais, com eleições de fachada, mantidas pela força contra a investida de facções opostas, tudo se desenrolando sob as vistas indiferentes da massa da população”.²¹

Caio Prado ressaltou a importância econômica do café, que foi o produto central para a economia brasileira no período. Para o autor, as crises econômicas possuíam grande importância como fator explicativo para as crises políticas. O café passou por crises econômicas históricas, sendo a primeira já no período de 1906, e continuaria a passar por crises regularmente, assim como a República. Às condições econômicas somavam-se ainda a estrutura social e política brasileira que era fundada na repressão, em especial a discutida “questão social”.

Caio Prado Jr. apontou ainda que a data de 1930 simbolizou um longo processo social e econômico através do qual o antigo sistema regionalista mostrou que não comportava mais as necessidades históricas. O regime era um sistema fundado em um poder central débil e ineficiente. Isso o tornava incapaz de tomar as ações necessárias. A essas condições somava-se ainda o fenômeno da reestruturação do exército, a partir de 1921. Esse exército renovado a partir de 1921, passou a se colocar como uma força centralizadora em favor do poder central. Ao mesmo tempo,

²¹ Documento CPJ004-286 do Arquivo do IEB.

a incompatibilidade entre o sistema vigente, fundado nas oligarquias, e a constituição de um governo centralizador, é que colocou parcelas do exército e mesmo de oligarquias dissidentes contra o Governo. O exército como figura centralizadora, no entanto, passou por um processo progressivo de 1921 até meados da década de 1930. Não houve uma mudança brusca, mas sim um processo histórico resultante de uma multiplicidade de fatores.²²

Essa é apenas uma parcela da bibliografia disponível sobre o período da República Velha. No entanto, representa as linhas centrais do debate historiográfico e todas elas apresentam algo em comum: a República Velha foi um regime que favorecia as oligarquias locais e o regime agrário. Nesse cenário, aponta-se as oligarquias como força social que estava no poder. Há discordâncias, no entanto, no peso dado às forças políticas, sociais e econômicas no processo de destruição de tal regime.

Não é objetivo da presente pesquisa a análise minuciosa das causas da degradação e derrocada da República Velha. Para o estudo aqui apresentado importa entender quais eram as condições que o PCB encontrou durante a República Velha. O que se buscará nas próximas seções é apresentar uma síntese do debate sobre as condições encontradas pelo Partido Comunista Brasileiro.

A economia na República Velha

Edgar Carone apresentou em diversas de suas obras qual era a condição econômica do Brasil no período da República Velha. Além dele, outros autores apontaram dados sobre o tema, como Leôncio Basbaum. Utilizando as obras dos dois autores citados é possível retomar brevemente o que foi a economia na época da República Velha.

Carone descreveu a República Velha como um período de hegemonia agrária. Os latifúndios ditavam a economia e a sociabilidade. O Brasil exportava café, borracha, açúcar e outros produtos, mas havia predominância do café, tal significou de, 1921 a 1930, 69,6% das exportações. A economia dependente era marcada por constantes

²² Documento CPJ004-286 do Arquivo do IEB.

pedidos de empréstimos por parte do Estado. As dívidas se espalharam em campo federal, estadual e até municipal, de 1989 a 1930. Sobre as dependência econômica o autor destacou:

“a economia agrícola-extrativa produz para o mercado internacional, o que a torna dependente do mecanismo da economia imperialista: as vendas obedecem a razões políticas e econômicas dos países compradores, funcionando sob seu controle e de acordo com seus interesses”²³

Entre a Primeira Guerra Mundial e 1925 o país viveu um período de dificuldades fiscais. O câmbio caiu sucessivamente a partir de 1920. Tal situação exarcebou as reivindicações operárias e pequeno-burguesas. Os governos que seguiram o de Epitácio Pessoa se viram impossibilitados de seguir políticas anti-industrializantes: era necessário reconhecer a realidade industrial. No entanto, era a exportação que predominava na economia do país.²⁴

Leôncio Basbaum, ao analisar as estatísticas sobre a distribuição e uso de terras no período de 1920 a 1940, concluiu que era característica do país a concentração de terras, havendo grandes propriedades nas mãos de poucos proprietários. Ainda, percebeu que havia uma baixa produtividade. Apenas uma pequena parte das terras era utilizada para a produção. Favorecia ao movimento histórico de surgimento de grandes propriedades dois processos. O primeiro era a divisão das pequenas propriedades em minifúndios, que se tornavam improdutivos e acabavam sendo vendidos para os grandes proprietários. O segundo era o sistema de grilagem, pelo qual grandes proprietários tomavam as terras de ‘posseiros’. O roubo de terras característico da grilagem significava a expulsão violenta, e até o assassinato, daqueles que haviam se estabelecido na região previamente.

Diante de um regime social fundado na estrutura agrária e economicamente baseado no café, o Governo Federal passou a ser ditado pelos interesses dos proprietários de cafezais. Para tal, era instrumento o Partido Republicano Paulista, que aglutinava os representantes dos proprietários de cafezais de São Paulo. Diante da lucratividade do café, houve um aumento do número de fazendas. O aumento da

²³ CARONE, Edgar: *A República Velha*. São Paulo: DIFEL, 1975. Pg.22.

²⁴ CARONE, Edgard. *Revolução do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1975. Pg.11-44.

produção gerou uma superprodução, que jogou o preço para baixo. A resposta dada pelo governo foi a criação de taxas alfandegárias em cima da exportação do café, e chegou a proibir novas plantações por dois anos. Para cobrir o ônus, o governo buscou empréstimos em nações estrangeiras. Mas com a Grande Guerra de 1917, o preço do produto em questão voltou a cair. O governo mais uma vez se esforçou para salvar os fazendeiros.

Apesar da estrutura agrária do país, havia em quase todas as capitais uma pequena indústria. Desde 1907, segundo o Centro Industrial Brasileiro, cerca de 30 artigos já eram produzidos suprimindo 70% da demanda interna. Mas apenas a partir da Grande Guerra se passou a produzir maior número dos artigos que já não podiam vir de fora. Basbaum ressalta a importância da pequena indústria nesse processo histórico. Se o capital dos cafezais foi importante para surgimento de grandes indústrias, a média de operários por empresa era pequena. Na prática, a industrialização no país se deu com o aparecimento cada vez maior de pequenas indústrias.

Houve na República Velha um *boom* populacional. Tal crescimento foi decorrência do grande número de imigrantes, dos quais boa parte se dirigiam à São Paulo. Os imigrantes eram vítimas, no entanto, de propagandas enganosas. A eles eram prometidas condições de vida favoráveis, mas na realidade o que lhes esperava era o colonato. A insatisfação gerou conflitos.

O desenvolvimento das cidades e o *boom* demográfico foram acompanhados pelo crescimento quantitativo de pequenos empreendimentos. Comércio, oficinas artesanais e indústrias de pequeno porte se multiplicaram. A multiplicação de indústrias teve como consequência o fechamento de oficinas de artesãos. Houve, assim, um processo de proletarização da pequena burguesia, visto que os artesãos decaíam socialmente da condição de pequenos proprietários para a de proletários. Tal segmento formaria o grupo mais descontente entre os operários. Assim, o período que se iniciou de 1914 até 1922 foi marcado por um efervescente processo de desenvolvimento da indústria. Consequentemente, houve um crescimento do operariado, que era composto por pessoas que não conseguiam ingressar no serviço público, pessoas de pouca influência e baixo preparo técnico.

Para Basbaum, o imperialismo teve grande importância no decorrer da República Velha. Durante todo o período houve um predomínio da influência inglesa sobre o Brasil. Eram eles que controlavam as exportações, que realizavam empréstimos e montavam grandes indústrias no país. Mas, lentamente a influência norte-americana começou a crescer. O papel dos norte-americanos já ganhava peso através de algumas de suas grandes empresas industriais, que eram montadoras no país. Colocavam na frente das indústrias *testas de ferro* brasileiros. São esses *testas de ferro* que passariam a assumir cargos chave em postos administrativos após 1930.

A natureza agrária do Brasil e sua política exportadora colocavam o país em situação de inteira dependência. Quando ocorreu a crise de 1929, a economia do país foi inteiramente abalada: as importações, que vinha crescendo em peso e valor até 1929, caíram para quase metade até 1931, em termos de peso e para um terço em termos de valor. Para as exportações, no período da crise, ocorreu um aumento do volume exportado em cerca de 10%, mas houve uma queda no valor de cerca de 43% de 1929 até 1931.

Leôncio Basbaum apontou ainda que, mediante o desenvolvimento econômico do país e ante a crise que começava a se pronunciar em 1927, os fazendeiros tornaram-se apenas uma sombra do que haviam sido. Os exportadores haviam se apoderado praticamente de todo o comércio do café, deixando aos fazendeiros apenas a política. Para suprir as importações, cada vez mais caras, os Bancos se apresentavam para prestar socorro. A economia caía lentamente na mão do capital financeiro²⁵.

Assim, pode-se concluir que ambos os autores descrevem uma estrutura econômica baseada na grande propriedade e nas oligarquias, em detrimento dos trabalhadores agrários e dos pequenos proprietários. A produção era voltada para a exportação, em especial a do café. Houve um processo de industrialização que permitiu ao mesmo tempo a formação de duas classes: a burguesia industrial e o operariado. O desenvolvimento dessa industrialização ajudou a mudar a correlação de forças, aumentando a importância dos grupos urbanos. Ainda, ambos os autores apontam a

²⁵ BASBAUM, Leôncio: História Sincera da República, de 1889 a 1930. vol 2. São Paulo: Edições LB, 1962. Pg.87-375.

fragilidade da economia exportadora em relação ao capital estrangeiro e às crises econômicas internacionais.

O IBGE fornece os dados do Produto Interno Bruto da época, em Reais. Utilizando tais dados, é possível para o historiador adquirir uma noção maior do movimento ano a ano da economia, e detectar mais facilmente a importância das crises econômicas pelas quais o país passou.

*Fonte: IBGE. Gráfico de elaboração própria

O gráfico acima traz, no eixo X, a data referente. No eixo Y, está o índice do PIB brasileiro tendo como valor 100 o PIB do ano de 1929. Os demais valores representam o PIB proporcional ao de 1929. Em cinza está a representação gráfica do PIB brasileiro, de 1916 a 1937. O gráfico colocado de tal forma permite perceber a importância de algumas crises. A primeira foi a de 1921, que perdurou em sua fase de recuperação até 1924. A segunda crise já se apresentava em 1927. Em 1929 ocorreu uma nova crise, que significou uma queda brusca na economia até o ano de 1932, quando a economia começou a se recuperar.

O gráfico apresentado não permite entender as causas das crises, mas demonstra a existência da mesma. A importância da crise de 1929 foi tamanha que o país só atingiu novamente o PIB que possuía em 1928 em 1936. Chama a atenção que a década de 1920 foi marcada por crises. Para melhor visualizar a instabilidade dos anos de 1920 é possível realizar o perfil cíclico da economia brasileira do período.

*Fonte: IBGE. Gráfico de elaboração própria

O gráfico acima traz, no eixo X, a data referente. No eixo Y, o valor relativo da oscilação da economia em relação à uma regressão polinomial, em porcentagem. Em preto está a representação gráfica do perfil cíclico do PIB brasileiro. Os valores positivos significam um desempenho econômico melhor do que o esperado segundo a regressão polinomial. Os valores negativos significam um desempenho inferior ao esperado. Observa-se que, de 1921 a 1930, o PIB do Brasil esteve abaixo do esperado em seis anos; próximo ao esperado em um ano; e com marcas acima do esperado apenas em três anos. O perfil cíclico demonstra períodos rápidos de quedas e recuperações, condizentes com uma instabilidade econômica. Já o período de 1931 a 1936 expressou um processo de estabilização da economia.

Diante dos dois gráficos, o que fica claro é que o modelo econômico da República Velha encontrou um momento de crise em sua última década. A crise foi tamanha que significou a instabilidade do próprio regime. Se sozinha a economia não explica as mudanças sociais que o Brasil passou a partir daquele período, certamente auxilia na compreensão e explicação das dissidências crescentes.

O Proletariado e o movimento operário

A partir do início do século XX, o proletariado passou a ser um dos atores sociais na República Velha. O movimento operário começou a surgir com suas reivindicações próprias. Muitas vezes o movimento apresentou como pauta questões ligadas a condição de trabalho e salário, mas não se limitou a isso. Realizou trabalho cultural e político entre os membros da classe operária. Houve, no seio do movimento, uma disputa política entre diferentes linhas de atuação.

Até 1920, o movimento operário era majoritariamente dirigido pelos anarquistas. A partir de então, em um momento de refluxo de greves, os comunistas começaram a surgir e a ganhar importância. O movimento anarquista cresceu em especial durante a década de 1910, período de ascensão do ciclo de greves. A força do movimento operário foi tamanha que em 1917 eles chegaram a tomar a cidade de São Paulo durante dois dias. A Força Pública não conseguiu controlar a cidade, e um batalhão dela chegou a se sublevar. O exército teve que ser mandado para forçar negociações²⁶.

Não foi em todo momento que os movimentos militar e operário se enfrentaram. A aproximação entre movimento civil e movimento militar possuiu seus ensaios. É emblemático o caso do Centro das Classes Operárias, existente no Rio de Janeiro, de 1902 a 1904. Os militantes do Centro participaram de alguns dos movimentos mais marcantes da época, inclusive nos motins de novembro de 1904. Após a derrota das revoltas populares e dos militares, o Centro foi fechado.

De 1920 a 1929, a quantidade de greves reduziu-se, assim como a força das mesmas. A repressão, no entanto, se fez de forma feroz. As leis especiais voltadas contra estrangeiros que realizassem movimentação política entre o operariado eram uma marca do período. Segundo essas leis, os estrangeiros podiam ser deportados, no caso de participarem de agitação política²⁷. Em um momento de instabilidade no poder das oligarquias, a repressão se mostrou uma ferramenta muito útil.

Em 1922, o PCB foi fundado como resultado de dois fenômenos: (a) a Internacional Comunista, que teve como política, nesse período, fundar tantos Partidos Comunistas quanto fosse possível, a fim de propagar as ideias da revolução

²⁶ CARONE, Edgar: *A República Velha*. São Paulo: DIFEL, 1975. Pg.216-231.

²⁷ CARONE, Edgar: *A República Velha*. São Paulo: DIFEL, 1975. Pg.240.

socialista e defender a Revolução Soviética; (b) percepção de membros do movimento operário local, que era necessária uma organização nacional para que fosse possível uma mudança revolucionária.

Logo em 1919 começaram a surgir organizações de cunho marxista. Juntas, formariam o PCB em março de 1922. Embora pequeno em tamanho, o PCB logo adquiriu importância política e coordenou greves e movimentos políticos significativos. Já em 1929 (7 anos após sua fundação), o Partido dirigia grande números de sindicatos, e possuía simpatizantes em número ainda maior. Tinha influência no movimento estudantil, em especial nas Faculdades de Direito, Medicina e Engenharia do Rio de Janeiro. Em 1927, o PCB montou um Bloco Operário e Camponês, que chegou a eleger dois vereadores e um deputado. Já em 1928, o PCB possuía um pouco mais de mil membros²⁸.

Durante a República Velha as questões sociais eram consideradas caso de polícia²⁹. Muitas manifestações terminavam em enfrentamento direto com a polícia, o que resultava em prisões e mortes. Tanto o Partido Comunista como até mesmo os sindicatos operários foram muitas vezes fechados. Militantes eram presos ou assassinados e material político era confiscado.

Algumas das correspondências do PCB na época descreveram à Internacional Comunista, ou relatavam a membros da direção do Partido, a repressão sofrida pelo P.C. brasileiro. O documento intitulado: “Quelques notes sur la situation du Parti Comuniste Bresilien” (Algumas notas sobre a situação do Partido Comunista Brasileiro)³⁰ é um desses casos. O documento data de 1923 e está escrito à mão, sendo dividido em 11 tópicos não nomeados.

O ponto VIII tratava da repressão sofrida pelo Partido. O PCB havia sido colocado na ilegalidade. Suas tipografias, bibliotecas e arquivos centrais foram confiscados, e membros foram presos. Entretanto, a partir de setembro daquele ano, com a diminuição da repressão, o Partido pode voltar a crescer.

²⁸ BASBAUM, Leôncio: *História Sincera da República, de 1889 a 1930*. vol 2. São Paulo: Edições LB, 1962 Pg.313-315.

²⁹ BASBAUM, Leôncio: *História Sincera da República, de 1889 a 1930*. vol 2. São Paulo: Edições LB, 1962 Pg.320.

³⁰ Documento IC0128 do Arquivo Internacional Comunista, do CEDEM, UNESP.

A resposta do PCB de 1925 a um questionário produzido pela III Internacional é outro documento que tratou do assunto. O documento original é um manuscrito em francês³¹ e foi dividido em 13 pontos e 6 textos. O ponto (II) trazia a afirmação que o PCB estava na ilegalidade, tendo perdido arquivos e militantes que foram presos.

Apenas no ano de 1927, o PCB pode viver um período de legalidade. O relatório intitulado “A Vida do Bloco Operário e Camponês”, de 1928³², trazia uma análise sobre o que significou essa possibilidade. Em 1927 foi fundado o jornal “A Nação”, pelo qual o PCB pode atuar legalmente. Tal jornal apresentava a criação do Bloco Operário e Camponês (BOC), que seria o espaço pelo qual o Partido atuaria nos processos eleitorais. Entre 1927 e 1928, os operários do BOC realizaram duzentos e trinta e dois discursos, dos quais cem foram realizados por membros do Partido. Foram 8.600 pessoas atingidas pelos comícios e palestras do BOC, segundo o relatório. De acordo com o documento, a atuação eleitoral significou a possibilidade de agitação do Partido no país inteiro. As células e núcleos do partido, inclusive os sindicais, puderam se colocar em movimento. No entanto, deve-se ter em mente que a simples agitação política nem sempre é sinal de vitória, no que toca a atividade revolucionária.

O relatório ao Secretariado Latino Americano da Internacional Comunista demonstrava as mudanças ocorridas de 1929 a 1930. O relatório se intitulava “Notas sobre a situação atual do Partido Comunista do Brasil”³³. As notas sobre a situação do PCB eram 5, sendo divididas em: (I) Conjuntura; (II) Processo eleitoral; (III) Condição organizativa; (IV) Problemas do Partido; e (V) Medidas a serem tomadas.

No ponto (II), o documento descreveu o despreparo organizativo do Partido e a dura repressão ao PCB. O relatório apresentava que materiais de campanha foram apreendidos, jornais foram confiscados e candidatos chegaram a ser presos. Os sindicatos de maior influência do PCB foram fechados e abertos posteriormente apenas para serem entregues para uma direção ‘pelega’. O Partido Comunista foi, segundo admitido no relatório, incapaz de enfrentar a repressão policial. Agitou

³¹ Documento IC0152 do Arquivo Internacional Comunista do CEDEM, UNESP.

³² Documento IC0387 do Arquivo Internacional Comunista do CEDEM, UNESP.

³³ Documento IC0253 do Arquivo Internacional Comunista do CEDEM, UNESP.

verbalmente as massas, mas não as organizou para ir à luta. Ao que parece, as oligarquias não tiveram grande dificuldade em lidar com o movimento operário.

O Governo e a estrutura institucional da República Velha

A estrutura institucional de um regime é, entre outras coisas, a forma pela qual um grupo dominante se reproduz no poder. Entender como funcionavam as instituições é também entender como uma estrutura social foi mantida através da história. A República Velha não é exceção. Não é possível compreender as características do sistema que perdurou de 1889 até 1930 sem entender como se organizaram as instituições.

Mais do que isso, para o estudo da história política e organizativa do PCB, é fundamental entender quais eram as instituições com quais o Partido Comunista teve que lidar. O PC brasileiro não foi imune à história política do país. Pelo contrário, foi justamente no âmbito da história política que os feitos do PCB se destacaram.

A República Velha teve início com a derrubada do Império, através de um golpe militar assumido pelo Marechal Deodoro da Fonseca, em 1889. Na ocasião do golpe que empossou o Marechal, os governadores das províncias foram depostos e substituídos pelos primeiros que chegassem ao capitólio e se declarassem o novo governador. Deodoro renunciou devido a uma revolta na marinha e pela pressão de seus opositores, após ter fechado o congresso arbitrariamente. Floriano Peixoto, o vice, assumiu a presidência para encontrar um país sob revolta. Uma onda de deposições de governadores ocorreu. O Presidente teve que resistir a uma dura revolta da armada na baía da Guanabara. A instabilidade era tamanha que, desde a declaração da República até a eleição de Prudente de Moraes, em 1894, o Rio Grande do Sul teve 19 governadores. Floriano, ao assumir, mandou depor todos os governadores, o que apenas ocorreu com a realização de lutas.

A partir da presidência de Prudente de Moraes, iniciou-se o chamado período da política café-com-leite, no qual paulistas e mineiros se alternaram na Presidência do

país. Na prática o PRP dominou a política de toda a República Velha pós Floriano. Foi um período também de intensa agitação política, ocorrendo movimentos de várias matizes: Canudos, 1897; Revolta do Forte de Copacabana, 1922; Levante de São Paulo, 1924; Coluna Prestes, 1924-1926.³⁴

As lutas institucionais e entre as oligarquias também marcaram o período. No caso da presidência de Artur Bernardes, que durou de 1922 a 1926, a situação foi gritante. A sucessão presidencial que empossou Artur Bernardes foi marcada por conflito. O processo eleitoral viciado levou ao reconhecimento apenas parcial da vitória e legitimidade do presidente. Em 26 de abril de 1922, menos dois meses após a vitória de Bernardes, o governador do Maranhão, Raul Machado, foi deposto, com a conivência da Força Federal. Na noite do dia 28 do mesmo mês o Governo sufocou um levante em navios de guerra na Guanabara.

Durante as eleições para governador que se seguiram após a posse de Bernardes muitos conflitos surgiram, em especial no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul. O não reconhecimento dos eleitos por parte das oposições levou a conflitos em ambos os casos. No Rio de Janeiro, a divergência deveu-se quanto a Assembleia legislativa: enquanto a situação dava a vitória para um corpo de deputados, a oposição declarava a vitória para outro. Em 10 de janeiro de 1923 o presidente Artur Bernardes assinou o decreto que estabelecia a intervenção no Estado. Foi estabelecido com interventor Aurelino Leal, que permaneceu no cargo até 23 de dezembro de 1923. Então passou o Governo para o governador do Estado eleito em um novo processo reconhecido. No Rio Grande do Sul a disputa se deu por conta da luta entre a oposição e a situação, e chegou ao combate entre ambas as forças.³⁵

Do ponto de vista institucional, a economia agrária da República Velha favoreceu a pulverização do poder. O coronelismo era o alicerce da política. Grupos locais e regionais disputavam entre si, formando oligarquias locais que não deixavam espaço para a disputa de poder com outros setores sociais. Institucionalmente, apenas o exército tomava caráter federal. Alias, era do exército que as “teses civilizatórias”

³⁴ BASBAUM, Leôncio: *História Sincera da República, de 1889 a 1930*. vol 2. São Paulo: Edições LB, 1962. Pg.13-72.

³⁵ SILVA, Helio: *História da República Brasileira, Começa a Revolução 1923-1926*. Rio de Janeiro: Editora Três, 1975. Pg.51-78.

surgiam. O discurso da educação, da higienização, da modernização vinha de setores militares. Foram esses que abraçaram os ideais republicanos e positivistas da época, mais do que os grupos agrários que dominavam a política local. O sistema eleitoral frágil permitia a reprodução das oligarquias, e isso era percebido pelos demais grupos.

O regime eleitoral foi paulatinamente montado e modificado para fortalecer a “política dos governadores”, que visava o fortalecimento das oligarquias locais. O presidente anterior passava a presidir as reuniões eleitorais que eram encarregadas de reconhecer ou não as atas eleitorais. De tal forma era possível que um candidato vitorioso no total das atas tivesse parte dos seus votos anulados perdendo o processo eleitoral. Isso era conhecido como processo de *degola*. Somado ao voto aberto, ao poder dos coronéis locais e a violência usada nos processos eleitorais, o sistema encontrava-se fechado em favor das oligarquias.³⁶

A oligarquia se perpetuava no poder através da máquina eleitoral. O jogo eleitoral era viciado: as eleições eram realizadas com voto aberto. As mesas eleitorais eram formadas por pessoas de confiança dos prefeitos, coronéis e presidentes de estado. A fiscalização era nenhuma. Se nas grandes cidades, devido à concentração demográfica, era mais difícil a realização de fraude, o campo significava 70% da população. Ainda, se nada disso servisse, a conquista de cabos eleitorais e votos podia ser realizada na distribuição de cargos e favores pessoais. E se tudo mais falhasse, o reconhecimento dos resultados eleitorais precisavam passar pela Câmara e Senado, que por vezes realizava a *degola*. O caso do Barão de Ladário, na presidência Rodrigues Alves³⁷, é ilustrativo: o Barão de Ladário fora reconhecido como eleito com duzentos e setenta votos, enquanto seu adversário havia conquistado sete mil trezentos e trinta e quatro, mas teve suas atas impugnadas.³⁸

As disputas locais tomavam caráter violento por vezes. O caso da disputa entre J. J. Seabra e Paulo Fontes, em 1919, pode ser destacado. Seabra foi vitorioso no pleito, mas a oposição não aceitou o resultado. Utilizando-se de jagunços a serviço de

³⁶ CARONE, Edgard. *Revolução do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1975. Pg.20-21.

³⁷ A presidência de Rodrigo Alves durou de 1902 a 1906.

³⁸ BASBAUM, Leôncio: *História Sincera da República, de 1889 a 1930*. vol 2. São Paulo: Edições LB, 1962 Pg.278-283.

coronéis, em especial Horácio de Matos, a oposição sitiou Salvador. Foi necessária a intervenção federal para garantir a posse de Seabra.³⁹

O sistema oligárquico levou a dissidências dentro da própria classe dominante. A burguesia tomou um papel acentuado nessa divisão interna. Junto a grupos da oligarquia, fundaram ligas em prol do processo civilizatório, que incluía o voto secreto e o respeito à lei. A partir de 1924, esse grupo dissidente entrou em crise. Ao mesmo tempo em que desejavam os burgueses se aproveitar dos levantes tenentistas e de suas reivindicações, buscavam se afastar deles, quando no poder.

Em 1929, diante da situação econômica, uma parte do Partido Republicano Paulista (PRP) começou a apontar as políticas econômicas de valorização do café que haviam se transformado em desastre. Uma ala do PRP se separou e formou o Partido Democrático⁴⁰. O recém fundado partido ganhou apoio dos: (1) grupos financeiros, que não queriam mais sustentar os fazendeiros de café; (2) grupos militares descontentes e participantes dos movimentos revolucionários de 1924 a 1926; (3) grande parte da burguesia industrial; (4) pequena burguesia; (5) grupos intelectuais desiludidos; e (6) grande parte do proletariado. Formou-se, com base nessas forças, a Aliança Liberal. A Aliança Liberal incluía em sua plataforma as principais pautas dos dois grandes movimentos que haviam se desenvolvido no país: o voto secreto, defendido pelos tenentistas, e políticas trabalhistas, defendidas pelo proletariado.⁴¹

Nesse cenário, ficava evidente para a maior parte da sociedade que as oligarquias, em especial a cafeeira, haviam se tornado um inimigo a ser combatido. A constituição de um arco de alianças no sentido de derrubar tal grupo foi uma consequência natural. Alias, era de se esperar que essa aliança incluísse todos aqueles empenhados em destituir as oligarquias do Poder de Estado. Claro que a participação nessa aliança dependia de habilidade política e condições organizativas

³⁹ CARONE, Edgard. *Revolução do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1975. Pg. 29.

⁴⁰ BASBAUM, Leôncio: *História Sincera da República, de 1889 a 1930*. vol 2. São Paulo: Edições LB, 1962 Pg. 383.

⁴¹ BASBAUM, Leôncio: *História Sincera da República, de 1889 a 1930*. vol 2. São Paulo: Edições LB, 1962 Pg. 383-392.

para que fosse possível tirar frutos políticos. Isso somente as oligarquias dissidentes e alguns setores do tenentismo tiveram.

As Oligarquias e os Conflitos Internos

Conforme afirmado, a República Velha foi marcada pela importância das oligarquias locais na economia e na instituição. Efetivamente, o sistema montado a partir do governo de Prudente de Moraes produzia a política de favorecimento a determinadas oligarquias locais e regionais. Nacionalmente, foram as oligarquias provenientes de São Paulo que comandaram, em aliança com grupos oligárquicos de Minas Gerais.

A própria ideia de um sistema organizado em torno de oligarquias pressupõe a existência constante de conflitos. Tanto grupos locais disputavam entre si, como grupos regionais disputavam o comando nacional. Era um regime marcado pela disputa interna, pela política de favorecimento e de corrupção e por disputas muitas vezes violentas.

Regionalmente, formavam-se as oligarquias, constituídas pelas famílias de maior influência local. Os grupos oligárquicos formaram os Partidos Republicanos de cada região. No interior dos Partidos Republicanos, os diferentes grupos disputavam entre si para estabelecer quem seria o candidato da região. Pouca disputa era deixada para fora da oligarquia. A manipulação das leis eleitorais e do próprio processo impedia que qualquer força política fora dos grupos oligárquicos surgisse e ganhassem qualquer repercussão. Por vezes a oposição era diretamente intimidada e reprimida, por outras eram os eleitores que eram impedidos de irem votar.

O conflito armado fazia parte do funcionamento da República Velha. Era comum a repressão a manifestações, levantes militares e motins. Mais ainda, os conflitos entre coronéis membros das oligarquias eram constantes. Os coronéis tinham seu poderio embasado na sua proeminência econômica, advinda dos latifúndios que possuíam. Recebiam ou compravam o título de Coronel, ou Major, na Guarda

Nacional, o que legitimava uma função militar por parte deles. Formavam forças armadas privadas e se tornavam o verdadeiro poder, no lugar do poder público nas regiões que controlavam.

O conflito entre eles na disputa de território era comum, havendo ora pequenos combates, ora grandes cercos. Ocorria ainda a disputa entre diferentes grupos familiares locais pelo domínio de uma dada região. Quando um grupo derrubava outro em um território, o Governo Federal reconhecia o novo grupo como a nova entidade local.⁴²

A maior parte dos proprietários de terra tinham sua mentalidade e forma de vida ligadas a uma tradição não muito remota. Para eles, a riqueza era medida pela extensão das terras e influência pessoal, e não apenas pelo acúmulo de capitais. A República Velha era uma república de coronéis, que dominavam as cidades, delegando poderes e nomeando para cargos pessoas de sua confiança. Mesmo diante de uma decadência econômica, os coronéis exerciam um poder pessoal na vida política. Em seus domínios, os grandes proprietários de terra por vezes desenvolviam ferramentas de escravidão por dívida: criavam um dinheiro fictício que só podia ser trocado em seus armazéns, ou criavam regras punitivas que reduziam o salário daqueles que comprassem bens fora da propriedade.

No caso do Nordeste, tal estrutura social, somada às secas constantes e a pobreza endêmica, permitiu a formação do banditismo. Os coronéis constituíam sua própria força privada de jagunços, homens que matavam e ameaçavam aqueles que cruzavam o caminho do poder. Por vezes, jagunços sem serviço ou pessoas tomadas pelo desespero, pegavam em armas sem obedecer a ninguém. Formavam o cangaço.⁴³

Um exemplo de disputa entre as oligarquias ocorreu em 1922, com o caso de Pernambuco. Entraram em conflito dois grandes grupos que disputavam o governo local após a morte do governador José Bezerra: o grupo de Manuel Barbosa e de Rosa e Silva; e o grupo de Estácio Coimbra e do General Dantas Barreto. Ao último grupo, aliaram-se parentes do então Presidente da República, Epitácio Pessoa.

⁴² CARONE, Edgar: *A República Velha*. São Paulo: DIFEL, 1975. Pg. 256-301.

⁴³ BASBAUM, Leôncio: *História Sincera da República*, de 1889 a 1930. vol 2. São Paulo: Edições LB, 1962 Pg. 213-239.

Surgiu a acusação de que havia uma ordem da presidência para que as forças federais apoiassem o grupo ligado à família do Presidente, não obstante tal grupo se encontrasse na oposição. O presidente desmentiu a acusação, mas ainda assim, o Marechal Hermes da Fonseca assinou um telegrama apelando para que o exército não aceitasse as ordens da presidência e apoiasse o grupo da situação ⁴⁴. Tal episódio redundou na prisão de Hermes da Fonseca e no fechamento do Clube Militar, episódio crucial na história brasileira de então, visto que foi fator que motivou os jovens que se levantaram no episódio dos “18 do Forte”, de 1922.

Outro exemplo de luta interna entre as oligarquias foi o caso do conflito de 1923 no Rio Grande do Sul. A contenda ocorreu por conta da eleição de presidente da província (governador). A disputa transformou-se em um conflito armado entre a oposição e o eleito pelo quinto mandato, Borges de Medeiros. O Presidente da República Bernardes interveio, promovendo uma ‘pacificação’. O levante havia começado no dia 25 de janeiro, iniciado por Artur Caetano, deputado oposicionista. Outros chefes rebeldes se levantaram, como Felipe Portinho, Leonel Rocha, Zeca Neto e Honório de Lemos. Os oposicionistas atuaram sem comando central. Prolongaram e desgastaram o governo estadual de tal forma que o Presidente da República se viu forçado a intervir. Organizou a missão “Tavares de Lira”, que buscou o estabelecimento de um acordo pacífico segundo o qual ficaria reconhecida a eleição de Borges de Medeiros. Mas este realizaria uma reforma na constituição da província. Foi a missão “Setembrino de Carvalho” (ministro da guerra de Bernardes) que estabeleceu o armistício, com vantagem para as forças situacionistas.⁴⁵

Ainda a República Velha foi marcada por diversos levantes e movimentos de resistência, em que a maioria fosse desprovida de uma pauta política declarada. Em 1897 houve o caso de Canudos, que começou como uma aldeia em torno de um autoproclamado profeta: Antônio Conselheiro. A importância do fenômeno de Canudos não foi apenas os resultados imediatos, dada a proporção do conflito. Para desbaratar a aldeia independente formada na região de Canudos, foram necessárias

⁴⁴ BELLO, José Maria. *História da República*. São Paulo, Companhia Editora Nacional: 1976. Pg.250.

⁴⁵ SILVA, Helio: *Historia da Republica Brasileira, Começa a Revolução 1923-1926*. Rio de Janeiro: Editora Três, 1975. Pg. 45-102.

três forças expedicionárias. A vitória só veio quando foi utilizada artilharia contra a população. Mas a lição não foi aprendida pelo povo: em 1912 e 1914, “fanáticos”, reunidos em torno de José Maria, no Paraná, derrotaram duas expedições militares antes de serem desbaratados. Em 1922, José Lourenço fundou uma comunidade agrícola, que ganhou volume com o tempo, e somente em 1931 a polícia destruiu a comunidade, abrindo fogo contra a população e queimando as plantações e habitações. Aviões abriram fogo contra o reduto de Lourenço, no Ceará⁴⁶.

No que toca aos levantes urbanos, em 1904 a população do Rio de Janeiro se levantou contra a política de vacinação forçada. O movimento espontâneo ganhou líderes políticos oportunistas, que tentaram utilizar a população para a realização de um golpe de força contra o Governo. A insurreição durou oito dias até ser esmagada. Em 1907, no Rio de Janeiro, deu-se o levante do Colégio Militar. Em 1910 ocorreu a revolta da Chibata, movimento de marinheiros e subalternos dos navios de guerra, coordenado por João Candido, um marujo negro. A pauta era pelo fim da punição física contra as tripulações. Realizaram um motim, tomaram os navios e apontaram canhões contra a cidade do Rio de Janeiro. Tiveram sucesso na sua revolta e foram massacrados, embora todos anistiados. Em 1º de dezembro, no entanto, ocorreu um segundo motim em navios de guerra. Mas tal motim não teve sucesso, e todos os envolvidos foram punidos.⁴⁷

Em 1922 ocorreu a revolta dos “18 do Forte”, movimento de militares que se levantaram sem uma pauta política clara e sem apoio popular. Teve como resultado o fuzilamento dos revoltosos. Em 5 de julho de 1924, no entanto, ocorreu um segundo levante militar, dessa vez em São Paulo. O movimento tomou a cidade após algumas lutas de rua por pontos estratégicos. No entanto, as forças oficiais do exército sitiaram a cidade e a bombardearam com artilharia. Os levantados se retiraram da cidade. Em outubro do mesmo ano, ocorreu um levante no Rio Grande do Sul. Os levantados ali logo se dirigiram ao interior do país. Era o movimento

⁴⁶ BASBAUM, Leôncio: *História Sincera da República, de 1889 a 1930*. vol 2. São Paulo: Edições LB, 1962 Pg. 330-331.

⁴⁷ BASBAUM, Leôncio: *História Sincera da República, de 1889 a 1930*. vol 2. São Paulo: Edições LB, 1962 Pg. 332-335.

tenentista que começava a surgir⁴⁸. Esse movimento será tratado com mais detalhe no próximo capítulo da dissertação.

O grande número de conflitos internos contra as oligarquias locais e regionais, quando somados aos conflitos populares que não visavam diretamente a modificação do regime, leva o historiador à conclusão que o conflito fazia parte da vida política da República Velha. A ideia do enfrentamento direto entre forças opostas era parte da experiência política de então. No entanto, até a década de 1920, os conflitos não visavam a derrubada do Governo para a substituição do sistema. Apenas forças minoritárias, como o PCB, possuíam em seus objetivos a proposta de mudança radical do regime. Ainda assim, os comunistas jamais se preparam para fazê-lo.

Em um cenário que o conflito direto tem alto grau de importância, se torna fundamental entender a capacidade de mobilização, de defesa e ataque, que as forças políticas possuíam. Nesse sentido, essa leitura de conjuntura fornece ao historiador uma chave interpretativa: a análise da história organizativa e política do PCB não pode se resumir a leitura dos discursos de estatutos do mesmo.

O exército e a questão militar na República Velha

O exército brasileiro teve um papel de destaque, tanto na formação quanto na superação, da República Velha. Na historiografia há um consenso que as forças armadas possuíram o papel de força centralizadora, em uma república fragmentada entre grupos oligárquicos. Nelson Werneck Sodré chegou a afirmar que o exército possuiu verdadeira função progressista e civilizatória em diversos momentos.

Nos primeiros anos da República Brasileira, sob o governo militar provisório, o reformismo era predominante e havia ânsia por mudanças mais profundas. Floriano tomou medidas enérgicas durante todo seu governo. O caráter de defesa dos ideais republicanos mascarava as ações de Floriano Peixoto. Isso angariou apoio entre a

⁴⁸ BASBAUM, Leôncio: *História Sincera da República, de 1889 a 1930*. vol 2. São Paulo: Edições LB, 1962 Pg. 338-339.

mocidade estudantil, a mocidade militar, intelectuais e camadas numerosas da população urbana. Mas, pouco a pouco os progressistas e militares foram sofrendo isolamento. Após o governo Floriano, no entanto, as oligarquias se estabeleceram no poder. O domínio de cada região por parte das oligarquias passou por constantes conflitos. A partir de 1911, os conflitos locais envolveram a força federal, utilizada para destruir a situação nos diferentes estados. É o caso, por exemplo, de Pernambuco, Ceará, e Bahia. Os conflitos envolveram também jagunços e tropas irregulares, que haviam substituído a Guarda Nacional, ou compunham com esta, a depender do período. As tropas irregulares eram recrutadas nos bolsões de poder onde predominavam as relações ditas feudais.⁴⁹

As forças armadas não existiam apenas para lutar contra adversários ou se impor contra grupos rebeldes. O uso da força física era uma ferramenta para assegurar o trabalho em situações de semiescravidão. Os grupos de cangaço eram por vezes protegidos por um coronel e usados contra seus rivais.

O exército passou por uma lenta transformação desde o princípio da República. Mas foi a partir de 1907 que a modernização do exército começou a se acelerar. O Serviço Militar obrigatório, o armamento, a reorganização de corpos, criações de grandes unidades, sistema de promoções e renovação de quadros eram alguns dos temas que passaram a ser tratados.⁵⁰

A pequena burguesia buscava no exército o espaço para ascensão social e política. No entanto, o projeto militar e o projeto civil de sociedade se distinguiram até 1922. Mesmo quando o objetivo era comum, os movimentos se distinguiram. As revoltas e levantes militares ocorridas até a década de 20 se circunscreviam ao âmbito militar, ainda que apresentassem questões pertinentes ao restante da sociedade. A partir do Tenentismo ocorreu uma aproximação entre o movimento civil e o movimento militar⁵¹.

A Guarda Nacional, estrutura a serviço dos coronéis, só foi extinta em 12 de janeiro de 1918, mas foi substituída pelas polícias militares estaduais. Com o

⁴⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Editoria Civilização Brasileira, 1965. Pg.163-193.

⁵⁰ CARONE, Edgar: *A República Velha*. São Paulo: DIFEL, 1975. Pg.262-353.

⁵¹ CARONE, Edgar: *A República Velha*. São Paulo: DIFEL, 1975. Pg.181.

desenvolvimento e desfecho da Guerra Mundial (1ª Guerra), jovens militares observaram as mudanças necessárias na estrutura do exército. Tais jovens discutiam qual modelo de exército devia ser seguido, mas concordavam que o modelo vigente não podia mais ser aceito. Fundaram a revista *A Defesa Nacional*, onde discutiam o tema. Os oficiais mais antigos se demonstravam refratários a tais mudanças. Mas com a chegada da Missão Militar Francesa, em 1918, o exército começou a se modernizar.⁵²

De 1915 a 1920, o processo de reforma do exército se acelerou em direção à modernização, mas isso não ocorreu sem contradições. Os castigos físicos como punições, assim como torturas, eram comuns internamente no exército. A solitária era largamente utilizada. A alimentação era também precária para os recrutas, o que foi motivo de revolta. A partir de 1915, as revoltas militares tomaram novo aspecto, em especial com as revoltas do 52º B.C. e a dos Sargentos, que: deixaram de ser organizadas pelo alto escalão e passaram a romper a hierarquia⁵³. Começava a surgir o movimento tenentista, que contestava as instituições da República Velha e afirmava o patriotismo.

O caso da sessão do Clube Militar, realizada no dia 24 de julho de 1922, demonstra o conflito existente entre a velha oficialidade, adepta da estrutura antiga pela qual o exército atuava de forma figurativa, e os jovens tenentes, que defendiam a modernização do exército. O caso foi narrado pelo tenente Gwaier de Azevedo, em sua obra sobre a sessão.⁵⁴

O exército era compreendido pelas oligarquias como inimigo, que devia ser combatido. Era contra este que elas organizavam a suas forças locais, irregulares, baseadas na jagunçada.⁵⁵ A tentativa de transformar a força militar em instrumento do latifúndio e das oligarquias levou o governo ao desastre. Até mesmo setores do

⁵² SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Editoria Civilização Brasileira, 1965. Pg.198-200.

⁵³ CARONE, Edgar: *A República Velha*. São Paulo, DIFEL, 1975. Pg.367.

⁵⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Editoria Civilização Brasileira, 1965. Pg.202.

⁵⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Editoria Civilização Brasileira, 1965. Pg.210.

exército que até então estavam imunes à atuação tenentista passaram a compreender a necessidade de uma de uma transformação.⁵⁶

A questão militar influenciou a organização social. Seja pela atuação do exército nacional, seja pela formação das milícias locais coordenadas pela oligarquia. Efetivamente, a violência armada foi, durante toda a república, parte da vida do povo brasileiro, especialmente no campo. A modernização do exercito se acelerou no final da década de 1910, o que colocou as forças armadas em conflito. Os interesses da oligarquia dominante e as tentativas de utilizar o exército nacional para impô-los colocaram os militares em situação crítica. Tiveram que decidir entre (1) sustentar a oligarquia contra o restante da sociedade; ou (2) assumir um papel ativo na derrubada do regime até então vigente.

⁵⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Editoria Civilização Brasileira, 1965. Pg.226.

A Crise e O Tenentismo

Para a compreensão de quais foram e por que ocorreram as mudanças históricas no PCB de 1922 a 1935, é necessário conhecer as mudanças sofridas pelo Brasil nesse período. O ano de 1930 foi marcado pela Revolução que derrubou a República Velha. A partir daquele momento o país passou por um processo acelerado de mudanças. Houve uma mudança completa na correlação de forças, ao menos temporariamente.

Para entender as posições do PCB e sua atuação a partir de 1930 é necessário entender também quais foram as forças políticas que atuaram no período. Em especial, destaca-se o Tenentismo. O próprio Partido Comunista reconheceu desde cedo a importância do movimento do oficialato subalterno do exército, embora não tenha se aliado a ele.

Mesmo que se pretenda uma descrição das mudanças pelas quais o país passou a partir de 1930 e uma descrição das forças atuantes, que serviram como fator explicativo para as mudanças sofridas pelo o PCB, é necessário começar a discussão pela gênese e desenvolvimento do Tenentismo. Este não foi um movimento unificado em torno de um projeto político. Foi um movimento que se aglutinou em torno da percepção de que o velho sistema baseado nas oligarquias precisava ser superado. Dentro desse movimento havia setores de diferentes linhas políticas, desde os ligados à ideias fascistas até aqueles ligados a ideias revolucionárias socialistas. A literatura existente trata extensivamente do tema.⁵⁷

⁵⁷ Sobre o tema Tenentismo ler: CARONE, Egard. "A Internacional Comunista". in *Entre Passado & Futuro*. BARBOSA, Wilson de Nascimento e outros autores. Editora Xamã: São Paulo, 2002; CARONE, Edgard. *A República Velha, Instituições e Classes Sociais*. São Paulo: Difel, 1975; CARONE, Edgar. *O Tenentismo*. São Paulo: Difel, 1973; BASBAUM, Leôncio: *História Sincera da República, de 1889 a 1930. vol 3*. São Paulo: Edições LB, 1962. FIGUEIREDO, Eurico de Lima (org). *Os militares e a revolução de 30*. Rio de Janeiro, Ed Paz e Terra: 1979; SANTA ROSA, Virginio. *O Sentido do Tenentismo*. São Paulo: Ed Alfa ômega, 1976; SODRE, Nelson Werneck. *A Coluna Prestes*. São Paulo, Circulo do Livro, 1978; SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Editoria Civilização Brasileira: 1965.

Ao lado do PCB, o Tenentismo foi um dos únicos movimentos a questionar os alicerces políticos do regime da República Velha. Embora o programa de ambos fosse distinto no que tocava o objetivo final, e métodos empregados, o inimigo imediato era o mesmo: as oligarquias. Esse fato tornava a ambos aliados em potencial. No entanto, ao não ser forjada tal aliança, eles se tornaram, em grande medida, rivais. O fortalecimento do Tenentismo impedia o fortalecimento do PCB.

O Tenentismo efetivamente chegou ao poder em 1930 e cresceu em influências até 1932. A partir dali apenas perdeu espaço para as oligarquias. No entanto, um setor de esquerda do Tenentismo não participou da direção do governo. Pelo contrário, foi isolado do restante do movimento já a partir de 1930. O caso de Luis Carlos Prestes é visível. Em 1929, ele rompeu com o movimento ao qual pertencera ao se declarar comunista. No entanto, poucos o seguiram.

O Tenentismo de esquerda, incluindo Luis Carlos Prestes, desprovido do poder, viu-se isolado entre seus próprios antigos aliados de arma. Buscou espaço junto a uma organização política que lhe possibilitasse a tomada do poder e a realização de uma revolução radical, que subverteria a ordem em favor das massas do país. Essa organização foi o PCB. Ao adentrar nessa organização, lograram conquistar paulatinamente os cargos de direção. Em 1934, noventa por cento dos militantes do PCB haviam ingressado após a revolução de 1930.

Para compreender o processo que possibilitou essa mudança histórica, a convergência entre Tenentismo de esquerda e o Partido Comunista do Brasil (PCB), se faz necessário retomar o que foi o Tenentismo e o que foi o regime que se constituiu entre 1930 e 1937. Não é objetivo desta pesquisa, no entanto, esgotar as discussões sobre o Tenentismo. Pelo contrário, utilizou-se aqui uma literatura que basta para a compreensão do sentido geral do tenentismo como força política que iria influenciar o PCB, embora não bastaria para compreender os meandros do próprio Tenentismo.

Os antecedentes e a gênese do Tenentismo.

Discutir de onde e como surgiu o Tenentismo como movimento nacional é um objeto de estudo para obra a parte. No entanto, é possível elencar rapidamente alguns dos antecedentes e alguns fatores da formação do Tenentismo. Já foi apresentado nessa dissertação aspectos da organização da República Velha e o papel do exército na mesma. Também já foi elencada a modernização pela qual a instituição passou a partir do final da década de 1910.

A historiografia concorda que o Tenentismo foi resultado também da contradição entre a modernização do exército e o sistema arcaico baseado nas oligarquias locais. Há uma concordância que o exército foi um espaço importante de atuação da pequena burguesia, que era inviabilizada para atuar na política diretamente, mas que encontrava abrigo no exército. No entanto, os membros da pequena burguesia no exército não compartilhavam um projeto político com a sua similar civil.⁵⁸

Em sua obra antológica intitulada *O Tenentismo*, Edgar Carone destacou três episódios importantes que expressaram o processo de formação histórica do Tenentismo. Foram eles: (1) *Revolta dos sargentos no Rio de Janeiro*; (2) *As cartas falsas de Artur Bernardes*; (3) *A reunião do Clube Militar em 24 de Julho de 1922*⁵⁹.

A Revolta dos Sargentos de 1915/1916 foi planejada para ser um levante do Distrito Federal (Rio de Janeiro), organizado por líderes civis. A revolta foi desbaratada pelo governo antes de acontecer, enquanto ainda estava em sua etapa de preparação. Os sargentos envolvidos foram expulsos das fileiras do exército, marinha e da brigada militar. Os políticos envolvidos não sofreram punição.⁶⁰

As cartas falsas de Artur Bernardes foram atribuídas à Bernardes em 1922, mas que posteriormente foram desmascaradas como sendo falsas. Nas cartas havia um ataque direto ao Marechal Hermes da Fonseca, utilizando termos pesados para classifica-lo como indisciplinado e anarquizador. As cartas davam igual tratamento a outros generais. Embora as cartas tenham sido desmascaradas como falsas, uma parcela do exército continuou a creditá-las a Artur Bernardes. Quando Artur se

⁵⁸ CARONE, Edgar: *A Republica Velha*. São Paulo: DIFEL, 1975. Pg.181.

⁵⁹ CARONE, Edgar. *O Tenentismo*. São Paulo: Editora Difel, 1973. Pg.21-22.

⁶⁰ CARONE, Edgar. *O Tenentismo*. São Paulo: Editora Difel, 1973. Pg.19-22.

candidatou à presidência, o exército reagiu apresentando posição contrária ao voto no mesmo.⁶¹

Artur Bernardes foi eleito, mas sua presidência foi instável desde o começo. Já em 1922, ocorreu o caso da disputa em Pernambuco pela presidência de estado, como já levantado no capítulo anterior. A disputa em Pernambuco chegou ao confronto armado nas ruas, entre o grupo que estava no poder e a oposição. A presidência apoiou o grupo de oposição. O Marechal Hermas da Fonseca, no entanto, apelou às forças federais à desobedecerem as ordens do presidente. Que apoiassem então o grupo do governo do estado. O presidente ordenou a prisão do Marechal.⁶² A prisão de Hermes da Fonseca foi episódio motivador do levante dos Dezoito do Forte, de 1922.

Além dos dois fatores já citados, Carone e outros historiadores, como Nelson Werneck Sodré, dão importância para a reunião do Clube Militar de 24 de julho de 1922. A reunião foi narrada pelo então tenente Gwaier. Ele reproduziu partes de seu discurso na ocasião. Gwaier denunciou naquela reunião a situação de corrupção generalizada do exército, em especial no alto escalão, e a submissão do mesmo ao Presidente de República. Gwaier chegou a denunciar alguns dos generais presentes por terem desviado verbas e suprimentos e até mesmo ter mandado “fuzilar a torto e a direito”. O tenente chegou a afirmar “estamos às portas da Revolução”⁶³.

O que os documentos demonstram é que, entre meados de 1915 e 1922, os subordinados e a oficialidade subalterna do exército passaram por um processo de tomada de consciência, que levava a ação consciente contra a hierarquia. Tal fenômeno demonstrava um processo de fissura institucional dentro do exército. Era o processo de acirramento das contradições entre parte do efetivo do exército e o poder instituído. Isso criou condições de formação do movimento que seria chamado de Tenentismo.

Os levantes tenentistas e a coluna Prestes.

⁶¹ CARONE, Edgar. *O Tenentismo*. São Paulo: Difel, 1973. Pg. 22-23.

⁶² BELLO, José Maria. *História da República*. São Paulo: Companhia Editora Nacional: 1976. Pg. 250.

⁶³ CARONE, Edgar. *O Tenentismo*. São Paulo: Difel, 1973. Pg. 27.

Entre a prisão do Marechal Hermes da Fonseca e o discurso de Gwaier na reunião do Clube Militar ocorreu o episódio do Levante dos “18 do Forte”. Em 1922, a 5 de Julho, ocorreram levantes no Forte de Copacabana, Forte do Vigia, na Vila Militar e na Escola Militar do Realengo. Foi no forte do Copacabana que a sublevação teve maior duração. Ocorreram no mesmo mês as revoltas no Mato Grosso de Campo Grande. No próprio dia 5, e a de Três Lagoas, no dia 8. Tais levantes foram marcados pelo fato que foram organizados por tenentes. A pauta imediata do levante era a revolta contra a prisão do Marechal Hermes da Fonseca, mas fazia-se crítica direta ao presidente. Não apresentavam, no entanto, nenhuma intenção de realizar um golpe de estado. Os jovens que se sublevaram sofreram dura repressão, e poucos sobreviveram.

Os levantes foram considerados um marco para a formação do movimento Tenentista. A força simbólica do episódio dos “18 do Forte” não está nos ideais que defendiam ou na conspiração que realizou. Pelo contrário: foi justamente a repressão desmedida contra os sublevados que causou indignação mais ampla entre o oficialato. Foi a partir desse ponto que grupos de tenentes passaram a conspirar ativamente contra o governo.

Durante o ano de 1923, um grupo de jovens oficiais começou a conspirar para a realização de um levante, visando alterar o sistema eleitoral do país. Entre os conspiradores estavam Joaquim Távora, Miguel Costa e o General Isidoro Dias. Eles planejaram uma ação para 5 de julho de 1924, data de aniversário do levante de 5 de julho 1922. A ideia inicial era tomar a cidade de São Paulo rapidamente, de onde irradiariam o movimento.

Em 1924, a 5 de julho, ocorreu o levante em São Paulo. O levante ocorreu com contratempos, e demorou mais do que o esperado para que a cidade fosse tomada pelos tenentistas. Houve resistência governamental em diversos pontos. Nos dias 5 e 6 de julho, os efetivos do governo e dos revoltosos entraram em conflitos pesados pela cidade. Somente a partir do dia 7, os tenentistas adquiriram o domínio temporário de São Paulo, embora não tenham assumido o governo da mesma. As tropas legalistas continuaram a atacar os revolucionários, mas sem conseguir os

vencer em combate, passaram a bombardear a cidade. A tropa levantada organizou então sua retirada da cidade, fugindo dela na passagem do dia 27 para o dia 28⁶⁴. No momento da retirada os revolucionários contavam com um efetivo de 3000 homens.⁶⁵

Diante da necessidade da retirada, ocorreu aos revolucionários a ideia de se expandirem pelo interior, apossando-se temporariamente de cidades. Adotaram, a partir daí, uma guerra de movimentos, tendo diversos episódios de confrontos, como o ataque à Três Lagoas e a tomada de Guairá e Foz de Iguaçu. Em alguns locais receberam apoio da população local, como no caso dos funcionários da estrada de ferro de Douradense. Em outros, encontraram a população amedrontada.⁶⁶ Tal fenômeno gerou a Coluna Paulista, ou Coluna Miguel Costa.⁶⁷

O levante de São Paulo foi secundado por levante no Rio Grande do Sul. Na noite de 28 para 29 de outubro de 1924, o tenente Mário Fagundes Portela e o capitão Luis Carlos Prestes dirigiram o levante militar da região das Missões (RG). Compreendendo que a permanência na região levaria ao esmagamento dos revoltosos, Prestes coordenou a retirada. Foi nesse episódio que ele começou a se destacar militarmente. A Coluna recém-formada conseguiu vitoriosamente se desviar de confrontos mais complicados. As tropas lideradas por Luis Carlos Prestes, apesar de inicialmente ser um agrupamento do exército, receberam adesão de milícias civis do Rio Grande do Sul. A composição da tropa dificultou de início a disciplina. A coluna de Prestes foi formada por mil e quinhentos homens, mas logo foi reduzida a oitocentos homens pelo desgaste de confrontos e desgaste moral.⁶⁸

No dia 12 de abril de 1925, a coluna paulista e a coluna Prestes se unificaram. Prestes apresentou Miguel para a chefia, mas este declinou, dizendo ser vital que um oficial do exército comandasse a coluna. Então, Luis Carlos Prestes assumiu o comando do Estado-Maior da coluna⁶⁹. Prestes ganhou cada vez mais autoridade

⁶⁴ CARONE, Edgar. *O Tenentismo*. São Paulo: Difel, 1973. Pg.33-70.

⁶⁵ SODRE, Nelson Werneck. *A Coluna Prestes*. São Paulo: Circulo do Livro, 1978. Pg.30.

⁶⁶ CARONE, Edgar. *O Tenentismo*. São Paulo: Difel, 1973. Pg.75-80.

⁶⁷ CARONE, Edgard. *Revolução do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1975. Pg.51-53.

⁶⁸ CARONE, Edgar. *O Tenentismo*. São Paulo, Difel, 1973. Pg.87-93.

⁶⁹ CARONE, Edgard. *Revolução do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1975. Pg.54-55.

entre a tropa. Sua capacidade de comando e estoicismo, tal qual sua noção de justiça, conquistou a amizade e confiança de seus companheiros.⁷⁰ Futuramente, essa nova etapa da Coluna seria chamada apenas de Coluna Prestes.

A coluna Prestes combateu por diversas ocasiões contra as forças regulares do exército. Mas foram as forças irregulares organizadas pelos latifundiários que mais atacaram o movimento. Elas eram bandos de jagunços organizados nas diferentes regiões sob o mando direto dos latifundiários. A oligarquia utilizava também o cangaço como tropa auxiliar. No combate à coluna, tais grupos arrasaram e saquearam povoados por onde passaram. As polícias locais também agiram de forma sanguinária e assassinavam suspeitos de ser associados, apoiadores da coluna e até parentes de apoiadores.⁷¹

A Coluna foi secundada pelos seguintes movimentos de levante: Revolta do 10º R.C.I., Mato Grosso, 1924; Revolta do Tenente Ribeiro Júnior, Amazonas, 1924; Conspirações do Engenho Novo, Rio de Janeiro, 1924; Revolta de Herculino Cascardo, Marinha, 1924; Revolta em Corumbá, 1925; Revolta Protógenes Guimarães, na Marinha, 1925; Revolta do 3º R.O, Rio de Janeiro, 1925; Coluna Relâmpago, Rio Grande do Sul, 1925-27. Foram, portanto, ao menos oito levantes. Os revolucionários acabaram por migrar para Bolívia, Argentina e Uruguai. Calcula-se que entre combatentes e familiares, totalizou-se cerca de dez mil exilados.⁷²

Dos diversos levantes que ocorreram entre 1924 e 1927, enquanto Prestes percorria o país com a Coluna, o de maior importância foi o levante no Rio Grande do Sul de novembro de 1925 a 1927. Esse episódio ficou conhecido como A Coluna Relâmpago. A revolta envolveu levantes e forças organizadas no Uruguai e na Argentina. No entanto, as forças revoltosas foram debandadas. É importante destacar que na ocasião da Coluna Relâmpago, as forças do estado foram fortemente mobilizadas para reprimi-la, o que resultou em diversos confrontos. Em um deles, Osvaldo Aranha esteve no comando das forças oficiais contra a Coluna Relâmpago, mas foi ferido pelos revoltosos.⁷³

⁷⁰ SODRE, Nelson Werneck. *A Coluna Prestes*. São Paulo: Circulo do Livro, 1978. Pg.52-53.

⁷¹ SODRE, Nelson Werneck. *A Coluna Prestes*. São Paulo: Circulo do Livro. Pg.40-43.

⁷² CARONE, Edgar. *O Tenentismo*. São Paulo: Editora Difel, 1973. Pg.103-149.

⁷³ CARONE, Edgar. *O Tenentismo*. São Paulo: Editora Difel, 1973. Pg.50-113.

Os levantes de 1922, 24 e 26 foram resultado da explosão política sofrida pela pequena burguesia que fora comprimida nos quadros legais, não tendo alternativa de atuação senão através de levantes e conspirações. Mas, faltava a esta uma ideologia definida à subversão, à mudança irrevogável da sociedade. Não havia clareza dos motivos causadores das manifestações desse período, mesmo entre os próprios líderes revoltosos.⁷⁴

A Coluna Prestes não realizou reformas profundas por onde passou, mas buscou queimar os documentos que prendiam camponeses e famílias pobres às dívidas com o latifúndio. Ideologicamente, a coluna tinha principalmente a luta contra a oligarquia como fundamento. Acreditavam seus membros que a corrupção das oligarquias vinha empobrecendo a nação. Era uma ideologia pequena burguesa e reformista de caráter ético.⁷⁵

As colunas de 1924 a 1926 encontraram apoio passivo, mas entusiasmado da população urbana. No entanto, se depararam com a inércia das massas rurais. Pessoas do sertão foram armadas e organizadas contra as colunas. Isso certamente enfraqueceu o potencial revolucionário da Coluna.⁷⁶

Ainda, o levante tenentista expressava uma compreensão pequeno burguesa da política. Reconhecia a opressão e o papel da oligarquia no Governo, mas buscava apoio da burguesia. A burguesia, no entanto, recusou-se a apoiar os tenentistas. Durante o levante em São Paulo, os revolucionários pouparam e protegeram os bancos, os estabelecimentos comerciais e as indústrias, por vezes até ameaçando a população que realizava saques. Negou-se o movimento a receber ajuda de alguns anarquistas e operários, que estavam dispostos a dar-lhe apoio e pegar em armas em troca de maior liberdade.⁷⁷

No exílio, já em 1927, Prestes foi tendo contato com a ideologia do comunismo. A aproximação não foi de imediato, mas fez Prestes refletir sobre a necessidade de buscar na massa o apoio político e social para a mudança do país, na luta contra as oligarquias. O comunismo dava instrumentos teóricos para Prestes entender a

⁷⁴ ROSA, Virginio Santa. *O Sentido do Tenentismo*. São Paulo: Ed Alfa ômega, 1976. Pg.40.

⁷⁵ SODRE, Nelson Werneck. *A Coluna Prestes*. São Paulo: Circulo do Livro. Pg.46-56.

⁷⁶ ROSA, Virginio Santa. *O Sentido do Tenentismo*. São Paulo: Ed Alfa ômega: 1976. Pg.45.

⁷⁷ CARONE, Edgard. *Revolução do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1975. Pg.61.

desigualdade social que vivenciou no interior. Como membros da pequena burguesia, muitos integrantes da Coluna não podiam conhecer a existência da pobreza que observaram, como revelou Prestes em uma entrevista.⁷⁸

Essa trajetória do tenentismo, aqui descrita, foi observada pela população de todo o país. Surgiu, durante esse período, um tenentismo civil, que defendia a Coluna Prestes como algo justo. No movimento operário isso também ocorreu. Não foi atoa que o PCB se preocupou em se diferenciar dos movimentos que identificavam como pequeno burgueses. Enquanto a população passou aos poucos a admirar os jovens militares que se levantaram contra a oligarquia, os comunistas se esforçaram para não se identificar com o mesmo. Optou-se assim pela rivalidade, no lugar da aliança. Os comunistas saíram perdendo.

A Conspiração e a Revolução de 1930.

Na historiografia há certo acordo quanto ao papel fundamental do Tenentismo na Revolução de 1930. Com raras exceções, como Jordan Young, a historiografia conta que a partir do ano de 1929 houve uma convergência entre o Tenentismo e oligarquias dissidentes do regime. Tal convergência tornou possível uma aliança, que veio a tomar o poder em 1930. Os tenentistas encabeçaram o processo de conspiração que tornou possível a tomada do poder.

Mas, para Young, em seu artigo *Aspectos Militares da Revolução de 30*, os tenentistas não foram a cabeça do processo. Os chefes da revolução de 1930 não foram os tenentes de 22 e 24. Eles atuaram sob comando do tenente-coronel Góes Monteiro. Já em maio de 1930, começara a conspiração para a Revolução. Mas os planos esfriaram e só foram retomados efetivamente a partir do assassinato do candidato derrotado a vice-presidente pela Aliança Liberal. Embora alguns membros do Estado-maior do exército rebelde já estivessem prontos para o levante em fins de agosto, a revolução apenas estourou após Getúlio Vargas enviar um representante

⁷⁸SODRE, Nelson Werneck. *A Coluna Prestes*. São Paulo: Circulo do Livro. Pg.66-80.

para conversar com militares do Rio de Janeiro sabidamente apoiadores da Aliança Liberal⁷⁹.

Luis Carlos Prestes havia sido procurado desde 1929 para aderir ao movimento da Aliança Liberal. O prestígio deste o colocava como candidato natural à líder dos rebeldes militares. Mas ele se recusou a participar do movimento⁸⁰, e com isso a importância dos tenentistas na liderança do processo revolucionário diminuiu.

A revolução ganhou adesão de diferentes grupos políticos, conforme se delineava. É o caso do governador provisório de Espírito Santo, que assumiu após a fuga do antigo Governador. Para Young, portanto, o que explica o processo revolucionário foi uma cisão entre os grupos políticos e a adesão de membros do comando do exército a essa.

Mas, a história contada pelo restante da historiografia encontra certa continuidade de um mesmo processo entre os levantes de 1922 e a Revolução de 1930. Tanto a cisão dentro dos grupos oligárquicos como os levantes tenentistas tinham origem em um mesmo problema: a estrutura política e social da República Velha, que garantia a reprodução dos mesmos grupos, no Governo Federal e nos Governos de estados. Essa estrutura forçava à luta direta e já foi descrita no capítulo que trata sobre a República Velha.

Parcelas das oligarquias dominantes, em especial a mineira e a gaúcha, cindiram com as demais. Ao realizarem o rompimento com o governo aproximaram-se dos tenentistas. Dessa aproximação surgiu a Aliança Liberal. Tal aliança buscou em primeiro momento aglutinar os dissidentes do governo. Em seguida, passou a procurar atrair camadas da pequena burguesia.⁸¹

A Aliança Liberal formou-se em 1929 e era movimento de oposição para a disputa presidencial. Incluía no seu programa as reformas políticas propostas pelos tenentistas. No entanto, os políticos tradicionais é que encabeçavam a Aliança. O caráter de oposição da mesma atraiu muitos tenentistas, que passaram a conspirar

⁷⁹ YOUNG, Jordan. *Aspectos Militares da Revolução de 30*. in “Os militares e a revolução de 30”. org Eurico de Lima Figueiredo. Rio de Janeiro: Ed Paz e Terra 1979. Pg16- 21.

⁸⁰ YOUNG, Jordan. *Aspectos Militares da Revolução de 30*. in “Os militares e a revolução de 30”. org Eurico de Lima Figueiredo. Rio de Janeiro: Ed Paz e Terra: 1979. Pg.23.

⁸¹ ROSA, Virginio Santa. *O Sentido do Tenentismo*. São Paulo: Ed Alfa ômega: 1976. Pg.50.

junto à essa para uma possível tomada do poder, caso as eleições fossem manipuladas. Luis Carlos Prestes foi convidado para participar da conspiração, mas negou-se, afirmando que não se interessava por competição entre as oligarquias.⁸²

O grosso dos tenentistas rompeu com Prestes, conforme este traiu os interesses da pequena burguesia, e passou a adotar uma doutrina internacionalista e ligada ao proletariado, em 1929⁸³. Coordenados por um núcleo conspirativo dirigente dos tenentistas, do qual fazia parte Juarez Távora, os tenentistas aderiram à Aliança Liberal.

Os tenentistas se configuravam como uma força singular em 1930. Ao contrário do restante da Aliança Liberal, não buscavam apenas a vitória política. Desejavam utiliza-la para realizar seu programa de mudanças na sociedade. Durante a Coluna de 24 a 26, os tenentistas haviam configurado uma doutrina, ao passo que ganharam um conjunto de concepções sobre o Brasil. Em 1930, já haviam se tornado símbolos da transformação nacional e do progresso⁸⁴. Embora tenham participado da Aliança Liberal e da campanha eleitoral do candidato da mesma, Getúlio Vargas, os tenentistas estavam dispostos à estourar um levante assim que fosse divulgado o resultado negativo das eleições.

Com a derrota do candidato da Aliança Liberal, os tenentistas continuaram seu plano para a realização do levante, tomando a frente do processo⁸⁵. No dia 3 de outubro de 1930, a dita revolução começou. Os revolucionários demoraram pouco até a conquista do poder, colocando o Sr. Getúlio Vargas como ditador temporário.

Nesse período, dentro do Partido Comunista disputavam duas linhas diferentes. Otávio Brandão defendia que era necessário se aliar aos tenentistas e as forças que se opunham à oligarquia que estava no poder. Para ele, a prioridade dos comunistas deveria ser participar da luta contra o agrarismo, mesmo que em posição secundária. No entanto, a maioria do partido discordava dessa linha. Acreditava-se

⁸² CARONE, Edgard. *Revolução do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1975. Pg.73-75.

⁸³ WIRTH. John d. *O Tenentismo na Revolução de 30*. in "Os militares e a revolução de 30". org Eurico de Lima Figueiredo. Rio de Janeiro: Ed Paz e Terra 1979 Pg.42.

⁸⁴ WIRTH. John d. *O Tenentismo na Revolução de 30*. in "Os militares e a revolução de 30". org Eurico de Lima Figueiredo. Rio de Janeiro: Ed Paz e Terra, 1979 Pg.39-41.

⁸⁵ CARONE, Edgard. *Revolução do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1975. Pg.81.

que a revolução democrática burguesa deveria ser feita pelo proletariado, sem a aliança com setores radicais da pequena burguesia. Segundo essa leitura, também os tenentistas se tornariam ferramenta do imperialismo e não trariam um verdadeiro avanço na estrutura política e social do país. A decisão final, assim, foi de não participar da Aliança Liberal.

Dado o grau de anticomunismo de muitos de componentes da Aliança Liberal, e da baixa organização do PCB é difícil imaginar que a adesão a ela traria necessariamente um resultado diferente. Na verdade, a força dos comunistas e sua capacidade eram tão pequenas, que dificilmente essa aliança alteraria os rumos da história. Ainda assim, optou-se pelo isolamento político, o que trouxe consequências, como será demonstrado em capítulos seguintes. Na prática, o PCB manteve-se igualmente oposto tanto à oligarquia como à Aliança Liberal.

A disputa pelo poder pós 1930 e as Forças componentes.

Logo após o sucesso da Revolução de 1930, os revolucionários se depararam com o primeiro problema. A Aliança Liberal era composta por diferentes forças sociais e políticas. Com a tomada do poder a questão da divisão do governo entre tais forças surgiu como um ponto de disputa, que perduraria até 1935. Para entender os conflitos internos do regime instituído a partir da vitória dos revolucionários, é necessário entender a composição das forças que passaram a disputar a direção do país.

Nelson Werneck Sodré explicou que a revolução de 1930 trazia em si duas componentes: (1) a civil, composta por políticos de oposição e membros de oligarquias dissidentes; (2) a militar, composta por revolucionários tenentistas e militares aderentes à revolução. A disputa entre as duas vertentes se mostrou desde os primeiros dias. A primeira defendia as reformas apenas de natureza política, enquanto a segunda defendia reformas mais profundas na sociedade. As mudanças

defendidas pelo setor tenentista não eram bem definidas, tomando o caráter por vezes de um socialismo amorfo e por outras de um fascismo incipiente⁸⁶.

Na luta entre os dois componentes, os tenentistas tentaram se articular para derrotar as oligarquias. Com esse fim viriam a fundar o Clube 3 de Outubro, com o intuito de articular o setor mais combativo do exército. Mas não era suficiente. O Estado foi sendo remodelado para o limite aceitável pela burguesia, de acordo com os anseios das oligarquias locais. O Tenentismo foi aos poucos aliado do poder⁸⁷.

Segundo Robert J Alexander, no artigo *O Movimento Tenentista*, a aliança liberal contou com o apoio da maioria dos tenentes, sendo exceção Luis Carlos Prestes. Embora os tenentistas tenham realizado com sucesso a revolução, não lograram formar um partido tenentista. Sem uma organização partidária, foram incapazes de atuar organizadamente e de se defender dos ataques que receberam, uma vez quando estavam no poder. Nem puderam sustentar e realizar um único programa político⁸⁸.

No entanto, o corpo regular do exército, em especial os generais do antigo regime, desprezavam os jovens tenentes, que eram vistos como aproveitadores, por exigirem promoções rápidas pelo seu papel na revolução. Mesmo assim, alguns membros do Estado Maior do antigo exército compuseram o governo com Vargas. Outros se demitiram, e passaram a atuar na oposição a este.⁸⁹

Outra força que foi foco de disputa pelo regime, desde cedo, foi o papel do operariado. O governo criou sindicatos pelegos, emersos na burocracia, revogou a lei de férias e criou o salário mínimo de 200\$000. Sindicatos mistos de trabalhadores e patrões foram criados, à moda italiana. Jovens foram proibidos de se sindicalizar, a fim de reduzir a combatividade dos sindicatos.⁹⁰

⁸⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Editoria Civilização Brasileira, 1965. Pg.240-339.

⁸⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Editoria Civilização Brasileira, 1965. Pg.251.

⁸⁸ ALEXANDER, Robert J: *O Movimento Tenentista*. in "Os militares e a revolução de 30". org Eurico de Lima Figueiredo. Rio de Janeiro: Ed Paz e Terra, 1979. Pg.64-69.

⁸⁹ WIRTH, John d. *O Tenentismo na Revolução de 30..* in "Os militares e a revolução de 30". org Eurico de Lima Figueiredo. Rio de Janeiro: Ed Paz e Terra, 1979. Pg.45.

⁹⁰ BASBAUM, Leôncio: *História Sincera da República, de 1889 a 1930. vol 3*. São Paulo: Edições LB, 1962. Pg.34-35.

Ao analisar o período de 1930 a 1935, Leôncio Basbaum deu grande importância para o papel da força social que se aglutinou em torno de Luis Carlos Prestes. Prestes, antigo líder revolucionário e ex-chefe do Estado-maior da Coluna Prestes, se declarou comunista desde 1931. Naquele ano, criou a Liga de Ação Revolucionária, que durou pouco e aglutinou alguns seguidores, mas que não conseguiu se firmar como um movimento de influência na sociedade. Em 1934, passou a ser considerado membro do Partido Comunista do Brasil. Em março de 1935, foi eleito *in absentia* presidente de honra da ANL. Prestes simbolizou uma força social a parte, que foi chamado pelos comunistas de *Prestismo*. Tal força atuou durante o período de 1930 a 1935, ganhando maior importância após 1932, inclusive no Partido Comunista.⁹¹

A influência tenentista.

A vitória da Revolução de 1930 foi, em grande medida, uma vitória do movimento tenentista. Se não dos tenentistas participantes dos levantes de 1922, 1924 e 1926, certamente dos adeptos ao Tenentismo, que surgiram durante o processo. A vitória da revolução de 1930 significou, politicamente, a imediata instalação de interventores em diversos estados, em substituição aos governadores. Quase todos os interventores eram tenentes. No entanto, já em 1931, as antigas oligarquias passaram a atuar junto aos interventores em muitos estados. Novos partidos aos poucos foram se formando, mas estes eram apenas mascaras para os Partidos Republicanos estaduais.⁹²

A Revolução significou a ascensão dos tenentistas à direção do país, mas eles precisaram compor parte do governo com as oligarquias com as quais se aliaram, para tornar possível a presença no poder. Embora tivessem conquistado o poder em diversas regiões, na prática não tinham a influência que desejavam no Governo Federal.

⁹¹ BASBAUM, Leôncio: *História Sincera da República, de 1889 a 1930. vol 3.* São Paulo: Edições LB, 1962. Pg.89.

⁹² BASBAUM, Leôncio: *História Sincera da República, de 1889 a 1930. vol 3.* São Paulo: Edições LB, 1962. Pg.17-18.

Os tenentes, quando chegaram ao Rio de Janeiro em novembro de 1930, não conseguiram ocupar cargos ou influenciar a política governamental. Vargas estava neutralizado por reivindicações de diversas procedências⁹³. A frustração dos tenentes ficou clara com o pacto de Poços de Caldas, onde definiram seus planos para tornar o regime uma ditadura mais forte.⁹⁴

Tomado o poder, os setores da Aliança que derrubou o antigo governo começaram a disputar entre si. As oligarquias dissidentes e os tenentistas começaram a disputa por ministérios. Os tenentes ocuparam boa parte das interventorias de Estados, mostrando sua força na direção do processo revolucionário. A disputa aparece, por exemplo, na questão do movimento operário. Estourou, logo após a revolução, uma série de greves e mobilizações por liberdade sindical e amparo legal para os trabalhadores. Em dezembro de 1930, foi criado o Ministério do Trabalho, ligado à oligarquia gaúcha. A lei de sindicalização proposta pelo ministro Lindolfo Collor foi criticada pelo Clube 3 de Outubro (dirigido pelos tenentistas), por não dar direitos políticos para associações sindicais. Isso levou a queda do ministro.⁹⁵

Na busca de se impor contra as oligarquias e demais grupos sociais que discordassem do projeto que os tenentistas começavam a construir, eles utilizaram diversos instrumentos. A Legião Revolucionária foi um dos instrumentos, de recorte ideológico parafascista, que foram utilizados como forma de construção e imposição de um projeto. Em São Paulo, quem coordenou a Legião foi Miguel Costa, chefe da polícia do Interventor João Alberto.

Logo após a revolução, alguns dos tenentistas passaram a constituir as Legiões de Outubro (ou Legiões Revolucionárias). João Alberto, Miguel Costa, Góes Monteiro e Osvaldo Aranha foram alguns dos que organizaram tais grupos. Osvaldo Aranha teve uma influência pessoal muito grande na formação das Legiões Revolucionárias.

⁹³ CONNIFF, Michael L: *Os Tenentes no Poder: uma Nova Perspectiva da Revolução de 30*. in "Os militares e a revolução de 30". org Eurico de Lima Figueiredo. Rio de Janeiro: Ed Paz e Terra, 1979. Pg.133.

⁹⁴ CONNIFF, Michael L: *Os Tenentes no Poder: uma Nova Perspectiva da Revolução de 30*. in "Os militares e a revolução de 30". org Eurico de Lima Figueiredo. Rio de Janeiro: Ed Paz e Terra, 1979. Pg. 133.

⁹⁵ CARONE, Edgard. *Revolução do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1975. Pg.86.

Ele pretendia com elas dar corpo e conteúdo para o movimento tenentista que havia sido vitorioso na revolução.⁹⁶

Aranha se inspirou em autores como Alberto Torres e Oliveira Vianna para formular algumas propostas morais e socioeconômicas para as legiões. Entendia que estas deviam se aproximar de algumas ações tomadas no exterior pelos fascistas e pretendeu transformar as legiões revolucionárias em um Partido Revolucionário Nacional.⁹⁷

No entanto, a atuação das Legiões Revolucionárias não seguiu o sentido da unidade nacional. Ao contrário, envolveram-se em disputas locais. No caso de São Paulo, a Legião Revolucionária de Miguel Costa atuou na perseguição de membros do Partido Democrático, que havia apoiado a revolução. A legião incluía, em São Paulo, antigos membros do PRP. Em Minas Gerais, a Legião de Francisco Campos causou conflitos ainda mais abertos e durou ainda mais. Em Minas, a Legião possuía uma lealdade aberta em relação à Igreja, e defendia em especial o ensino religioso. E dava mais ênfase ao caráter parafascista da organização. Francisco Campos, dedicado em destruir o Partido Republicano de Minas Gerais, utilizou sua legião revolucionária para afastar prefeitos e outros elementos. Espancamentos tornaram-se corriqueiros contra os não-legionários. Alguns perseguidos, no entanto, haviam apoiado a revolução de 1930, enquanto diversos dos “legionários revolucionários” haviam sido partidários de Júlio Prestes. A legião perdeu-se no conflito local⁹⁸.

Em fevereiro de 1931 foi fundado o Clube 3 de Outubro pelos tenentistas e seu primeiro presidente foi Góes Monteiro. O Clube tinha como objetivo influenciar a política de Vargas, e desde cedo se ligou a este. Era uma tentativa de se contrapor à falida ideia das legiões revolucionárias. Não era uma organização de massas, mas uma organização fechada dos *tenentistas revolucionários*. Devido a sua imagem de dedicação revolucionária, sua influência entre os tenentes e entre figuras do

⁹⁶ FLYNN, Peter: *A Legião Revolucionária e a Revolução de 30*. in “Os militares e a revolução de 30”. org Eurico de Lima Figueiredo. Rio de Janeiro: Ed Paz e Terra, 1979. Pg.82-91.

⁹⁷ FLYNN, Peter: *A Legião Revolucionária e a Revolução de 30*. in “Os militares e a revolução de 30”. org Eurico de Lima Figueiredo. Rio de Janeiro: Ed Paz e Terra, 1979. Pg.91-101.

⁹⁸ FLYNN, Peter: *A Legião Revolucionária e a Revolução de 30*. in “Os militares e a revolução de 30”. org Eurico de Lima Figueiredo. Rio de Janeiro: Ed Paz e Terra, 1979. Pg.104-115.

Governo, o Clube 3 de Outubro logrou controlar o equilíbrio político por um ano, servindo de poderoso aliado para Getúlio Vargas.

Em meados de 1932, a influência dos tenentistas havia chegado em seu ápice com o lançamento do *Esboço de um Programa Revolucionário para a Reconstrução Política e Social do Brasil*. Tal esboço trazia um programa de cunho autoritário, que defendia a racionalização da economia; e um sistema representativo indireto que misturava representação regional com setorial. Defendia ainda o aprofundamento da ação governamental em questões sociais, incluindo a instituição da instrução universal, de um sistema de saúde pública e de um código trabalhista. O programa, no entanto, serviu para acelerar a cisão entre os tenentistas, especialmente entre os autoritários e os progressistas.

O conflito interno chegou ao Clube 3 de Outubro, com a rixa entre Góes Monteiro e Miguel Costa na questão de São Paulo. O Clube montou um tribunal revolucionário para apurar o ocorrido em São Paulo em 1931, quando houve a deposição de João Alberto. O tribunal deu ganho de causa para Miguel Costa. Góes Monteiro se retirou do Clube. Quando estourou a guerra civil em São Paulo, os tenentes foram apontados como parcialmente responsáveis. O prestígio do Clube caiu ainda mais.⁹⁹

Mas, a atuação dos tenentistas através, desses instrumentos, encontrou limite nas condições históricas: um dos fatores que havia impulsionado a Revolução de 1930 foi a crise econômica de 1929. A crise não acabou com a chegada dos revolucionários ao poder. Tão pouco havia diminuído a importância do café nas exportações. O novo governo teve que lidar com uma situação econômica precária. Continuou a ter que desenvolver políticas específicas para salvar as fazendas de café. Proibia novos plantios, mas comprava as sacas excedentes.

A situação econômica era percebida pela população. O desemprego era grande, a ponto de o Ministério do Trabalho, no Rio de Janeiro, criar Postos de Colocação. A população, no entanto, ia se inscrever e mesmo assim não podia encontrar emprego. Ela se indignou. O Partido Comunista organizou uma passeata da fome, que foi dissolvida à bala. O regime assumiu progressivamente um caráter anti-

⁹⁹ CONNIFF, Michael L: *Os Tenentes no Poder: uma Nova Perspectiva da Revolução de 30*. in "Os militares e a revolução de 30". org Eurico de Lima Figueiredo. Rio de Janeiro: Ed Paz e Terra, 1979. Pg.135-150.

comunista, como forma de silenciar os conflitos sociais. Membros do movimento comunista eram perseguidos. Pior do que a perseguição destes, houve a utilização da acusação de ser “comunista” como forma de desculpa para o afastamento de muitos daqueles que se colocavam no caminho do novo regime. Os espancamentos e torturas aos acusados de comunismo tornavam-se mais comuns.

O quadro que se constituiu, com o sucesso da Revolução de 1930 não foi o da superação de uma crise política e econômica. Pelo contrário, a Revolução foi a expressão de uma crise em andamento. A contradição entre o sistema oligárquico e as forças progressivas centralizantes, em especial o Tenentismo, alcançou novo patamar.

A insatisfação dos militares para com o sistema oligárquico continuou a se acirrar, mesmo com a Revolução de 1930. Somente em 1931, houve cerca de vinte levantes e tentativas de golpes de quartel do Amazonas ao Rio Grande do Sul. A insatisfação variava entre a incompetência dos civis que estavam no poder até as características semifascistas do novo regime (em especial das legiões revolucionárias)¹⁰⁰.

O Tenentismo de 1930 a 1934 atuou de forma nacionalista, ao passo que buscava a modernização do estado, unificando a justiça e defendendo o ensino universal. Acreditava-se que a revolução era por si só legítima. Mas isso não quer dizer que havia consenso entre os mesmos. A conquista do poder por parte da Aliança Liberal expôs as contradições que estiveram em gestação durante décadas, nas forças opositoras¹⁰¹. E o PCB se colocou no fogo cruzado das mesmas, sofrendo derrotas sucessivas no processo.

O conflito entre as forças componentes e a virada política de 1932.

¹⁰⁰ BASBAUM, Leôncio: *História Sincera da República, de 1889 a 1930. vol 3*. São Paulo: Edições LB, 1962. Pg.26-37.

¹⁰¹ CARONE, Edgard. *Revolução do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1975. Pg.96-97.

Virginio Santa Rosa analisou as razões dos conflitos crescentes entre os tenentistas e a oligarquias em sua obra *O Sentido do Tenentismo*. A obra é um relato de época e uma análise do processo vivido pelo Tenentismo.

Para Virginio, o que explicava a contradição vivida pela sociedade é que, desde os primeiros momentos após a vitória da Revolução de 1930, os vitoriosos se dividiram em dois grupos. De um lado estavam as oligarquias dissidentes, de outro os tenentistas e revolucionários adeptos ao Tenentismo. Os primeiros desejavam as reformas estritamente políticas. Os segundos, defendiam transformações radicais na sociedade brasileira. O regime resultante de 1930 foi o primeiro momento da história da República em que dois grupos divergentes com interesses irreconciliáveis dividiram as organizações institucionais.

O Tenentismo avançara a olhos vistos no primeiro momento. As duas forças se digladiavam pelo controle institucional das regiões. No Sul do país as oligarquias conseguiram manter-se no comando, tendo maior influência graças à facilidade de unidade de ação e apoio da população. Já no Norte, os tenentistas eram vistos como responsáveis pela derrubada das oligarquias asfixiantes e conseguiram assim fortalecer sua influência.¹⁰²

As oligarquias passaram a defender o retorno da Constituição de 1891, que havia sido suprimida, até a realização de uma constituinte. A defesa do retorno da Constituição de 1891, por parte das oligarquias, servia a um interesse claro: era a constituição que melhor defendia os interesses dos grupos regionais.

Os tenentistas possuíam um programa de reformas sociais incipientes. Aproximavam-se teoricamente da pequena burguesia pelos seus interesses sociais, e adotavam um cunho social de reformas. Defendiam um capitalismo moderado, com um individualismo democrático, recheado de organizações sindicais e cooperativas. Defendiam uma legislação trabalhista.

O ano de 1932 foi um momento sensível. O episódio do empastelamento do Diário Carioca foi a gota d'água de que as oligarquias se aproveitaram para acirrar o conflito. Elas se afastaram do poder, retirando parte da legitimidade do mesmo. Ao

¹⁰² ROSA, Virginio Santa. *O Sentido do Tenentismo*. São Paulo: Ed Alfa ômega, 1976. Pg.55-71.

invés de aproveitar o momento para alijar as plutocracias, o regime de Vargas assumiu um caráter administrativo. O Tenentismo atingiu o apogeu político, mas logo começou a sofrer derrotas. As oligarquias passaram a agir ativamente para derrubar o Tenentismo. Paulistas e gaúchos iniciaram um ataque às posições tenentistas.¹⁰³

John D. Wirth apontou em seu artigo *O Tenentismo na Revolução de 30*, alguns acontecimentos que expressam o crescimento das contradições até o episódio de 1932. Entre eles, conta o encontro entre Osvaldo Aranha, Juarez Távora, João Alberto e Góes Monteiro, que ocorreu em novembro de 1931, em Poços de Caldas. Lá discutiram a continuidade do Governo Revolucionário, que deveria se manter por decreto. Buscariam realizar a aposentadoria compulsória dos antigos oficiais superiores do exército e da marinha e substituí-los por tenentes. Formariam para realização de tal feito a Legião de Outubro. Seus planos não tiveram sucesso completo, pelo contrário, fizeram parte do processo de acirramento dos conflitos.¹⁰⁴

Quanto ao episódio da chamada Revolução Constitucionalista, Leôncio Basbaum analisou o significado do acontecimento e do processo histórico. A atuação dos revolucionários em São Paulo se demonstrou demasiadamente problemática. Sendo João Alberto interventor em São Paulo, mas de origem nordestina, desde logo foi hostilizado pelo Partido Democrático, que havia apoiado em certa extensão a Revolução. Algumas das ações do interventor foram entendidas como provocações contra a oligarquia e a burguesia local. Foi o caso da autorização que deu para um grupo de pessoas abrir legalmente uma sede do PCB. Tal grupo não era composto de membros do Partido e incluíam o irmão de João Alberto. Mesmo sendo uma sede de fachada, a abertura deu a aparência para as classes dominantes de São Paulo que aquele era o único estado no qual os comunistas podiam atuar livremente. Embora o Comitê Central do PCB em São Paulo tenha sido inteiramente preso em maio de 1932, as ações dos comunistas e dos operários foram ignoradas pelo governo no Estado de São Paulo. E a classe dominante temia a subversão da ordem e a realização de levantes comunistas na capital do estado. Embora esse risco não

¹⁰³ ROSA, Virgínio Santa. *O Sentido do Tenentismo*. São Paulo: Ed Alfa ômega, 1976. Pg. 55-99.

¹⁰⁴ WIRTH. John d. *O Tenentismo na Revolução de 30*. in "Os militares e a revolução de 30". org Eurico de Lima Figueiredo. Rio de Janeiro: Ed Paz e Terra, 1979. Pg.49-50.

fosse real, os discursos anticomunistas continuaram, inclusive depois da vitória da União e subsequente invasão da cidade.

O papel da Legião Revolucionária de São Paulo foi outro fator de acirramento dos conflitos. O chefe de polícia nomeado na capital era Miguel Costa. Miguel buscou constituir sua influência através da criação da Legião Revolucionária. A liga recrutava entre operários e desempregados sua força de choque. Atuava dissipando comícios comunistas, realizando marchas e parando fábricas. Mesmo com a renúncia de João Alberto, a atuação das legiões de Miguel Costa continuou.

O clima criado favoreceu assim o anseio por uma sublevação em São Paulo contra o novo regime. O levante foi uma manobra da antiga oligarquia paulista para a reconquista de seu poder. No entanto, foram derrotados em uma guerra contra o restante da nação. A vitória contra o estado de São Paulo fortaleceu Getúlio. A oposição foi temporariamente neutralizada. A própria elite de São Paulo passou a negociar com seu novo interventor, General Waldomiro Lima, buscando esquecer a rixa¹⁰⁵.

Derrotado o levante de 1932, a constituinte foi chamada pelo governo provisório de Getúlio Vargas. Os tenentistas não se organizaram para o pleito, e já se encontravam divididos e desgastados. A oligarquia foi lentamente retomando os cargos que outrora os tenentistas ocupavam.¹⁰⁶

Os tenentistas perceberam o golpe que sofreram em 1932. Virginio Santa Rosa escreveu em sua obra escrita à época:

“Tivessem os tenentes conseguido desalojar o Sr. Getúlio Vargas do Catete, substituindo-o por uma individualidade pertencente à facção outubrista, o Brasil teria escapado ao confucionismo social-democrata – posto que em sua fase rudimentar -, que provavelmente ficará estereotipado na futura Carta Constitucional.” (..)“A reforma agrária, pois, impõe-se como uma justificativa de toda a celeuma renovadora. Exige-a o próprio instinto de conservação da facção partidária dos outubristas. Doutro modo, todo o esboço de transformação social perecerá, inevitavelmente.” (...)“Nascerá, assim, entre nós, uma

¹⁰⁵ BASBAUM, Leôncio: *História Sincera da República, de 1889 a 1930. vol 3*. São Paulo: Edições LB, 1962. Pg. 43-67.

¹⁰⁶ CARONE, Edgard. *Revolução do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1975. Pg.111-112.

consciência revolucionária forte e lúcida, renovando-se a arrancada das classes médias em uma vigorosa ofensiva”.¹⁰⁷

O texto de Rosa expressou a percepção de uma ala do Tenentismo, em especial o chamado Tenentismo de Esquerda, que percebeu os momentos que sucederam aos levante de São Paulo, como uma sequência de golpes contra o projeto tenentista. Em resposta, seria necessário radicalizar nas reformas estruturais a serem defendidas.

Foi a partir dessa guinada a esquerda que avançou a convergência entre o Tenentismo de Esquerda e o Partido Comunista Brasileiro. Lentamente os primeiros passariam a ingressar no Partido, transformando a ambos. No entanto, os que ingressavam o faziam em um cenário de derrota e desarticulação. A força adquirida pelo partido foi, assim, muito inferior à esperada. Apenas a partir de março de 1935 o quadro de derrota mudaria. Ao menos em aparência.

A queda do Tenentismo e o surgimento da Aliança Nacional Libertadora.

Em 1933, um novo Clube 3 de Outubro surgiu, substituindo o antigo. O novo clube era de tendência mais autoritária, defendendo profundamente mudanças sociais, tal qual a nacionalização dos bancos, eliminação da dívida externa e obrigatoriedade da previdência social. O novo clube tinha tendências fascistas. Quando em 1934 apoiaram a candidatura de Góes Monteiro contra Vargas, o clube se afundou, perdendo o pouco prestígio que lhe restava.¹⁰⁸

Werneck Sodré conta que em 1934 os tenentistas estavam, como movimento, eliminados do poder. Ao mesmo tempo, foi um ano de ascensão dos movimentos populares. Em 1935 a Aliança Nacional Libertadora (ANL) foi fundada com um programa político de caráter nacionalista, anti-feudal e pela liberdade individual

¹⁰⁷ ROSA, Virgínio Santa. *O Sentido do Tenentismo*. São Paulo: Ed Alfa ômega, 1976. Pg.116-126.

¹⁰⁸ CONNIFF, Michael L: *Os Tenentes no Poder: uma Nova Perspectiva da Revolução de 30*. in “Os militares e a revolução de 30”. Org. Eurico de Lima Figueiredo. Rio de Janeiro: Ed Paz e Terra, 1979. Pg.150-151.

assegurada. Tal programa conquistou o apoio de um setor do exército, que havia sido trabalhado pelo Tenentismo e pelo efeito das lutas que o liquidaram. A ANL cresceu rapidamente, mas foi fechada pelo governo em julho de 1935¹⁰⁹

Em 1935 as oligarquias consolidaram sua vitória contra os tenentistas. O Clube 3 de outubro encerrou suas atividades naquele ano. É nesse cenário que surgiu a Aliança Nacional Libertadora (ANL), que rapidamente ganhou adesões no país inteiro. Foram três mil novos aderentes diariamente. O Programa da ANL aglutinava os interesses de nacionalistas, democratas e comunistas, defendendo um programa anti-imperialista, anti-oligopólio e por um governo popular democrático. Luis Carlos Prestes, então membro do PCB, foi nomeado presidente de honra da ANL. No manifesto de 5 de julho, Prestes defendeu “Todo o poder à Aliança Nacional Libertadora”. Em novembro de 1935 estourou o levante da ANL¹¹⁰. Em 23 de novembro, em Natal, o levante teve sucesso parcial e instaurou um governo popular que durou quatro dias. No dia 25 de novembro, estourou o levante em Recife, que resulta em um dia de lutas, mas sem sucesso dos revolucionários. Em 27 de novembro, estourou o levante no Rio de Janeiro, mas ficou circunscrito à escola de aviação, que ficou na mão dos revolucionários por apenas quatro horas, e ao 3º RI, que ficou levantado das 2h30 da manhã até as 11h.

A brutalidade da marcha para a repressão que o governo impôs a partir do fechamento da Aliança Nacional Libertadora criou o cenário para a explosão de movimentos armados em Natal, Recife e Rio de Janeiro em novembro daquele ano. Os movimentos foram derrotados pelas forças governistas, que logo iniciaram sua propaganda caluniosa para classificar o movimento como mero banditismo. Demorou mais dois anos de propaganda e ação policial para que as forças de Getúlio conseguissem limpar caminho rumo a implantação de uma ditadura aberta.

Leôncio Basbaum analisou a situação do ponto de vista de um militante do PCB. Para ele, em 1935 a situação econômica havia mudado pouco. O desemprego diminuiu e a indústria cresceu, mas a crise ainda atingia a população. Aumentava o

¹⁰⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Editoria Civilização Brasileira, 1965. Pg.254-257.

¹¹⁰ CARONE, Edgard. *Revolução do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1975. Pg.115-118.

distanciamento entre o que o governo revolucionário havia prometido e aquilo que dava. O PCB, naquele período, estava fragilizado pela divisão interna. Mas, diante da linha da Internacional Comunista, de criação de frentes populares, e seu juízo das condições internas do Brasil, logrou organizar a ANL. Esta organização era um organismo de massas populares. Buscava aglutinar largas camadas de todas as classes sociais, principalmente proletariado e pequena burguesia. Seu programa incluía os pontos: (1) suspensão definitiva do pagamento das dívidas imperialistas do Brasil; (2) nacionalização imediata de todas as empresas imperialistas; (3) proteção aos pequenos e médios proprietários e lavradores; e a entrega das terras dos grandes proprietários aos camponeses e trabalhadores rurais; (4) gozo das mais amplas liberdades populares pelo povo brasileiro, incluindo estrangeiros que aqui trabalhavam; e (5) constituição de um governo popular, orientado somente pelos interesses do povo brasileiro.

O crescimento da ANL, mesmo com um programa radicalizado, pode ser explicado pelo crescente descontentamento de todo povo com o novo regime. A pequena-burguesia em especial estava indignada com as condições sociais e políticas, segundo Basbaum. O fortalecimento do integralismo e a preferência de muitos dos novos dirigentes do Estado (incluindo tententistas) pelo nazi-fascismo impulsionou o descontentamento. Prestes, o antigo líder revolucionário da Coluna que percorrera o país, aparecia assim como líder natural para um novo movimento de oposição.

A fusão entre o Tenentismo de Esquerda e os comunistas parecia, para os próprios, uma unidade imbatível. A força social da ANL foi considerada extraordinária. Calculava-se que essa poderia sim ser a ferramenta revolucionária que os levaria ao poder. No entanto, a fusão de duas forças que vinham de um histórico de derrotas, sem que isso resultasse em uma organização altamente capaz, serviu para mais uma derrota, dessa em proporções ainda maiores.

O PCB e a repressão.

Nenhum movimento político pode ser realizado a revelia da estrutura vigente. Especialmente aqueles que têm como objetivo a contestação ou a derrocada do regime. Em geral, os regimes buscam se perpetuar. Para isso, tratam de inviabilizar as ações de seus adversários. Movimentos contestatórios, e especialmente os movimentos revolucionários, são sempre alvo da repressão.

No presente capítulo, serão abordados alguns dos aspectos da repressão aos movimentos sociais, em especial ao movimento comunista, durante os anos de 1922 a 1935. Com isso, busca-se apresentar elementos fundamentais para a análise da história política e organizativa do PCB.

Em muitos aspectos, é a repressão ao movimento comunista do Brasil que explica o desenrolar de tal movimento. O que se demonstrará é que o PCB não teve como marca a capacidade de forçar o inimigo a retroceder em suas táticas. Pelo contrário, o Partido teve suas próprias táticas e sua estrutura fortemente abaladas pela força da repressão que ele não soube como combater.

Para fins de análise, serão apresentadas algumas das características conceituais daquilo que se entende por *repressão* nesta dissertação. Em seguida, buscar-se-á demonstrar como funcionou a repressão nos diferentes governos do período.

Características da Repressão

Quando falamos de repressão a um órgão ou movimento político é necessário entender que não falamos apenas de um fenômeno meramente 'jurídico'. Estamos falando de um conjunto de medidas e táticas tomadas pelo Estado e pelas classes que estão no poder para desorganizar, inviabilizar e destruir o movimento a ser reprimido. Ou seja, aniquila-lo política e organizativamente.

Para fins de análise, é possível dividir a repressão em três grupos de medidas, sendo elas: (a) medidas de isolamento; (b) medidas de cerceamento; e (c) medidas de infiltração e destruição.

As (a) medidas de isolamento consistem no combate ideológico, na propaganda política, nas políticas de alianças e medidas de desgaste do movimento junto à população. Essas medidas podem ser realizadas com facilidade mesmo no ambiente formalmente democrático, através de mentiras e manipulações políticas.

As (b) medidas de cerceamento consistem na limitação e no cerco ao movimento. Pode ser feito de duas formas. (1) A primeira é tornar ilegais as formas de atuação política do agrupamento a ser combatido, no caso os comunistas. Assim, torna-se possível o fechamento dos jornais, a dispersão de manifestações, fechamento de sedes e confisco de materiais. (2) A segunda forma de cerceamento é o ataque realizado de forma ilegal. Incluem a destruição de bibliotecas e gráficas, a sabotagem e assassinatos.

As (c) medidas de infiltração e aniquilamento são uma forma peculiar de repressão, pois pode passar despercebida na história. São construídas basicamente através de dois tipos de agentes: (i) *agent observateur*; (ii) e *agent provocateur*.¹¹¹

O (i) *agente observateur* tem como finalidade coletar informações quanto ao órgão infiltrado e plantar documentos que possam servir de justificativa para a prisão de seus membros. Esse agente permite o mapeamento prévio da organização, necessário à prisão, desarticulação e assassinato. Uma organização que não tome os cuidados necessários e não se espalhe entre as massas se torna vítima fácil. Ainda, ao plantar documentos falsos, que servem apenas ao auto policial, pode induzir também um historiador desatento, mais tarde, a acreditar em dados fictícios.

O (ii) *agent provocateur* tem como finalidade adentrar nos quadros de direção do movimento. Atua visando causar danos morais, ações precipitadas ou realizadas de forma mal planejada. Pode também atuar de forma a guiar a organização para um caminho contrário aos interesses da mesma. Pode, ainda, atuar de forma a acirrar as divisões internas e as contradições já existentes. Uma das técnicas básicas do

¹¹¹ Ic 0391b, 1934; e ics de 1930 – cartas Otavio Brandão; 1934 ic 0520; Arquivo do CEDEM, UNESP

agente provocador é planejar uma ação, em que se faz prender com elementos da organização que visa destruir. Através dessa prisão, fatos que já havia revelado à polícia são distorcidos e tornados públicos, levando à desmoralização da organização combatida.

O problema é que muitas vezes só é possível comprovar a identificação de um infiltrado após o aparecimento de documentos oficiais que o denunciem. Em geral esses documentos não aparecem, ou sequer existem. Resta apenas duas formas de identificar a ação de um infiltrado: a dedução lógica auxiliada pela indução factual; e a informação exógena.

Saindo da elaboração conceitual e partindo para a verificação histórica quanto à repressão ao movimento comunista, pode-se dividir os diferentes momentos da repressão ao PCB e ao movimento operário entre 1922 e 1935 em basicamente quatro períodos. (1) De 1922 até 1926; (2) de 1926 até 1930; (3) de 1930 até 1932; (4) de 1933 até 1935.

A Repressão bruta: 1922 a 1926

O (1) período de 1922 a 1926 foi o da presidência de Artur Bernardes. Politicamente, o país viveu um momento de instabilidade, marcado por diversos conflitos armados, inclusive os levantes tenentistas e a Coluna Prestes. Diante dos conflitos, a política de segurança de Bernardes teve a declaração de Estado de Sítio, que proibia inclusive o movimento operário de realizar manifestações, à pena de prisão e expulsão do país.

Até 1926 não houve tentativa por parte do presidente e de seus Ministros da Justiça para estabelecer uma repressão unificada e centralizada ao movimento operário. Os Ministros João Luís Alves (1922 a 1925) e Aníbal Freire da Fonseca (1925) não estabeleceram uma política complexa para tratar os militantes. Apenas sob o ministério de Afonso Pena Júnior (1925 a 1926) começou a se esboçar uma forma mais completa de repressão. Até então, o movimento operário era tratado de forma extremamente diferente em cada região. Enquanto o movimento comunista foi

recebido com prisões e ameaças verbais no Rio de Janeiro, em Recife o tratamento incluiu um atentado a balas contra a casa de um militante do PCB em 1923.

João Luís Alves se formou em direito, mas após pouco tempo como promotor público tornou-se juiz. Após alguns anos como juiz, adentrou na carreira política. De 1898 a 1908, escalou de prefeito de Campanha à Senador pelo estado de Espírito Santo. Foi nomeado ministro da Justiça e Negócios Interiores do Brasil em 15 de novembro de 1922. Manteve-se no cargo até 20 de janeiro de 1925, quando foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal. Durante seu mandato no ministério da justiça, as prisões e perseguições ao movimento operário foram esporádicas e não articuladas. Durante seu ministério foi declarado o Estado de Sítio, que dificultou toda e qualquer articulação do movimento operário.

Aníbal Freire da Fonseca também se formou em Direito. Mas sua carreira foi, até 1906, a de jornalista. A partir de então se inseriu na vida política. Foi deputado estadual e posteriormente federal. Em 1909, afastou-se do cargo por discordar da repressão contra militares sublevados, organizada esta pelo então ministro da guerra. Em 1925, assumiu o cargo de ministro da justiça, mas o exerceu por apenas 16 dias, logo sendo deslocado para o Ministério da Fazenda. Ao que tudo indica, teria sido sua posição contrária à dura repressão da população e à manutenção do estado de sítio que causou sua mudança de ministério. Caso ele realmente se haja negado a coordenar uma política repressora, não se recusou a continuar no governo por mais um ano.

Quando Aníbal Freire foi relocado para o Ministério da Fazenda, quem assumiu o Ministério da Justiça foi Afonso Pena Júnior. Tal era filho do ex-presidente da república, Affonso Penna. Também era formado em direito, e desde cedo seguiu carreira política. Enquanto foi ministro da justiça, a repressão ao movimento operário se acirrou. Foi o momento mais duro e articulado da repressão de todo o governo de Artur Bernardes. Aparentemente, Affonso foi colocado no cargo justamente para fortalecer a estrutura repressora do Estado, no que tocava à desarticulação do movimento operário. É importante notar que naquele período o movimento tenentista ganhava adeptos entre diversas camadas da população, e se temia que isso pudesse levar à constituição de uma aliança entre tenentistas e movimento operário.

No Rio de Janeiro, o chefe de polícia do período foi o Marechal Carneiro da Fontoura (1922 a 1926). Ele realizou duas políticas diferentes no que dizia respeito à repressão do movimento operário. De 1922 a 1924, a repressão foi mais branda. O próprio PCB a classificou como repressão ‘burra’, embora ‘brutal’. Esporadicamente a polícia fechava as sedes do partido, confiscava jornais e materiais, e prendia militantes. Os militantes presos eram identificados, mas não passavam por grandes maus tratos. Eram logo soltos ou deportados do país¹¹². De 1924 a 1925, o fechamento político foi um pouco maior, e se estendeu também aos sindicatos operários. Houve repressão a manifestações e dispersão a bala¹¹³. A partir de 1924, quando o Delegado Carlos Reis deu ordem para que a polícia esbofeteasse e prendesse comunistas, anarquistas e operários em geral no Rio de Janeiro¹¹⁴, o fechamento começou a se acirrar. Mas, naquele momento, o grupo político que mais sofreu repressão foi o movimento anarquista.

Em 1925, ocorreu a prisão de diversos anarquistas que atuavam no movimento operário. No entanto, ao invés de serem soltos após um curto período, ou deportados do país, eles foram enviados para o Oiapoque e Roraima, onde foram submetidos ao trabalho forçado, maus tratos e à fome. É necessário ressaltar que naquelas regiões havia campos de trabalho encrustados no meio da floresta. Lá os presos eram expostos a doenças tropicais, enfiados no mato sob regime pesado de trabalho. A morte os rondava constantemente. Era uma espécie de campo de concentração da República Velha. O jornal sindical Voz Cosmopolita, dirigido pelo PCB, admitiu que o envio de anarquistas para lá foi a mais dura repressão do período.¹¹⁵

Outra medida que o chefe de polícia Marechal Carneiro da Fontoura tomou, foi a organização de direções sindicais ligadas à polícia. A principal função dessas organizações e grupos sindicais era a de difamar os movimentos mais radicais, como os comunistas e anarquistas. Uma vez que assumiam a direção de sindicatos, esses grupos, chamados de *Amarelos*, defendiam o regime em seus jornais. Ainda realizavam desvios de verbas, deixando os sindicatos em frangalhos. Mas durante

¹¹² A Plebe-1922-10-07.

¹¹³ Ic-0610 do CEDEM, UNESP.

¹¹⁴ Voz Cosmopolita 01-03-1924.

¹¹⁵ Voz Cosmopolita, 01-05-1925.

esse primeiro momento, os amarelos não apresentaram maior ligação com a polícia.¹¹⁶

Durante todo o período de 1922 a 1926 o PCB teve sedes fechadas e material confiscado. Os jornais e revistas produzidos pelo partido não podiam ser devidamente distribuídos sem que os militantes fossem levados à delegacia e o material retirado¹¹⁷. Era comum até mesmo que materiais enviados pelo correio se extrviassem.¹¹⁸

Exposição do movimento, 1926 a 1930.

O (2) segundo período teve início nos meses precedentes à presidência de Washington Luís e durou até o final da mesma. Às vésperas do 1º de maio, o Delegado Bandeira de Mello terminou de montar uma máquina de repressão. A máquina contava com ninguém menos do que o ex-líder anarquista Carlos Dias, articulado com sindicalistas *amarelos*. A repressão, que até então era feita de forma mal articulada e esporádica, tornou-se bem estruturada. Com o auxílio de ex-anarquistas e sindicalistas organizados pela polícia, Bandeira de Mello conseguiu retardar o avanço dos comunistas nas organizações sindicais. Se antes a polícia contava com os *amarelos* apenas para realizar propaganda, esses passaram a atuar ativamente na repressão e intimidação dos comunistas. Em praticamente todos os estados, a repressão endureceu no período precedente à posse de Washington Luís, inclusive com relato de maus tratos e mortes em Recife.¹¹⁹

Mas, como Astrogildo Pereira ressaltou em uma carta¹²⁰, no Brasil a polícia era um órgão de governo. Com a eleição de Washington Luís, havia a expectativa do fim da política de cerco, visto que essa era parte da política policial do governo anterior. E, de fato, o primeiro ano da nova presidência pareceu ser marcado por uma relativa

¹¹⁶ Voz Cosmopolita, 05 do 02 de 1925.

¹¹⁷ ICs 0610,0118,0125,0610,0145, 0140 do arquivo do CEDEM, UNESP.

¹¹⁸ Arquivo Astrogildo Pereira: CEDEM, UNESP.

¹¹⁹ IC 0165 do CEDEM, UNESP.

¹²⁰ IC 1144 do CEDEM, UNESP.

abertura política. É difícil saber exatamente por que o novo presidente e seu Ministro da Justiça, Augusto Viana do Castello, decidiram abrandar a repressão naquele ano.

O fato de durante todo o governo de Washington Luís ter havido apenas um ministro da justiça e negócios interiores do Brasil indica que houve uma fina sintonia entre o presidente e o ministro em questão. Mais que isso, serve de indício de que as mudanças no peso da repressão ao movimento operário e movimentos políticos em geral foram parte de uma política pensada. Em outras palavras, a concessão de um período de legalidade em 1927 para o PCB e movimentos anarquistas, seguidos de um momento de fechamento em 1928 e uma repressão pesada em 1929 e 1930, fizeram parte de um plano elaborado.

Mais que isso, o fato de pouco se saber de Augusto Viana do Castello demonstra a habilidade do mesmo, que conseguiu passar sem chamar grande atenção, mesmo tendo assumido um cargo de grande importância. Certamente não foi à toa que Aureliano Leite, em sua obra *Memórias de um revolucionário*, ao citar o nome de Viana do Castello o denomina *ministro da injustiça*¹²¹. Leite descreve algumas ações do sistema repressivo às vésperas da Revolução de 1930. Tratava-se de um sistema de espionagem, que controlava os correios, possuía espiões à paisana e contava com uma polícia bem articulada. Com esse sistema, Washington Luís e seu ministro da justiça foram capazes de desarticular o movimento revolucionário em São Paulo.

Diante de tais dados, é lícito afirmar que houve a tentativa da formulação de uma política mais complexa para a repressão. Mesmo assim, ou exatamente por isso, parcelas das oligarquias regionais romperam com o governo, o que fragilizou o aparato do Estado como um todo nos anos de 1929 e 1930. Considere-se também o efeito da crise mundial.

Aparentemente, o período de abertura política de 1927 foi uma armadilha plantada pelo governo. Buscou-se com a mesma minar as forças dos tenentistas dentro do movimento operário. Como resultado de acordo político, ou de uma ação unilateral por parte do governo, o PCB pode atuar livremente em 1927, realizando a política de Bloco Operário e Camponês (BOC). Possivelmente a política do BOC pode ter sido

¹²¹ LEITE, Aureliano. *Memórias de um revolucionário*. São Paulo: 1931. Pg 47.

entendida como vantajosa a Washington Luís, uma vez que afastava as massas do tenentismo civil. Na época, o Partido Comunista passou a editar o jornal *A Nação*, dirigido por Leônidas de Rezende, Alberto Coelho e Januário Pigliasco. Por algum motivo que escapa aos documentos históricos, os editores do *A Nação* passaram a colocar no jornal as datas, locais e até mesmo o nome de militantes presentes em reuniões de células do PCB. Não é à toa que a partir de 1928 é possível localizar cartas, demonstrando a preocupação da época com a infiltração política. Por alguma razão, o jornal *A Nação* prestou o desserviço de expor o Partido para a repressão. Seja por inocência, por má fé ou por incentivos materiais advindos de inimigos, o resultado foi que o partido pôde ser mais facilmente mapeado pela repressão durante o ano de abertura política de 1927. Certamente isso se deve, ao menos em parte, a agentes infiltrados.

Naquele ano, a abertura foi estendida para todo o movimento operário. O Jornal *A Plebe*, de caráter anarquista, também apontava que após cinco anos, pela primeira vez o movimento anarquista podia respirar mais tranquilo. Em seus jornais, o movimento operário ligado às mais diversas vertentes deixaria claro: era necessário impedir que um novo período de estado de sítio surgisse. E no entendimento dos anarquistas, somente uma política independente do operariado poderia levar ao sucesso.

Claro que, terminada a etapa de mapeamento e infiltração inicial, Washington Luís e seu ministro da justiça, Augusto Viana do Castello, puderam colocar o movimento operário mais uma vez na ilegalidade. Boletins da União dos Trabalhadores Gráficos (UTG) e do PCB de 1928 revelam que a repressão voltou naquele ano. No Rio de Janeiro houve prisões e processos de expulsão de imigrantes envolvidos no movimento operário. Em São Paulo, houve prisões de dois membros do Partido Comunista. A sede da UTG foi invadida e militantes foram presos. A União dos Trabalhadores Gráficos fora criada em 1927. Em pouco tempo de vida ela já alcançava grande sucesso político, organizando seção cultural e seção esportiva. Diante do sucesso, a repressão passou a atacá-la. Histórias semelhantes ocorreriam com outros organismos sindicais.

Em 1929, começou um processo mais tarde classificado pelo PCB como “preparatório para as eleições de 1930”. Em virtude da disputa entre o Partido Republicano Paulista (PRP) e a Aliança Liberal, as políticas repressoras passaram a ganhar corpo. Diante da possibilidade de o PCB apoiar o movimento da Aliança Liberal, o que levaria esta a angariar um apoio ainda maior entre as massas operárias, o governo de Washington Luís ordenou o fechamento de sedes do Partido e de sindicatos nos quais os comunistas possuíam inserção. Os sindicatos anarquistas também sofreram fechamento por motivo semelhante. Na prática, apenas os sindicatos amarelos ficaram intactos. Os sindicatos fechados eram reabertos sob a direção de agentes policiais¹²². A repressão se tornou feroz mais uma vez, contando com episódios de prisões, espancamentos e ameaças.

Quando o PCB optou por não participar do movimento que desencadearia na chamada Revolução de 1930 ele já estava desprovido de suas ferramentas de conexão com a base. Os sindicatos lhe haviam sido tomados e os seus jornais jogados em dura clandestinidade. Parte de seus militantes estava presa¹²³. Quando ocorreu a troca de direção e mudança de linha política, entre final de 1929 e início de 1930, a nova direção do Partido deixou claro: o PCB estava afastado das massas. Segundo a leitura da Internacional Comunista, o operariado local estava então desprovido de qualquer liderança política. O PCB tinha a oportunidade de conquistar o posto de vanguarda, caso radicalizasse suas propostas e atuação. No entanto, não foi isso que aconteceu. Ainda em 1930, o Partido teve sedes fechadas e prisões decretadas, tal qual ocorrera nos anos de 1928 e 1929, quando houve ‘moderação’ na linha política do P.C brasileiro.

Em uma carta, Otávio Brandão, que em 1930 já estava bastante desacreditado entre os comunistas, tentou alertar: havia elementos infiltrados no Partido, e era necessário constituir brigadas de investigação. A organização tornou-se presa fácil para a repressão. Esta tinha força e conhecimento suficiente para inviabilizar as ações da organização.

¹²² IC0253 do CEDEM, UNESP.

¹²³ ICs 1415,0431,0426,0430 do CEDEM, UNESP.

De 1930 a 1932: o protofascismo como política de repressão.

No (3) período de 1930 até 1932, parte dos grupos de tenentistas de direita que passaram a participar do poder após da Revolução de 1930 organizaram grupos protofascistas¹²⁴. Após a Revolução de 1930 houve um breve período em que uma Junta Governativa Provisória exerceu o poder. Mas, já em novembro, a Junta entregou o governo para Getúlio Vargas. Este, ao assumir o governo, passou a compor seu novo ministério. Colocou como Ministro da Justiça Osvaldo Aranha, que combatera o tenentismo.

Osvaldo Aranha teve formação militar. Desde 1923 atuou na defesa do sistema republicano. Em 1926 teve papel importante na derrota da chamada *coluna relâmpago*, movimento tenentista que havia se formado em apoio à Coluna Prestes. Até 1929, Aranha se posicionou a favor do sistema. Só a partir da organização da Aliança Liberal aderiu à conspiração contra a República Velha. Após a vitória da revolução de 1930, assumiu o cargo de ministro da justiça, até dezembro de 1931, quando assumiu o Ministério da Fazenda.

Aranha formulou que o período era de um governo revolucionário. Portanto, necessitava de um instrumento repressor que não fosse uma reprodução do período anterior. Deveria, aliás, ser um instrumento de sustentação de mudanças na sociedade brasileira. Diante dessa concepção, Aranha se empenhou em constituir as Legiões Revolucionárias (ou Legiões de Outubro), utilizando-as enquanto esteve no Ministério da Justiça (1930 a 1931) e a estrutura estava em suas mãos.

As Legiões Revolucionárias eram agrupamentos protofascistas descentralizados, organizados regionalmente. Essas organizações tinham como principal função sustentar as políticas apresentadas pelos interventores tenentistas. Para isso, se organizavam tanto como agrupamento político quanto como milícias. Contavam em sua composição com os mais diversos grupos sociais, incluindo jagunços e antigos membros das oligarquias locais.

¹²⁴ Organizações protofascistas são aquelas que traziam alguns elementos táticos do fascismo, sem trazer todos os elementos e sem se declarar como tal.

Osvaldo Aranha contou com Juarez Távora, João Alberto, Miguel Costa, Lima Calvalcanti e Severino Sombra na criação de Legiões regionais. Independentemente de suas características específicas, todas elas atuavam com métodos em comum: se apresentavam como defensoras dos interesses dos trabalhadores e da revolução social, ao passo que criavam milícias que espancavam militantes e dissipavam comícios de adversários. Chegaram até mesmo a realizar assassinatos. Navios saíam com prisioneiros, que não chegavam a parte alguma.¹²⁵

Mesmo sendo organizações oficialmente não integrantes da polícia, eram instrumentos repressivos. Foram pensadas pelo ministro da justiça e organizadas por interventores e chefes de polícia. Contavam, portanto, com a máquina de governo para a realização da repressão. Dado seu caráter, conseguiram organizar ações de provocação mais complexas, como por exemplo, a criação de uma sede do Partido Comunista em São Paulo sob o comando direto de Miguel Costa, conforme conta Leôncio Basbaum. Buscavam, portanto, copiar os métodos de Benito Mussolini, na Itália de então.

No caso do Rio de Janeiro, não foi constituída uma Legião Revolucionária. Mas João Alberto¹²⁶, chefe da polícia desde abril de 1932, criou a Polícia Especial e organizou grupos de civis armados para atacar militantes comunistas. João Alberto, no entanto, era vigiado de perto por Vargas. Estava claro que no Rio de Janeiro não seria tolerado um grupo protofascista fora do controle de Getúlio.

A repressão e a infiltração política foram tão fortes no país inteiro que, em 1931, os relatos de prisão e de assassinatos se multiplicaram. Até mesmo a direção do PCB foi desfalcada com prisões. Heitor Ferreira Lima, ao assumir a secretaria geral do Partido justamente por conta da prisão de seu predecessor, afirmou que havia se tornado difícil realizar qualquer política. A repressão conhecia bem os militantes do Partido. Houve prisão de membros da direção tanto em 1931 quanto em 1932.

Também os militantes de base eram vítimas das prisões e torturas. Em uma única folha volante de 1931 constam ao menos 26 presos e um morto por espancamento na prisão. Isso contando apenas os militantes ligados ao PCB. O anticomunismo foi

¹²⁵ Ic0457 do CEDEM, UNESP.

¹²⁶ CANCELLI, Elizabeth. *O Mundo da violência, a Polícia da Era Vargas*. Brasília: Editora UNB, 1993. Pg.53.

marca de atuação das Legiões Revolucionárias e das polícias oficiais durante o período de 1930 a 1932.

Mas, se as Legiões incomodaram o movimento operário, também aterrorizaram as antigas oligarquias. Um dos motivos apontados pela historiografia para o estouro da chamada Revolução de 1932, em São Paulo, foi justamente a atuação dos interventores através da legião revolucionária.

Getúlio Vargas via nas Legiões Revolucionárias um aliado temporário útil, ao passo que enfraqueciam o poder de todos os demais segmentos organizados da sociedade. Mas elas também eram um perigo, uma vez que não estavam em seu controle direto. Desde dezembro de 1931, ele passou a trabalhar para o enfraquecimento das ligas e de todo o movimento tenentista. Como passo de transição, colocou no ministério da justiça Joaquim Maurício de Cardoso.

Joaquim Cardoso fora, em seu passado, advogado, professor universitário, e político. Embora tenha participado da Revolução de 1930, desde cedo defendeu o retorno a um regime constitucional. Quando assumiu o Ministério da Justiça buscou abrandar a estrutura repressiva montada por Aranha, inclusive abolindo formalmente a censura. Ao que tudo indica, atuou no sentido de enfraquecer o papel das legiões revolucionárias. No entanto, quando começou a se articular o movimento constitucionalista de 1932, sua posição tornou-se temporariamente incômoda.

Foi substituído no Ministério da Justiça por Francisco Campos. Tal fora aluno proeminente da faculdade de direito em Belo Horizonte. Mas, quando buscou tornar-se professor na instituição, mesmo adquirindo o primeiro lugar, foi preterido na seleção. Ingressou na política em 1918, quando parte da antiga máquina do Partido Republicano Mineiro foi reestruturada. Fez parte da Aliança Liberal e da Revolução de 1930. Após o sucesso da mesma, tornou-se um grande incentivador da Legião de Outubro de Minas Gerais (Legião Revolucionária). Sua nomeação ao Ministério da Justiça em 1932 significou o reforço temporário da política repressora baseada nos grupos parafascistas desenvolvida por Osvaldo Aranha. No entanto, conforme avançou a guerra contra São Paulo, tornou-se possível para Getúlio iniciar sua guinada política.

Temporariamente, como forma de transição para sua nova linha, Vargas nomeou Afrânio de Melo Franco para a o cargo de ministro da justiça. No entanto, este acumulou essa função com o cargo de ministro de relações exteriores. Afrânio havia participado da Aliança Liberal, mas não participou ativamente da revolução de 1930. Era contra o movimento constitucionalista de São Paulo, mas não era entusiasta da ideia tenentista de radicalização da revolução. Em novembro entregou o cargo para Francisco Antunes Maciel Júnior.

O novo modelo do aparato repressor: de 1933 em diante.

O (4) período de 1933 a 1935 significou uma nova mudança qualitativa na repressão. Quando em 1932 o desencadear histórico dos fatos levou as oligarquias a retomarem paulatinamente os cargos de direção no governo, as legiões coordenadas foram perdendo força. A partir de então, a repressão do Estado voltou a ser organizada como ferramenta direta do Estado. Teve papel central na organização dos novos órgãos repressores o ministro da justiça Francisco Antunes Maciel Júnior.

Francisco Maciel Júnior era filho de um político gaúcho que participou da revolução federalista contra Floriano Peixoto. Formou-se advogado, mas fez sua carreira na política. Em 1923, participou do levante contra Borges Medeiros e constituiu parte do estado-maior dos rebeldes. Em 1929, fez parte da Aliança Liberal, e participou das conspirações para a Revolução de 1930. Demonstrou-se extremamente fiel à Vargas. Assumiu o ministério da justiça e negócios interiores do Brasil em novembro de 1932, com o papel de atuar na constitucionalização do país. No entanto, a forma de atuar em favor desta linha se demonstraria muito clara: tratava-se de organizar a estrutura policial e repressora que servisse diretamente ao Estado, e, portanto ao Governo Vargas.

Foram criadas, a partir do Ministério de Antunes Maciel, as estruturas das Delegacias de Ordem Social, posteriormente Delegacias de Ordem Social e Política. No Rio de Janeiro, essa estrutura coexistiu com a Polícia Especial. Na prática, os policiais da Ordem Social eram efetivamente uma polícia política que atuava,

sobretudo contra o movimento operário. Quando, em 1933, Filinto Müller assumiu a chefatura de polícia da Capital a estrutura inicial de repressão já estava montada e se tornaria cada vez mais centralizada.¹²⁷

A Polícia Especial do Rio e as Delegacias de Ordem Política e Social em todo o Brasil, atuavam tanto na perseguição aleatória de membros do movimento operário como na perseguição às lideranças. Os presos eram espancados e desapareciam por dias. Inquéritos policiais não chegavam a ser abertos. Lideranças anarquistas e comunistas foram praticamente tiradas do jogo político no ano de 1933. Surgiram também para detidos por motivos políticos, a “lei de fuga” e os “desaparecimentos”. O Partido chegou a ficar completamente desarticulado naquele ano. Ironicamente, o discurso anticomunista fazia com que, mesmo no cenário de repressão, o PCB continuasse a crescer.

O jornal *O Preso Proletário* denunciou, em maio de 1933, a forma como a polícia tratava as greves e manifestações. Dissolvia a balas, causando morte entre os manifestantes. Os presos eram constantemente surrados, mesmo quando doentes. As latrinas da prisão, localizadas dentro das celas, somadas à superlotação, tornavam o ambiente inóspito. Sem condições de higiene, com alimentação precária e debilitados pela constante surra, os presos morriam por doenças, como a tuberculose e a beribéri¹²⁸ ao ritmo de quatro a cinco por semana. A pneumonia também os atacava.¹²⁹

Em julho 1934, Vicente Rao assumiu o Ministério da Justiça. Teve como papel aprofundar a estrutura repressiva que já estava montada. Sob seu ministério, as estruturas de propaganda da polícia se tornariam mais completas, buscando envolver a população em geral na repressão aos movimentos vistos como perturbadores. A inteligência da polícia também foi fortalecida.

Vicente Rao foi chefe de polícia de João Alberto em São Paulo até 1931. No entanto, Rao discordava da política do interventor e de seu secretário da segurança, Miguel Costa, que estavam constituindo as legiões revolucionárias. Vicente Rao teve

¹²⁷ CANCELLI, Elizabeth. *O Mundo da violência, a Polícia da Era Vargas*. Brasília: Editora UNB, 1993. Pg.54.

¹²⁸ Doença causada por ausência da vitamina B1, seja por má alimentação ou exposição ao fungo *Penicillium Citreonigrum*.

¹²⁹ O Preso Proletário, maio de 1933.

papel central no conflito que eclodiu no movimento constitucionalista de 1932. No entanto, ele tinha perfeita consciência que seu inimigo não era Vargas, e sim os tenentistas. É por isso que aceitou, em 1934, assumir o Ministério da Justiça. Ao assumir, se tornaria fiel apoiador de Vargas, e foi o responsável pela elaboração da Lei de Segurança Nacional, que permitiu o fortalecimento do sistema repressor. Em 1936, Vicente Rao já havia se transmutado no anticomunista mor e criou a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo.

Em 1934, a nova estrutura policial estava definitivamente montada, possuindo setor de propaganda e inteligência. Os militantes presos não eram mais apenas espancados, sofriam diferentes formas de tortura. A preocupação com a infiltração e provocação policial se tornou parte do cotidiano dos comunistas. A situação chegou a tal ponto que o PCB passou por uma reestruturação interna, coordenada pelos tenentistas de esquerda, visando diminuir a exposição à infiltração. Mas já era tarde, como será demonstrado mais adiante.

No Rio de Janeiro, a polícia de Filinto Müller prendia líderes sindicais e invadia sedes para desarticular o movimento operário cotidianamente¹³⁰. Fazia desaparecer militantes do movimento estudantil, tratando os jovens de forma que só pode ser descrita como sanguinária¹³¹. Candidatos da esquerda para as eleições de 1934 eram presos arbitrariamente e impossibilitados de fazer campanha¹³². Por vezes, militantes presos no Rio de Janeiro eram enviados para São Paulo ilegalmente, a fim de tornar mais difícil a defesa dos mesmos e facilitar os seus desaparecimentos.¹³³

A repressão se tornou tão dura que em uma única edição do Jornal do Povo foram relatados: (a) um caso de invasão de sede de sindicato; (b) uma dispersão de uma assembleia resultando em três feridos; (c) e de outra resultando na prisão de 30 militantes; (d) a prisão de cinco estudantes; e (e) prisão de três redatores do Jornal do Povo. As cinco ações foram realizadas por policiais da Delegacia de Ordem Social, sendo duas delas auxiliadas por agentes da Polícia Especial.¹³⁴

¹³⁰ *A Peble*, 15 do 09 de 1934.

¹³¹ *Jornal do Povo*, 11 do 10 de 1934.

¹³² *Jornal do Povo*, 14-10-1934.

¹³³ *Jornal do Povo* 17-10-1934.

¹³⁴ *Jornal do Povo* 12 do 10 de 1934.

Em São Paulo, após o episódio da Batalha da Sé, de 07 de outubro de 1934, quando os integralistas foram dispersos por uma ação conjunta dos comunistas, anarquistas e socialistas, a repressão se acirrou. Militantes de esquerda envolvidos na batalha simplesmente desapareceram nas mãos da polícia da Delegacia da Ordem Política e Social, após serem levados, por ordens do Capitão Ferreira, para as celas da Rua dos Gusmões¹³⁵.

Em 1935, o jornal *O Preso Proletário* descreveu as condições das prisões de então: maus-tratos constantes, falta de comida e higiene. No Rio de Janeiro as prisões da Delegacia de Ordem Política e Social, e a Casa de Detenção eram o destino mais comum dos presos sociais. Em São Paulo era o famoso *Xadrez da Rua Gusmões*, além das prisões do Paraíso, do Cambuci e do Sacomã. No Rio Grande do Sul a Polícia Política tratava os prisioneiros à base da tortura física (queimaduras e espancamentos) e psicológica (ordenavam aos presos escrever às suas famílias as suas últimas vontades). Em Pernambuco havia o famigerado cárcere “Brasil Novo”, onde os presos eram molhados durante a noite, levados para as matas de Afogados-Tigipió para serem espancados e reconduzidos à prisão. Ainda havia os ‘campos de morte’, prisões de trabalho forçado onde os presos eram submetidos às condições ainda mais precárias, como nas Colônias dos Dois Rios, Ilha Grande, na Ilha dos Porcos e na Clevelândia. A repressão era ainda mais dura contra os soldados que demonstravam solidariedade aos operários.¹³⁶

O mesmo jornal acusava ainda o ministro da justiça Vicente Rao, antigo membro do Partido Democrata, de bem saber das irregularidades da polícia. Mas, sempre que questionado, ele respondia que era necessário realizar estudos de gabinete sobre o tema.

Soma-se às ações organizadas pelo Estado nesse período os atentados integralistas contra o movimento operário. Militantes antifascistas eram espancados ou assassinados. Desde 1933, os integralistas já mostravam sua forma violenta de atuar, quando assassinaram o professor Jader Carvalho durante um discurso¹³⁷. A

¹³⁵ *A Plebe*, 27 do 10 de 1934 e 03 do 12 de 1934, 05 de 01 de 1935, *Jornal do Povo*, 11 do 10 de 1934.

¹³⁶ *O Preso Proletário* fevereiro de 1935.

¹³⁷ *A plebe* de 04 do 11 de 1933.

violência física contra o movimento operário por parte de integralistas também pode ser verificada em casos como no ataque a uma jovem operária no estado de São Paulo¹³⁸.

A infiltração de 1933 a 1935.

Para além da repressão brutal, houve a constituição de um sistema de espionagem a partir de 1933. O sistema de inteligência do Brasil se tornou cada vez mais completo, contando inclusive com informantes de organizações alheias ao Estado. A título de exemplo disso, os integralistas de Plínio Salgado realizavam espionagem a favor da polícia especial¹³⁹. Outro exemplo eram os agentes, a serviço da Marinha de Guerra, infiltrados nos sindicatos dos metalúrgicos¹⁴⁰. Dentro do PCB, os relatos de infiltração aumentaram a partir de 1933.

A partir do final de 1932, quando o Partido Comunista passou a crescer mais aceleradamente, a repressão contra o mesmo passou a ser organizada de forma sistemática. É provável que o ingresso de tenentistas de esquerda no PCB e a aproximação de Luis Carlos Prestes com a Internacional Comunista tenha preocupado Getúlio Vargas, que passou a buscar controlar as ações dos comunistas de forma mais eficaz, com apoio externo.

Em 1933, como decorrência do acirramento da repressão, das infiltrações políticas e a crescente influência dos tenentistas de esquerda, o PCB passou a assumir um caráter mais militarizado. Brigadas de combate e grupos de segurança interna foram montados. Mas além dos tenentes de esquerda, haviam entrado policiais e “militantes” a serviço da polícia, que assumiram inclusive cargos de direção. Em 1935, a polícia já conhecia bem muitos dos militantes do Partido. E já havia plantado documentos que poderiam servir para justificar a prisão de seus membros¹⁴¹.

¹³⁸ *A Peble* de 02 do 12 de 1933.

¹³⁹ *Jornal do Povo*, 12 do 10 de 1934.

¹⁴⁰ *O Jornal do Povo* de 14 do 10 de 1934.

¹⁴¹ Por exemplo, um documento existente nos arquivos sobre o PCB que, escrito em português e datilografado, pedia verbas e militantes para a Internacional Comunista em 1933, para a construção do trabalho sindical. Acontece que o documento traz elementos contraditórios com outros existentes

O sistema de infiltração política teve papel crucial na destruição do PCB em 1935. Como já levantado, é difícil dizer exatamente quem eram os espiões dentro do Partido. Mas as suspeitas surgiam.

Sabe-se do caso Paul Gruber¹⁴². Tal era na verdade Johnny de Graaf. Johnny era agente do KGB, serviço secreto soviético. Por diversas vezes esteve em missões conjuntas do KGB e do Comintern, coordenadas por Manuisk. Em 1933, foi recrutado para o MI6, serviço secreto britânico. A partir de então se tornou um agente duplo, continuando o seu trabalho para o serviço secreto soviético, mas informando o MI6 de todas suas missões e passando informações adquiridas durante as mesmas.

Johnny participou da comitiva vinda de Moscou para participar das organizações do levante de 1935. Desde o início de sua viagem ao Brasil, deu informações ao serviço secreto britânico sobre os planos da organização de um levante no país. Quando chegou ao Brasil, entrou em contato com um agente do serviço de inteligência inglês (SIS) de nome Alfred Hutt. Este tinha como disfarce a função de superintendente assistente geral da Light. Através deste contato, Gruber passou a informar o serviço britânico de todas as informações que adquiriu sobre os planejamentos para o levante.

Johnny considerava que o PCB estava mal organizado e que planos não levavam em conta o real poder repressor do Estado. Por exemplo, desconsideravam completamente a existência das bases das Polícias Militares na proximidade dos quartéis a serem sublevados. Considerava que o PCB tinha pouco envolvimento nas preparações para a revolução. O Partido estava sub-representado no comitê que preparava os planos e que estava mal organizado. Apesar de ser agente duplo, Gruber buscou apontar nas reuniões da direção que tudo estava mal planejado.

Como resultado de suas posturas, foi praticamente cortado de parte das reuniões da direção do movimento. Mas sua mulher, Helena, continuou a participar das mesmas. Mais que isso, Helena foi nomeada motorista de Prestes e Olga. Ela se demonstrou

naquele mesmo ano, escritos em francês. Esse documento parece apenas servir como justificativa para enquadrar o PCB como um órgão a serviço de uma instituição estrangeira.

¹⁴² Sobre a atuação de Johnny ver: ROSE, R.S. e SCOTT, Gordon D. *Johnny*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2010.

uma fonte crucial de informações para Johnny. Entre os dados obtidos estavam os endereços de diversos dirigentes do movimento. Helena não sabia que seu marido era agente duplo. Na verdade, ela nunca recebeu grandes treinamentos e preparação ideológica, sempre agindo de acordo com o que seu marido indicava.

Gruber foi enviado à Recife para auxiliar a organização e preparação para a revolução. Lá deu aulas de guerrilha. No entanto, aproveitou para entrar em contato com a Segurança Pública, possivelmente com Malvino Reis Neto. Informou-o dos planos do movimento comunista para a região. Entregou o conjunto de palavras chaves da comunicação entre a direção nacional e o comitê regional.

O levante em Natal estourou sem o conhecimento prévio de Johnny. No entanto, assim que soube do caso, enviou um telegrama a Malvino Reis Neto. Este pode preparar as forças de Recife para o levante que estava por vir. Os rebeldes puderam ser isolados e rapidamente derrotados.

O agente duplo foi consultado pelo Serviço de Inteligência Britânico se havia possibilidade de vitória dos comunistas no Rio de Janeiro, mas afirmou que não havia. Os planos eram furados. Diante de tal avaliação, Johnny recebeu ordens de Londres para deixar o levante estourar. Assim que as sublevações tiveram início, as previsões de Gruber se demonstraram corretas. Os revolucionários estavam mal preparados e o governo já estava pronto para reprimir os revolucionários. O próprio Johnny entregou os endereços e nomes que possuía, o que facilitou a repressão.

Além do caso de Gruber, há ainda o polêmico caso de Miranda. Ele era anteriormente conhecido como Américo (Antônio) Maciel Bonfim, ou Adalberto Fernandes, e fora parte da direção da Liga de Ação Revolucionária, criada por Prestes.

A primeira participação de Maciel Bonfim na vida política foi em 1930. Ingressou, naquele ano, na Liga de Ação Revolucionária, de Luís Carlos Prestes. Em setembro de 1930, foi preso para ser solto em seguida. Ao ser preso, portava um documento defendendo a luta armada e assaltos a banco. O documento defendia também que o PCB era o único verdadeiro representante das massas. Necessário apontar, ele ainda não era militante do PCB. Após alguns dias foi solto. Sua prisão serviu apenas

para acumular documentos que justificavam a perseguição de comunistas¹⁴³. Necessário elencar que, a partir de 1934, passaria a defender nos jornais do Partido a mesma linha existente no documento confiscado pela polícia em 1930.

Em 1932 tentou ingressar no PCB, mas foi recusado por conta de seu passado prestista. Mas, ainda naquele ano, após ter sido preso, ele foi transferido para a mesma prisão onde estavam dirigentes do PC. Miranda ajudou no planejamento de uma fuga, que levou membros do Comitê Central (CC) à liberdade. Após esse episódio ele foi aceito como membro do Partido, e virou assessor do Comitê Central. Em 1933 virou membro integral do CC. Na Conferência de 1934 foi eleito Secretário Geral.

Assim que se tornou direção do PCB, comunicou à Moscou que o Brasil estava pronto para um movimento revolucionário nacional, fortalecendo a tese de Prestes. Segundo conta Basbaum, Miranda, desde 1934, já havia dado informações sobre o PCB ao governo, conforme revelado pelo general Pedro Aurélio de Góis Monteiro¹⁴⁴. Após os levantes da ANL no Rio de Janeiro, Miranda foi preso entre os últimos dias de 1935 e os primeiros dias de 1936. Na prisão, entregou um grande conjunto de informações sobre os membros do Partido. Conforme conta Graciliano Ramos na obra *Memórias do Cárcere*, Miranda revelou a identidade de uma militante recém chegada na prisão, e levantou a suspeita que ele estava entre os presos para delatar os companheiros.

Ainda quanto à atuação da Aliança Nacional Libertadora, é importante ressaltar que, quando em 1935, os planos para o levante começaram a ser traçados, a polícia já estava bem informada do que ocorreria. Foram tomadas medidas para a sabotagem do processo. O processo de Natal, primeiro local a rebentar o levante, estourou após uma carta forjada que trazia a autorização do Comitê Central. É claro que, como demonstra Marly Vianna, o levante em Natal poderia ocorrer com ou sem o PCB, por condições históricas peculiares. Mas de qualquer forma, não havia necessidade do PCB participar de um levante isolado e mal planejado. A resposta do Comitê Central,

¹⁴³ MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira. *O célebre Miranda: aventuras e desventuras de um militante comunista entre a história e a memória*. 2011: PRAXIS, ano 4 nº5, pg 68.

¹⁴⁴ BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República*. São Paulo: Edições LB, 1962. Volume 3. Pg.90 : “Goês Monteiro nos revela que em 1934 já se sabia da futura chegada de Prestes ao Brasil, e essa ciência lhe devia ter sido dada pelo próprio secretário geral do PCB, Miranda”.

autorizando a realização do levante meses antes do planejado não saiu de um membro do Comitê Central, e foi dada sem o conhecimento de Luís Carlos Prestes, como conta Leôncio Basbaum.

É difícil afirmar, é claro, que o Levante de 1935 foi coordenado pelo inimigo. Mas é fácil perceber que tudo ocorreu com tantas falhas operacionais que bem o poderia ser. No Rio de Janeiro, armamento foi produzido e preparado, mas os membros civis do partido não foram chamados para utilizá-los. Não ocorreu nenhuma sabotagem de ponte, nenhuma mobilização de massa e nenhum tipo de ação outra que não a “quartelada”. Quartelada essa, aliás, realizada com forças muito inferiores do que as apresentadas por Miranda nos relatórios fictícios feitos para Prestes, conforme contam Leôncio Basbaum e Agildo Barata. Ora, diante dos dados apresentados, diante da história do ingresso de Miranda no Partido, da forma como organizou o Levante de 1935 e de como se portou assim que preso, é válido dizer: se ele não recebia salário das forças policiais para destruir o PCB, bem o mereceria.

Seja como for, fica claro que os membros do Partido não tiveram maturidade política para lidar com a repressão que os dominou e os esmagou. Na prática, faltou entender que um partido revolucionário depende de formas pacíficas e formas violentas de luta para garantir tanto sua vitória como até mesmo sua existência. Não é possível negligenciar a resistência à repressão dura, seja ela declarada ou não. Tolerar agentes infiltrados é aceitar ser controlado pelo inimigo. Aceitar políticas dúbias e origens misteriosas sem questionamento pode levar à morte.

O Advento do PCB (1922 a 1935).

Em sua história, o Partido Comunista Brasileiro, ou do Brasil, (PCB) pretendeu ser a organização revolucionária da classe operária. Ele foi fundado em 1922 e existe até hoje¹⁴⁵, através das diferentes organizações que surgiram, fruto de seus distintos processos de “rachas”. É considerado o primeiro partido político de abrangência nacional. Influenciou com maior ou menor peso toda a história recente do país. Lutou contra duas ditaduras, e passou parte considerável de sua vida na ilegalidade. O PCB atravessou distintas fases políticas, mudou de direção e de conteúdo, alterando sua estratégia política e até mesmo seus objetivos mais próximos.

O PCB foi oficialmente fundado, após seu primeiro congresso entre os dias 25, 26 e 27 de março de 1922. Participaram dele 9 delegados representando 73 membros de diversos grupos comunistas, entre eles o Grupo Comunista de Porto Alegre, o Grupo Comunista do Rio de Janeiro e o Grupo Comunista do Recife.¹⁴⁶ O Congresso nasceu como resultado de um trabalho incipiente de propaganda dos feitos da Revolução Soviética e da Internacional Comunista.¹⁴⁷

De 1922 a 1935, o PCB passou por três congressos: o de sua fundação, em 1922, o II Congresso do PCB, de 1925, e o III Congresso, que iniciou suas discussões ainda em 1928, nas células do Partido, chegando à elaboração de resoluções congressuais em 1929¹⁴⁸. Em 1935, a Aliança Nacional Libertadora (ANL), sob direção do Partido Comunista, se lançou em um movimento revolucionário que fracassou, levando à desarticulação temporária do PCB.

Esses fenômenos bem conhecidos pela historiografia são o ponto de partida para uma análise minuciosa do conjunto de mudanças sofridas pelo Partido Comunista Brasileiro. A partir desse ponto de partida, é possível aprofundar a análise e na descrição da história do Partido Comunista do Brasil, de 1922 a 1935.

¹⁴⁵ Existem hoje três organizações que se reivindicam a continuação do PCB. São elas o PCB (Partido Comunista Brasileiro), o PCdoB (Partido Comunista do Brasil) e o PPS (Partido Progressista Socialista). Existem ainda dois partidos que reivindicam parte da história do PCB, sendo eles o PCR e o PCML.

¹⁴⁶ CARONE, Edgard. *O P.C.B.* São Paulo: Difel, 1982. Pg.1-2.

¹⁴⁷ CARONE, Edgard. *O P.C.B.* São Paulo: Difel, 1982. Pg.19.

¹⁴⁸ As discussões realizadas em diversas células estão arquivadas no CEDEM da UNESP.

Compreender, ou mesmo descrever o funcionamento completo de um partido político, especialmente de um que viveu tanto tempo na ilegalidade, é difícil. No caso do Partido Comunista, é impossível mapear toda sua estrutura material, ou mesmo seu funcionamento organizativo por completo. No entanto, caso um pesquisador se debruce sobre os dados que existem sobre a organização e a política do PCB, torna-se possível traçar as oscilações nos fluxos do mesmo. Tanto o fluxo de correspondência, quanto o de militantes e o dos temas dos jornais permitem tecer o conjunto de processos históricos que o P.C brasileiro sofreu.

A militância do Partido Comunista.

A composição de um Partido é a chave para seu funcionamento. Um Partido é, em última instância, a linha política que a sua direção implementa através da militância existente. Portanto, um dado de fundamental importância para entender a história do PCB é: quantos eram os membros do Partido em cada momento?

Infelizmente, não existem censos internos do PCB ano a ano que permitam ao historiador afirmar com exatidão quantos eram os membros do Partido. No entanto, existe a informação exata de quantos membros o Partido possuía nos anos de 1922, 1925, 1928 e 1932¹⁴⁹. Além disso, há estimativas gerais para alguns dos períodos, e dados parciais quanto aos militantes das frentes de massa.

Considerando os dados existentes e partindo do princípio que a entrada de militantes no Partido possui uma correlação com o aumento de correspondências internas, torna-se possível realizar uma regressão estatística e uma projeção do número de militantes do PCB. Tal operação atingiu um grau de acerto aparente igual a 99 % em relação aos dados observados. O número encontrado permitiu traçar o gráfico abaixo, sobre a quantidade de inscritos, ou militantes, no PCB.

¹⁴⁹ Documentos utilizados: Carta de Astrojildo para a Internacional Comunista, de 1922; balanço do Partido 1925; balanço do Partido, de 1928; balanço do Partido de 1932. Todos os documentos podem ser encontrados no Arquivo Internacional Comunista do CEDEM-UNESP.

*Gráfico de elaboração própria.

No gráfico acima há: no eixo X a data referente. No eixo Y, o número de filiados referente. Em preto está o movimento gráfico do número de filiados do PCB de 1922 a 1935.

Em forma de tabela, o dado encontrado foi:

Estimativa de Militantes Filiados ao PCB

Ano	Filiados do PCB
1922	116
1923	287
1924	315
1925	479
1926	638
1927	878
1928	1104
1929	1421
1930	1830
1931	2275

1932	2973
1933	4154
1934	4986
1935	6009
*tabela de formulação própria	

O que se observa é um crescimento exponencial do número de integrantes do Partido. É visível a existência de oscilações no crescimento. No entanto, nessa forma, o gráfico apenas com dificuldade permite localizar as oscilações. Verificando o perfil cíclico do crescimento do PCB, utilizando o método de regressão, é possível observar:

*grafico de elaboração própria

O gráfico acima é uma representação do perfil cíclico do crescimento de número de membros do PCB de 1922 a 1935. O que se observa é um crescimento aquém do desejado em 1923, se comparado com o restante do período. Houve um momento de crescimento acelerado de 1924 até 1926, seguido por um processo de queda até 1932. A partir de 1933 há um processo de retomada do crescimento. No entanto,

apenas o ano de 1923 e o período de 1930 a 1932 significaram um crescimento abaixo do esperado.

Contudo, os documentos do Partido Comunista Brasileiro apontam que havia diferença entre o número de militantes filiados e o número de militantes ativos. Os militantes filiados eram aqueles que aderiram formalmente ao Partido, sem necessariamente estar atuando ativamente na construção da linha política definida pelo PCB. Já os militantes ativos eram aqueles que participavam de órgãos do partido e atuavam cotidianamente.

O relatório de trabalhos para o congresso de fundação do PCB e o balanço de militantes de 1932 apresentam os números relativos a essa diferença. Utilizando o mesmo método estatístico aplicado para achar o número de filiados, é possível atingir a seguinte composição do PCB em termos de militantes ativos.

*grafico de elaboração própria

No gráfico acima há: no eixo X, a data referente. No eixo Y, o número de militantes referente. Em preto está a representação gráfica do crescimento do número de militantes ativos do PCB entre 1922 e 1935. Na forma de tabela o dado encontrado foi:

Militantes Ativos do PCB

Ano	Militantes ativos do PCB
1922	76
1923	94
1924	104
1925	152
1926	194
1927	267
1928	341
1929	445
1930	579
1931	726
1932	940
1933	1262
1934	1507
1935	1690
*tabela de formulação própria	

Chama a atenção o fato do número de militantes ativos ser muito inferior ao número de filiados. Tal dado por si só demonstra um fenômeno importante: em média, apenas um terço dos militantes filiados estava na ativa do Partido. Além disso, quanto ao crescimento de 1934 para 1935, o aumento de número de filiados foi de 20,5%; enquanto o crescimento de número de membros ativos foi de 12,14%.

Há que se considerar não apenas o crescimento do número de militantes, mas também a perda de militantes ano a ano. Tanto o balanço de 1925, quanto o balanço da Juventude Comunista de 1933, trazem dados da perda de militantes. O relatório da juventude possui dados para os anos de 1931, 1932 e 1933. Trata-se do relatório de 1933 de Arnaldo, do Comitê Central da Juventude Comunista, à Internacional da

Juventude Comunista¹⁵⁰. Desse conjunto de dados, é possível traçar uma função da perda de militantes em relação ao total de militantes filiados. O resultado pode ser descrito pelo seguinte gráfico:

*grafico de elaboração própria

No gráfico acima há: no eixo X, a data referente. No eixo Y, o número de militantes referente. Em preto está o movimento gráfico da perda anual de militantes. Na forma de tabela o dado pode ser descrito por:

Estimativa das Perdas de Militantes do PCB

Ano	Perdas anuais	Perda acumulada
1922	0	0
1923	1	1
1924	2	3
1925	3	6
1926	5	11
1927	10	21
1928	16	37

¹⁵⁰ Documento IC-1057 no arquivo do CEDEM da UNESP.

1929	27	64
1930	46	110
1931	76	186
1932	127	313
1933	236	549
1934	374	922
1935	594	1517
*tabela de formulação própria		

Na tabela acima há, na coluna da esquerda, a data referente. Na coluna do meio estão as perdas anuais de militantes do PCB. Na coluna da direita a perda de militantes do PCB, em valor acumulado. Os dados encontrados não levam em conta como fator os anos de crise política no Partido Comunista. No entanto, expressam algumas informações relevantes. A primeira é que, até 1930, o PCB já havia perdido quase tantos membros quanto os que fundaram o Partido. A segunda informação é que de 1927 até 1933, o Partido Comunista perdeu cerca de 538 pessoas, o que significa uma perda de 61,28% em relação ao número de filiados de 1927. Tais dados revelam um Partido que passou por um alto grau de renovação no, período entre 1929 e 1935.

Os Documentos oficiais sobre a estrutura e linha do PCB.

Os documentos oficiais sobre as linhas políticas e organizativas do Partido Comunista Brasileiro revelam ao historiador aquilo que o Partido oficialmente pretendia e declarava sobre sua própria organização. Se não revelam informações sobre o cotidiano do Partido e sobre se a linha proposta foi ou não aplicada, eles servem como um primeiro contato do qual se deve partir para entender as mudanças pelas quais o PCB passou.

Os documentos oficiais trazem o relato de época sobre a percepção e declaração da direção do Partido quanto as mudanças pelas quais passavam. Sendo assim, é

fundamental analisar os documentos que resultaram dos Congressos e das Conferências Nacionais do PCB.

O primeiro Estatuto do PCB

O 1º Estatuto do PCB foi produzido em 1922, baseado no Estatuto do Partido Comunista da Argentina. No entanto, é necessário fazer algumas ressalvas. O PCB já nasceu se enquadrando na lei brasileira. Alguns de seus artigos tomavam a forma imposta pelas leis. Outros, mesmo não se encaixando dentro do princípio legal, podiam deixar de citar o lado clandestino do partido.

O documento analisado foi uma versão datilografada do estatuto com algumas anotações a lápis, feitas em forma de nota de rodapé pelo próprio Astrojildo. As notas de rodapé se limitavam a poucos pontos, elencando apenas aquilo que é a forma determinada pela lei, como é o caso do Artigo 1º. O Estatuto possuía 41 artigos.

O Estatuto organizava formalmente como o Partido Comunista funcionaria. A organização partidária foi dividida, no documento, em quatro níveis: (a) Comissão Central, (b) Centros Locais, (c) Núcleos de Propaganda e (d) órgão sindicais e juventude comunista.

A (a) Comissão Central era a direção máxima do Partido composta por : (1) Secretaria Geral, de organização e de propaganda, que possuíam como encargo velar pela aplicação das resoluções da Comissão Central, pela organização e disciplina do Partido e dirigia toda a propaganda geral; (2) Secretaria Internacional, que mantinha relações com o Comitê Executivo da Internacional Comunista e com os Partidos Comunistas de outros países; (3) Serviço de Imprensa e Publicidade, que controlava todas as publicações coletivas ou individuais, não permitindo que em pretexto de autonomia se fizessem publicações contrárias ao pensamento do PCB. Era responsável pela doutrina nas publicações centrais do Partido, e por manter informada a Comissão Central de todas as resoluções realizadas nos diversos Centros do Partido; (4) Serviço de Núcleos, responsável pela organização e direção dos núcleos comunistas em sindicatos e cooperativas, mantendo contato direto e

disciplinado entre Núcleos e Comissão Executiva; (5) Tesouraria Geral, responsável pelas finanças, do caixa geral e do caixa de todos os demais serviços do PCB. Faziam parte da Comissão Executiva 5 membros e 5 suplentes. Cada secretaria podia contar ainda com conselhos que auxiliassem a formulação e aplicação da política.

Os (b) Centros Locais eram compostos por no mínimo nove membros. O Estatuto não estabelecia um padrão fixo de organização dos centros, mas apontava para uma divisão de secretarias à semelhança da Comissão Central. Onde não houvesse nove membros para formar um Centro Local, seriam formados (c) núcleos de propaganda, com no mínimo três membros.

Os (e) órgãos sindicais e as juventudes comunistas eram órgãos ligados ao Partido, mas que podiam possuir um estatuto próprio. O estatuto dos órgãos sindicais seria produzido pela Comissão Executiva, enquanto o da juventude não ficava claro como seriam produzidos.

O estatuto estabelecia ainda as regras de funcionamento da tesouraria, versando especialmente sobre as contribuições financeiras. Cada militante deveria contribuir com um valor mensal fixo para o Centro Local do qual participava. O Centro Local por sua vez repassaria o dinheiro para a Tesouraria geral.

Quanto aos militantes, o estatuto estabelecia que somente após três meses depois do seu ingresso um aderente passaria a ter direito de voto. O direito a voz era concedido desde o primeiro momento. As pessoas que desejassem contribuir com o partido, mas não pudessem militar organicamente, podiam tornar-se filiadas. Os filiados tinham como única atribuição o pagamento de uma mensalidade.

Além disso, alguns artigos do estatuto versavam quanto as regras e medidas disciplinares da organização. Formalmente qualquer membro da Comissão Central Executiva podia ser demitido de sua função se faltasse em reuniões sem justificativa. A ausência injustificada e a quebra da linha partidária podiam resultar na expulsão de qualquer militante. Nenhum centro, núcleo, juventude ou grupo ligado ao partido podiam realizar ações em conjunto com agrupamentos alheios ao Partido, sob pena de expulsão.

O Estatuto era uma formalização de como deveria funcionar a organização. Não é possível afirmar que ele foi aplicado tal qual estava no papel. No entanto, é possível observar questões que eram consideradas pertinentes para a organização. O documento trazia maior preocupação em: (i) em reger a direção e quanto às bases desenvolvia apenas regras para a entrada e expulsão dos membros; (ii) não possuía nenhum critério rigoroso de recrutamento; (iii) considerava a propaganda um estágio inferior de organização e política; (iv) defendia a organização da base militante em grandes círculos.

O Estatuto tipo do V Congresso da III Internacional

Em junho de 1924, ocorreu o V Congresso da III Internacional, que deliberou, entre outras coisas, um Estatuto-tipo a ser produzido e aprovado pelo Bureau de Organização do Executivo da Internacional Comunista. A aprovação ocorreu no início de maio de 1925.

Nos dias 17 e 18 de maio de 1925, ocorreu no Brasil o II Congresso do PCB, que aprovou o estatuto-tipo, com pequenas modificações. O Estatuto do Partido Comunista passou a ser uma adaptação com pequenas modificações de um documento oficial diretamente produzido pela direção organizativa da Internacional Comunista.

O Estatuto-tipo possuía quinze pontos, sendo eles: (1) Denominação do Partido; (2) Membros; (3) Organização; (4) A Célula; (5) Grupo Local; (6) O Raio (ou zona); (7) A Região; (8) As Conferências do Partido; (9) O congresso do partido; (10) O Comitê Central; (11) A Comissão Central de controle; (12) A disciplina de todo o partido; (13) Finanças; (14) Frações; e (15) Relações com a Juventude Comunista.

O Estatuto definia que o Partido era regido pelo centralismo democrático. Tal forma de organização era definida pelos seguintes critérios: (a) Havia eleição da direção através das assembleias e congressos; (b) realização de relatórios periódicos pelos mandatários; (c) e as bases acatavam e realizavam as tarefas estabelecidas pela direção e órgãos superiores.

Considerava-se um órgão superior aquele responsável por dirigir uma área que englobava órgãos circunscritos a uma parcela daquela mesma região. A estrutura hierárquica seguia o esquema da tabela abaixo;

Hierarquia no II Estatuto do PCB

Abrangência	Congresso ou pleno	Comitê
Todo o País	Congresso Nacional	Comitê Central
Uma região	Conferência regional	Comitê regional
Zona	Conferência de zona	comitê de zona
Cada oficina, empresa ou rua	assembleia de célula	comitê de célula

*Fonte: Resoluções do II Congresso do PCB

Ficava estabelecido que em caso de ilegalidade era admitida a nomeação de órgãos inferiores pelos órgãos superiores. Em qualquer situação, seja na legalidade ou ilegalidade, os órgãos eram autônomos nas questões locais, dentro dos limites dados pelo Partido e pela Internacional Comunista.

Estabelecia-se ainda que seções especiais fossem criadas para o cumprimento de certos deveres (de organização, de agitação, de propaganda, sindical, mulheres etc.). Tais seções eram submetidas à direção partidária. Elas eram na prática as comissões organizadas pelo secretariado.

Segundo o Estatuto-tipo, o Comitê Central era o dirigente máximo do Partido, tendo virtualmente o poder de organizar e reorganizar o PCB, conforme as experiências históricas. Tinha seus membros eleitos e fixados pelo Congresso, sendo 9 membros interinos e 3 suplentes. Os membros se dividiam entre as seguintes secretarias: (I) Organização; (II) Agitação e Propaganda; (III) Tesouraria; (IV) Sindicatos; (V) Cooperativas; (VI) Camponeses; (VII) Juventudes e Mulheres. Dois membros do Comitê não possuíam cargos permanentes. Cada secretaria possuía uma seção de atividades dirigidas pelos secretários.

As Conferências Nacionais do P.C. brasileiro deviam ocorrer duas vezes por ano, tendo a representação determinada pelo Comitê Central. O ponto IX define quanto aos Congressos do Partido. O estatuto determinava que deveriam ocorrer uma vez por ano, com o consentimento da direção executiva da Internacional Comunista. Os

Congressos seriam o espaço para a realização do balanço da direção, eleição de um Comitê Central e aprovação dos programas do P.C. Era composto por delegados eleitos nas conferências regionais, ou, em caso da ilegalidade do Partido, pelos Comitês Regionais.

O estatuto definia que Comitê Regional era eleito em uma conferência regional a cada seis meses. Deveria ser eleita ainda uma comissão de controle, responsável pela administração de todas as atividades financeiras do PCB e de suas empresas na região. O Comitê Regional (CR) elegia um Secretariado, em acordo com o Comitê Central (CC). O Comitê Regional executava as tarefas estabelecidas pelo Comitê Central, e deveria designar órgãos especiais correspondentes às diversas atividades (agitação e propaganda, organização, sindicato etc.) colocando à sua frente membros do Comitê Regional. O C.R era uma instância de direção, mas que possuía tarefas específicas, divididas em órgãos especiais, como as demais instâncias do Partido. Era o responsável por seguir as ordens do Comitê Central, ao passo que dirigia todo o trabalho do Partido em uma dada região.

Os Comitês de Zona eram uma instância de direção de uma dada zona. Esta organizava todo o trabalho de fração naquela localidade e dirigia as células circunscritas em sua administração. Deveriam ocorrer duas reuniões por ano da conferência de zona. O comitê deveria eleger um secretário de raio, de acordo com o Comitê Regional.

O Estatuto estabelecia que as células de empresa fossem compostas por no mínimo três membros. Caso uma empresa tivesse menos de três membros do partido, estes deviam se juntar à célula mais próxima. Caso houvesse membros que não trabalhassem em nenhuma empresa, estes deveriam se organizar ou na empresa mais vizinha, ou formar uma célula de rua. Era tarefa da célula, segundo o Estatuto, realizar: (a) agitação e propaganda; (b) recrutamento; (c) difusão de literatura; (d) publicação de um jornal de empresa; (e) educação e cultura de seus membros; (f) conquista das frações nas organizações operárias; (g) intervenção em todos os conflitos políticos; (h) estudo das reivindicações do ponto de vista revolucionário; (i) a conquista de direção do conjunto dos operários em todas as lutas. A célula deveria eleger uma direção de três a cinco membros que deveriam garantir o trabalho do

Partido e dividir as tarefas existentes para a célula. A assembleia de célula deveria se reunir uma vez por mês.

O documento apontava ainda para a criação de Frações. Estas seriam os órgãos partidários dentro de organizações externas ao Partido. As frações eram compostas pelo conjunto de membros que atuassem dentro de uma organização externa (sindicato, por exemplo) e podia eleger uma direção. No entanto, elas eram submetidas ao Comitê de instância equivalente, podendo ter qualquer deliberação revertida pelos mesmos. Em contrapartida, sempre que o Comitê fosse discutir uma questão concernente a uma das frações, um representante desta poderia participar da reunião com direito a voto consultivo.

Ainda, segundo o Estatuto qualquer pessoa que aceitasse o programa do Partido e que militasse em um de seus organismos de base podia ser membro do mesmo. Teria sua inscrição aceita em uma célula e ratificada à direção de raio ou zona. Em momentos de crise política ou econômica, tornava-se necessária a indicação de um membro do PCB para que o recrutamento fosse feito. Para o caso de ingresso de organizações inteiras, ou de líderes dessas organizações, era necessário o parecer do Comitê Central. O ponto discorria ainda que os membros de uma célula de empresa mudassem de trabalho deviam avisar à sua direção de onde saíram e para onde iam. A situação era igual para aqueles que militavam em célula de rua e mudassem de endereço. Para a emigração, um membro devia pedir autorização do Comitê Central.

Cada militante deveria contribuir com uma cota financeira de acordo com o nível de renda do mesmo. Os membros que não pagassem as cotas sem motivos suficientes seriam afastados. Estabelecia-se ainda que o Partido deveria ter empresas que ajudassem o financiamento dele.

Quanto à disciplina partidária, o estatuto definia as diferentes punições: desde censura do membro até a expulsão. Eram possíveis também as punições para organizações inteiras. A exclusão de membros era publicada no jornal do Partido. As razões que poderiam levar à expulsão não foram explicitadas. O Estatuto apenas determinava o princípio por trás da disciplina partidária: era lícita a livre discussão sobre qualquer assunto, mas uma vez tomada à decisão, era necessário que fosse

acatada de imediato. A execução das tarefas dadas por instâncias superiores do partido deveria ser realizada pontualmente.

As Juventudes Comunistas eram organizações paralelas ao PCB e tinham representação mutua deliberativa em todas as instâncias equivalentes. Tinham também direito a uma delegação proporcional à sua força, no Congresso do Partido.

Analisando o conjunto dos pontos, é possível verificar que: (1) contava agora com uma disciplina partidária voltada à realização das ordens, e não ao travamento das ações. (2) Contava ainda com uma direção com poder real de mover o PCB para uma ou outra linha, dentro dos limites determinados pela Internacional Comunista e pelos Congressos do Partido.

Em relação ao primeiro estatuto do PCB, o estatuto-tipo significou o abandono do sistema de núcleos, a formalização do aparato de agitação e propaganda, o aperfeiçoamento do sistema financeiro e uma divisão mais profissional das tarefas de direção do Partido Comunista. É um salto de um partido apoiador da revolução para a organização que pretendia uma inserção de massas. São, na prática, duas estruturas diferentes. A primeira significava o claro esforço de organização inicial do PCB, enquanto a segunda significava a busca pelo trabalho de massas.

Do terceiro Congresso à Conferência Nacional

As resoluções do Terceiro Congresso, ocorrido de dezembro de 1928 a janeiro de 1929, significaram um balanço do trabalho anterior do Partido e apontavam perspectivas de trabalho. Realizou-se também uma análise de conjuntura que apontou para necessidade de o PCB atuar com o seguinte objetivo: mobilização da massa para o evento de uma revolta revolucionária no período próximo. Para tal, a atuação política de o PCB deveria buscar construir a unidade com outras forças políticas, colocando-as sob hegemonia comunista. Determinou-se também a realização constante e ampla de propaganda, através das entidades sob influência e controle do PC brasileiro. O congresso tratou ainda sobre o trabalho nos sindicatos, no campo, e na formação do Bloco Operário Camponês, além de encaminhamentos gerais.

Sobre o trabalho sindical, o balanço oficial era que este havia se mostrado positivo para o PCB. Era este trabalho que conectava o Partido com as massas. Através do trabalho sindical, o PC brasileiro vinha aplicando sua linha política. Foi apontado, no entanto, que tal trabalho trouxe uma série de desvios. Os membros recrutados entravam com vícios sindicais e mesmo com uma visão anarco-sindicalista da realidade. Foi ponderado ainda que as Federações Industriais e as centrais sindicais não estavam bem montadas. Faltavam militantes para a realização destas. O balanço apontava ainda que as greves realizadas haviam sido feitas de forma impensada e sem visão estratégica.

A parte dessas considerações, o encaminhamento para a atuação do PCB era o fortalecimento da atuação sindical, que deveria ser feita através da criação de organismos intersindicais locais. Estabeleceu-se ainda a necessidade de cursos sindicais e de uma “política de infiltração” nos sindicatos anarco-sindicalistas e ‘amarelos’¹⁵¹. Tornou-se prioridade o fortalecimento da F.S.R.R (Federação Sindical Regional do Rio de Janeiro), além da reconstrução dos comitês pró-CGT (Central Geral dos Trabalhadores).

Quanto ao trabalho no campo, o Congresso levantou que o PCB tinha pouco acúmulo sobre a questão. A organização do campesinato ainda era incipiente. Revelava, no entanto, que algum esforço de organização já vinha sendo feito, mas que era necessário aprofundar. De encaminhamento organizativo sobre o campo, nada mais foi apresentado. Foram formuladas bandeiras políticas para servirem de base para o trabalho dos militantes do Partido no campo.

Quanto ao Bloco Operário e Camponês, o III Congresso apontou que esse era o melhor trabalho que o Partido possuía naquele momento. O Bloco foi criado no período entre o II e o III Congresso e funcionava principalmente como uma frente única eleitoral, legal, do Partido. Foi instrumento de direção das massas e ganhou respeito das mesmas, segundo o relatório. No entanto, o BOC propiciou desvios eleitoreiros dentro do Partido. O Congresso ressaltou a necessidade de manter o

¹⁵¹ O termo “sindicatos amarelos” era utilizado para se referir à sindicatos que atuam em favor dos patrões ou do governo, ao invés de defender os interesses dos operários.

BOC como uma frente legal para o trabalho do P.C., mas submisso ao trabalho ilegal do mesmo.

Quanto às demais resoluções, levantou-se a necessidade de ampliação do trabalho nas diferentes frentes de massa, que até então estavam dispersas, sem o devido enraizamento e sem a ligação com as demais atividades partidárias. As frentes de massas apresentadas para serem ampliadas eram: (a) Liga Anti-imperialista; (b) Socorro Vermelho; (c) clubes operários de esporte; (d) organizações antifascistas. Apontava ainda a necessidade do fortalecimento do apoio do PCB à Juventude Comunista.

Quanto ao Socorro Vermelho, o III Congresso definiu que: (1) os membros do PCB deviam aderir ao Socorro Proletário; (2) deviam conquistar a direção da entidade e romper com a visão estreita da mesma; (3) realização de vasta propaganda dos fins do Socorro Vermelho; (4) realização de política de finanças própria; (5) amparo material às famílias dos operários mortos na luta de classe e amparo material, político e psicológico aos presos; (6) estabelecer contato com os presos políticos para dar-lhes auxílio e fornecer-lhes literatura comunista; (7) realizar amplas campanhas pela anistia dos presos políticos e ao direito de asilo aos refugiados; (8) fazer com que o Socorro Proletário se envolvesse mais com o movimento operário; e (9) ligar a obra nacional com o socorro internacional.

Sobre as frentes anti-fascistas, as tarefas traçadas para os membros do Partido foram as seguintes: (I) prestar maior apoio às ligas anti-fascistas existentes no país; (II) fundar organizações idênticas em regiões em que existiam colônias estrangeiras de nações que sofriam sob o fascismo; (III) organizar no interior de tais ligas frações comunistas; (IV) ampliar o âmbito de ação de tais ligas, ligando-as à atuação internacional anti-fascista e anti-imperialista; (V) garantir representação estrangeira no Congresso Anti-Fascista, que iria ser realizado em Berlim; e (VI) realizar maior ligação para tal fim com o Partido Comunista Italiano.

Sobre as associações esportivas, as tarefas que foram deliberadas no III Congresso foram: (a) criação de clubes independentes do patronato nas empresas que não existissem clubes, e o afastamento do patronato onde os clubes já existissem; (b) fusão de pequenos clubes de mesmo arrabalde ou estação suburbana; (c) criação

de seções esportivas nos sindicatos, sem excluir os não sindicalizados; (d) desenvolvimento intenso do esporte nos campos, entre trabalhadores agrícolas e camponeses; (e) criação de uma liga na marinha e no exército, independente do oficialato; (f) formação de federações regionais em todos os estados; e (g) formação da federação nacional do esporte proletário, filiado ao Sportintern.

Pela primeira vez, o PCB realizou em seu III Congresso um balanço e definição da Juventude Comunista (JC). Em 1929, a JC atingiu o número de 25 células, com 120 membros mais ou menos ativos. A juventude foi definida como uma organização auxiliar do Partido, e que não devia ser um partido jovem, possuindo a tarefa de criar frações em todas as entidades de massa do PC brasileiro. Servia como espaço de formação política de futuros quadros, tendo como foco de atuação o anti-imperialismo e o anti-militarismo, devendo adaptar as palavras de ordem para a mentalidade da juventude.

O PCB apontou ainda, em seu III Congresso, a necessidade de fortalecer o trabalho em São Paulo, que ainda era precário. Avaliou também, o “racha” político realizado no período anterior, apontando-o como um ato de mentalidade pequeno-burguesa.

O Partido passou de 1929 a 1934 sem congresso ou conferência nacional. Foi em julho de 1934 que ocorreu a 1ª Conferência Nacional do PCB. Tratou-se do período inicial da era Vargas. A conferência representou uma ruptura na linha política e organizativa. A maior parte do documento é uma análise de conjuntura.

Segundo a leitura dos membros o Partido, a conjuntura havia mudado em relação ao período anterior. A crise econômica aprofundou-se, e a crise política acirrou-se. Conflagrava-se um período revolucionário. Entendia-se que havia um processo de fascistização no país, característica do limite que havia atingido a dominação feudal-burguesa (termo usado no documento). O documento trazia poucas resoluções, mas apontava informações do ocorrido no último período e apresentava duas resoluções, que permitem entender o surgimento posterior da Aliança Nacional Libertadora (ANL).

As medidas tomadas pelo governo Vargas, na avaliação da Conferência, levaram à impossibilidade do avanço do trabalho sindical. A burocracia estava na mão do governismo. A força possuída pelo PCB era pequena e insuficiente para enfrentar

sozinho o regime. A atuação das frentes de massas fora impossibilitada diante das prisões e assassinatos feitos contra seus dirigentes. No entanto, tal situação aumentava a inquietação dos militantes.

O documento apontava ainda recentes expurgos do partido, que retirou membros de 'ideologias estranhas'. Tratava-se da expulsão de militantes do partido, que foram considerados como entraves para a linha política do confronto direto. Diante de tal situação, duas resoluções foram apontadas. A primeira era o fortalecimento do Partido, através do aumento do recrutamento e fortalecimento de sua estrutura (ilegal, no período). Segundo, seriam formados amplos comitês de frente única de luta para conquista das reivindicações, e na busca do fortalecimento das organizações de classe. Trata-se da resolução que daria suporte para constituição e atuação do PCB na Aliança Nacional Libertadora (ANL).

Observando a relatoria da 1ª Conferência Nacional do PCB (documento IC-0391b do CEDEM) pode-se verificar que o documento traz poucas resoluções e muitas discussões sobre a expulsão de antigos membros e sobre a conjuntura nacional e internacional. Quanto ao balanço de organização, elencou-se o avanço político realizado na cidade de São Paulo. Dos demais estados, os informes não traçavam a organização interna, mas sim o cenário geral de lutas, dos limites das frentes de massas e dos conflitos sociais existentes.

As correspondências do PCB.

Além do fluxo de militantes, é possível mensurar o fluxo de correspondência do Partido Comunista Brasileiro. Trata-se dos documentos internos, das cartas trocadas entre militantes e folhetins de células. Tais documentos foram reproduzidos e passados para a Internacional Comunista. Parte desse material sobreviveu ao tempo e hoje nos fornecem uma amostra do que significou a correspondência do PCB.

É possível observar oscilações e mudanças conjunturais no fluxo de correspondência do Partido. Tais oscilações permitem verificar a existência de mudanças quantitativas que servem de indício de mudanças qualitativas na

organização e na política do PCB. O volume de correspondência pode ser expresso na forma de gráfico:

*Gráfico de elaboração própria

O gráfico acima traz o total das correspondências internas e para Internacional Comunista enviadas pelo PCB de 1922 a 1935. No eixo X, está a data referente, e no Y, o número de cartas referente. Em preto está a expressão gráfica do volume de correspondência. O que se observa é um primeiro movimento ascendente de 1922 para 1923, seguido por uma oscilação para baixo de 1924 a 1925. Em 1926 teve início uma recuperação. A partir de 1927, iniciou-se um movimento de crescimento do volume de correspondência que segue até 1931. Em 1932 e 1933 houve uma queda na correspondência. Em 1934 há uma recuperação imediata. Em 1935, o volume de correspondências assume um valor extraordinário imprevisível. Assim, existem forças atuantes detectáveis em 1924/25, 1927, 1932, 1934, 1935.

Tais correspondências podem ser divididas entre os temas sobre o qual tratam. Através de uma catalogação temática é possível adquirir informações quanto as Frentes de Massa do Partido em cada época. As frentes de massa foram: Comitê de Mulheres, Socorro Vermelho, Juventude Comunista, Movimento Sindical, Bloco Operário e Camponês (BOC) e Aliança Nacional Libertadora (ANL). A maior parte da correspondência sobre o BOC está diluída entre as demais, não podendo ser analisada quantitativamente em isolado.

Ao dividir as correspondências por tema, é possível observar a seguinte importância para cada frente de massas.

Correspondência do PCB de 1922 a 1935 por tema.	
Tema	Porcentagem
Mulheres	5 %
Socorro Vermelho	13,6%
Juventude Comunista	19%
ANL	16,5%
Sindical	12,9%
PCB – órgãos internos	24%
Outros	9%
Tabela de elaboração própria	

Na tabela acima há, à direita o tema referente, e à esquerda a porcentagem que o tema significa entre as correspondências do Partido. Os dados nessa forma não permitem uma análise histórica sobre as mudanças. Torna-se necessário, portanto, discutir cada Frente de Massa em isolado. Nesse capítulo será tratado apenas o material referente aos órgãos internos do PCB.

*Gráfico de elaboração própria

O Gráfico acima está organizado da mesma forma que o anterior, mas traz a representação do fluxo de correspondência sobre órgãos internos do PCB, sendo eles as células, zonas e comitês regionais. Como o Partido Comunista era organizado de forma diferente até 1923, só foi contabilizada a correspondência a partir do ano de 1924. O que se observa é um crescimento em 1928, seguido por uma queda até 1930, mantendo-se estável até 1932. A partir de então a correspondência interna do Partido ganhou mais importância.

Para buscar entender os movimentos quantitativos, foram selecionados alguns documentos que descreviam ou buscavam justificar oscilações no funcionamento e na linha política do Partido. A escolha de documentos para a análise qualitativa foi feita com o auxílio da análise quantitativa realizada acima.

O PCB e a sua organização inicial, de 1922 a 1925.

Em 1923, foi produzida uma nota do PCB para a Internacional Comunista, explicando a situação do Partido. O documento original está em francês e é intitulado: “*Quelques notes sur la situation du Parti Communiste Brésilien*” (*Algumas notas sobre a situação do Partido Comunista Brasileiro*)¹⁵². O documento escrito à mão está dividido em onze tópicos não nomeados. Foram divididos, por seu conteúdo, da seguinte forma: (I) Histórico da formação; (II) Composição de membros; (III) Condição de funcionamento; (IV) Conjuntura nacional; (V) Inserção sindical; (VI) Cooperativas de trabalhadores; (VII) Juventude Comunista; (VIII) Balanço da repressão; (IX) Balanço organizativo; (X) Caso Canellas; e (XI) Chamada política.

No tópico (I), quanto ao histórico da formação, o documento afirmava que o Partido havia sido fundado por delegações de: Rio de Janeiro, Niterói, São Paulo, Santos, Porto Alegre, Cruzeiros, Recife e “alguns outros centros de menor importância”. O tópico (II), quanto à composição, é a reafirmação do caráter majoritariamente urbano

¹⁵² Documento ic0128 do Arquivo Internacional Comunista, do CEDEM da UNESP.

do PCB naquele período. O relatório afirmava a inexistência de trabalho político entre camponeses.

O tópico (III) do documento apresentava uma análise da condição interna do Partido. Segundo o relatório, o PC brasileiro tinha ainda em 1923 uma centralização primária. Tratava-se de uma federação de centros diretamente centralizados por um Comitê Executivo. Havia a esperança que em pouco tempo fossem formadas federações locais em São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco. Afirmava-se ainda que o partido priorizava a qualidade dos membros e não a quantidade.

O tópico (IV) apresentava uma análise de conjuntura superficial, encontrando nela uma perspectiva positiva para o trabalho dos comunistas. O (V) ponto tratava quanto ao movimento sindical descrevendo o funcionamento do PCB no tratamento quanto ao tema. Segundo o relatório, o Partido possuía, naquele momento, uma ligação efetiva com as corporações operárias. Para a organização da atuação, a Comissão Central Executiva possuía um 'serviço de núcleos comunistas em Sindicatos e Corporações', que orientava e sintetizava as atividades dos Secretários de Centros. Muitos dos membros do Partido Comunista ocupavam, segundo o relatório, cargos na administração de seus sindicatos. Em Pernambuco, o Centro de Recife organizou uma conferência de reorganização da Federação dos Trabalhadores da região.

No (VI) ponto, o relatório afirmava a inexistência de trabalho com cooperativas, uma vez que não havia tradição das mesmas no Brasil. O (VII) ponto, que tratava quanto à juventude, carregava apenas a afirmação que o trabalho ainda estava incipiente e que haviam sido criadas escolas para preparar os jovens comunistas nas organizações do Partido, sem trazer nenhum dado concreto sobre o tema.

O ponto (VIII) tratava quanto à repressão existente contra o Partido. O PCB havia sido colocado na ilegalidade. Suas tipografias, bibliotecas e arquivos centrais foram confiscados; e membros foram presos. Entretanto, a partir de setembro de 1923, com a diminuição da repressão, o Partido pôde voltar a crescer.

O Ponto (IX) apresentava um balanço ideológico da organização, afirmando apenas que os membros que não apresentavam coerência ideológica ou capacidade de ação foram retirados do Partido. O Ponto (X) continha uma breve explicação do Caso Canellas, que não será aqui analisado. O Ponto (XI) era apenas uma chamada

política, afirmando o potencial revolucionário frente às conquistas realizadas em apenas 18 meses de existência.

Assim, o documento apresenta um PCB que existia, na prática, apenas no movimento sindical. Não possuía organizações regionais. Ao passo que se configurava como uma federação de centros. Os trabalhos eram ainda incipientes.

O Relatório trimestral do P. C. Brasileiro de 6 de Janeiro de 1924¹⁵³ apresenta um novo balanço qualitativamente diferente do analisado acima. O relatório possuía seis pontos distintos, sendo eles: (1) São Paulo, Santos, Recife, Porto Alegre; (2) Rio de Janeiro; (3) CSCB; (4) Eleições; (5) Canellas; (6) Sessão ampliada do Comitê Central Executivo (CCE).

O ponto (1) trazia a análise das condições de São Paulo, Santos, Recife e Porto Alegre. Quanto a São Paulo, o quadro apresentado era o de luta interna e esfacelamento, que, segundo o relatório, possivelmente se resolveria com a intervenção enérgica da Comissão Central Executiva. O caso de Santos, também problemático, era de mais fácil solução. No caso de Porto Alegre faltavam militantes sindicais capazes. Pernambuco, embora fosse apontado com problema similar ao de Porto Alegre, havia constituído uma comissão sindical que funcionava regularmente e estava em contato com a CCE. Era apontado ainda que todas as regiões sentiam falta de delegados da CCE para o auxílio e repasses, mas faltavam meios para o transporte dos mesmos.

O ponto (2) afirmava que o Rio de Janeiro era o principal centro de trabalho do Partido, mesmo tendo passado por 18 meses de sítio. Ressaltava a importância do trabalho sindical, a exemplo do movimento dos padeiros que vinha ganhando força.

O ponto (3) é mais extenso e discutia quanto a CSCB (Confederação Sindicalista-Cooperativista Brasileira). Neste ponto, a Comissão Central Executiva apontava, através do relatório, que a Confederação era uma frente de atuação importante para o PCB. O Partido Comunista vinha, até aquele momento, atuando exclusivamente através de núcleos sindicais, e abria-se a possibilidade de atuar através de um instrumento de maior peso. Afirmava: “teremos que realizar a tarefa essencialmente

¹⁵³ Documento IC0143 do Arquivo Internacional Comunista do CEDEM, UNESP.

política de conquistar para o comunismo as massas agremiadas e que se vão agremiando na CSCB”. Ou ainda: “Essa tarefa paralela e simultânea deve sempre ter em vista a necessidade da unificação e concentração das forças operárias do Brasil sob a direção do P.C”. Os comunistas vinham participando da construção da CSCB, através da atuação em seus sindicatos e através de apoio direto.

O Ponto (4) era um apontamento para as eleições de 1925. Diante do balanço da pequena quantidade de militantes nas diversas províncias (Estados), foi entendido que seria negativa a intervenção do PCB nas eleições, com exceção do Rio de Janeiro. Na Capital, havia militantes em número suficiente, segundo o relatório, para uma intervenção positiva. A atuação seria através de um Bloco Operário, apresentando um candidato operário. Embora o candidato fosse do PCB, não seria apresentado como comunista.

O ponto (5) era sobre o caso Canellas, que não será aqui analisado. O ponto (6) era o relatório da sessão ampliada do CCE e se desdobrava em diversos subpontos. Além do relatório do secretário geral, o documento da sessão trazia indicações para constituição do Socorro Operário, Socorro Vermelho e Juventudes Comunista, frentes essas que estavam em estado incipiente. Discutia ainda a situação da educação e cultura dentro do partido, mas delegava aos centros a função de organizar as atividades de formação, aplicando o programa produzido pela Comissão de Cultura e Educação da Comissão Central. Apresentava ainda o estado da imprensa do Partido. Apontava a ausência de um órgão central e a necessidade da constituição do mesmo. Delegava às províncias mais distantes a função de criar um órgão próprio. Confiava, ainda, na utilização da imprensa operária sindical dirigida por membros do PCB, como o “Voz Cosmopolita”, “O Gráfico”, “O Alfaiate” e “O Meio Operário”.

O relatório discutia ainda a necessidade dos Centros seguirem intimamente a comissão central e propunha um estatuto tipo para os mesmos. O documento portava ainda a chamada para o II Congresso do PCB.

Assim, o quadro geral apontava para uma mudança. A reestruturação havia começado mesmo antes do Congresso. A expectativa de maior inserção nas massas era apresentada através da CSCB, vista com bons olhos naquele momento.

No entanto, é de notar que entre o relatório para Internacional Comunista de 1923 e o Relatório Interno de 1924, a atuação política dos militantes do Partido em Pernambuco foi tratada de modo diferente. Em 1923 era descrita com animação, e com inserção crescente. Em 1924 foi tratada como incipiente e desorganizada. Tal diferença pode ser fruto de: (a) crítica à atuação sindical do PCB em Pernambuco; (b) uma relatoria enviesada por motivos políticos.

Para buscar entender o efeito imediato do Congresso do PCB, é necessário recorrer a mais um relatório do Partido para Internacional Comunista, dessa vez produzido em 1925. O documento original foi manuscrito em francês¹⁵⁴. Trata-se da resposta a um questionário produzido pela III Internacional, sendo dividido em treze respostas e seis textos. Os pontos eram: (I) organização da direção; (II) ilegalidade do partido; (III) balanço de membros; (IV) sessões locais; (V) composição social; (VI) imprensa; (VII) campanha eleitoral; (VIII) divisão interna; (IX) inserção social; (X) movimento de mulheres; (XI) partidos operários; (XII) movimento sindical; (XIII) campo.

O ponto (I) afirmava que o partido era composto por federações locais e uma Comissão Central Executiva, que articulava essas federações. Ainda, afirmava que, de acordo como o novo estatuto indicado pela Internacional, o PCB já estava trabalhando para ativar as células de fábrica, reorganizando as bases. O ponto (II) trazia a afirmação que o PCB estava na ilegalidade, tendo perdido arquivos e militantes que foram presos. O Ponto (III) era composto por um balanço estimado do número de membros, sendo estes 350. Ainda, era afirmado que boa parte destes estava inserida na direção de grandes sindicatos. O objetivo passaria a ser atingir os primeiros mil militantes.

O Ponto (IV) trazia a informação que inexistiam centros locais. Existiam apenas os núcleos de base, os Centros Regionais e o Comitê Central. O ponto (V) discorria sobre a composição social, afirmando que 95% dos membros do partido eram operários. O ponto (VI) tratava da imprensa. A imprensa era apontada como incipiente, tendo apenas uma revista central e alguns jornais sindicais que o PCB dominava. Ainda, afirmava que havia colunas operárias em jornais burgueses que por vezes serviam de espaço para o Partido Comunista.

¹⁵⁴ Documento IC0152 do Arquivo Internacional Comunista do CEDEM, UNESP.

O ponto (VII) trazia o balanço da campanha eleitoral, considerada como negativa para os comunistas. O ponto (VIII) tratava das tendências internas e divergências, e afirmava que não havia tendências e as pequenas divergências seriam resolvidas de forma disciplinar. O ponto (IX) argumentava que o PCB estava presente em todas as grandes movimentações nacionais do operariado, e que sempre tomava a iniciativa junto à classe. O Ponto (X) declarava a inexistência de movimento de mulheres feito pelo PCB. O ponto (XI) declarava a inexistência de outros partidos operários no Brasil.

O ponto (XII) tratava quanto ao movimento sindical, apresentando que a Comissão Central Executiva possuía um secretariado sindical geral que dirigia os órgãos das diferentes regiões. Um secretário sindical das regiões dirigia os núcleos sindicais possuídos pelo PCB. Afirmava-se que a influência possuída no Rio de Janeiro e em Pernambuco acentuava-se dia a dia. Nos demais locais, era ainda incipiente. O ponto (XIII) apresentava um balanço da importância do campo para a economia do Brasil, mas admitia a falta de trabalho político do Partido no campo.

O restante do documento é composto por seis textos, sendo eles: (a) balanço geral; (b) perspectiva; (c) atuação sindical e cooperativa; (d) campanha eleitoral; (e) cultura; (f) camponeses. Os textos apenas descreviam de forma mais detalhada os dados já levantados nos diferentes pontos do documento.

O que pode ser verificado do conteúdo de tais relatórios é a existência de um período inicial de organização do PCB, que foi efetuado de forma acidentada. A falta de experiência partidária, a ilegalidade e a pequena quantidade de membros são apontadas como motivos para as dificuldades encontradas no período. É possível, ainda, observar uma diferença entre o relatório interno e o feito para a Internacional Comunista. Ambos convergem para os limites organizativos e materiais do Partido.

No documento de 1925, é afirmado o início de uma nova etapa da organização do PCB. Essa nova etapa deveria ser (segundo o documento) marcada pela expansão do partido e pela busca de uma maior inserção social. É possível afirmar que a mudança da etapa política coincide com a mudança da estrutura organizativa e com a mudança na movimentação das correspondências internas.

Assim, tanto os dados quantitativos quanto a análise qualitativa apontam a existência de uma mudança ocorrida entre os anos de 1924 e 1925, significando uma alteração organizativa e de objetivo imediato. Ainda, verifica-se a busca inicial do PCB por uma atuação junto aos sindicatos. Havia uma atuação eleitoral incipiente que era voltada ainda para a propaganda do programa operário do Partido Comunista.

Duas políticas. O PCB de 1926 a 1929.

A análise quantitativa apontou para uma mudança no volume de correspondência sobre os diversos temas entre as datas de 1927 e 1928, criando um período que se estenderia de 1927 a 1929. O ano de 1927 significou para o PCB uma abertura política, isto é, um período que o Partido passou pela legalidade institucional. Nesse momento atuou abertamente através do BOC (Bloco Operário e Camponês) e através do jornal *A Nação*. Suas correspondências internas apontam para tal. A análise de três documentos, um 1927, outro de 1928 e um terceiro de 1930 auxiliam a compreensão do significado desse período para a organização do PCB.

O documento de 1927 é um relatório quanto a eleição de 24 de fevereiro daquele ano¹⁵⁵. O material apresentava que, por falta de tempo, a prestação de contas das atividades do período eleitoral seriam substituídas por um exemplar do *A Nação*, que trazia o balanço da campanha eleitoral do BOC. O documento trazia ainda a afirmação de que aquela foi a primeira campanha de envergadura do PCB, e que havia dado bons resultados.

A inexistência de um relatório mais elaborado expressa a euforia política que significou para o PCB o período de legalidade. Simbolizava, aparentemente, uma guinada na atuação do Partido Comunista Brasileiro. A possibilidade de atuar através de uma frente eleitoral fez diminuir o peso das demais áreas de atuação. No entanto, não é verdade que o Partido tenha passado a trabalhar apenas eleitoralmente. A correspondência interna demonstra que a atuação sindical não

¹⁵⁵ Documento IC0175 do arquivo Internacional Comunista do CEDEM-UNESP.

diminuiu em 1927. Pelo contrário, a importância dos sindicatos aumentou em termos de volume de cartas.

O relatório do PCB que expressa o significado do período de 1927 e 1928 é o documento intitulado “A Vida do Bloco Operário e Camponês” de 1928¹⁵⁶. Trata-se de um relatório onde se realizava uma breve análise da atuação do Bloco Operário e Camponês.

A primeira parte apresentava o processo anterior à fundação do BOC. Os antecedentes eram apontados já em 1925, através da fundação do jornal “A Classe Operária”. Tal jornal, em 1925, defendeu a candidatura do Bloco Operário, consigna pela qual o PCB apresentou seu candidato. Mas em 1926 o jornal foi fechado, segundo o relato no documento, o que dificultou a atuação eleitoral.

Entre 1925 e 1926, o Partido continuou atuando através do Bloco Operário, inclusive em eleições sindicais. O Bloco, no entanto sofreu diversas perdas nas eleições sindicais por conta da atuação policial que perseguia seus militantes. Mesmo assim, o relatório compreendia que foi a atuação do Bloco Operário que impediu o avanço dos chamados ‘amarelos’ (movimento sindical ligado ao governo ou à classe patronal).

A segunda parte do documento era a descrição da atuação do Bloco Operário e Camponês. Contava que em 1927 foi fundado o jornal “A Nação”, pelo qual o PCB pode atuar legalmente. Tal jornal apresentava a criação do BOC, que seria o espaço pelo qual o Partido atuaria nos processos eleitorais. Entre 1927 e 1928, os operários do BOC realizaram duzentos e trinta e dois discursos de operários, dos quais cem foram realizados por membros do Partido. Foram oito mil e seiscentas pessoas atingidas pelos comícios e palestras, segundo o relatório.

O documento revelava ainda que o PCB atuou entre 1927 e 1928, através dos jornais: “A Nação”, “A Classe Operária”, “Aranhol Capitalista”, “Voz Cosmopolita”, “O Marmorista”, “O Sapateiro”, “A Abelha”, “O Polygráfico” e “O Mobiliário”. Destes, os cinco últimos eram jornais sindicais.

¹⁵⁶ Documento IC0387 do arquivo Internacional Comunista do CEDEM-UNESP.

Quanto ao Bloco Operário e Camponês, o documento não trazia nenhuma informação da atuação sindical do mesmo. Entretanto, relatava uma vitória do BOC nas eleições para vereador no Distrito Federal, significando um vereador eleito. Trazia ainda uma análise positiva dos resultados eleitorais no Estado de São Paulo, em especial em Santos e Sertãozinho. Apontava que o resultado na Cidade de São Paulo havia sido aquém do esperado.

Segundo o documento, a atuação eleitoral significou a possibilidade de agitação do Partido no país inteiro. As células e núcleos, inclusive sindicais, puderam se colocar em movimento. Tais resultados deveriam ser levados em conta na elaboração das ações futuras do Partido Comunista.

O que o documento aponta, portanto, é que o Bloco Operário e Camponês de 1927 significou um avanço organizativo em relação ao Bloco Operário de 1926. Levou o PCB para o contato com a massa, sem deixar de atuar através de suas ferramentas sindicais. Embora não seja apontada atuação nas eleições para as diretorias nos sindicatos, como o foi no caso do antigo Bloco Operário, a utilização dos jornais sindicais como ferramenta de propaganda do BOC é um dado que o Partido Comunista não abandonou os sindicatos para atuar nas eleições.

Em 1929, o PCB realizou seu III Congresso, onde avaliou a necessidade de continuar a utilizar o BOC como instrumento legal, mas sem deixar que este se tornasse um Partido fora do Partido, conforme visto no primeiro Capítulo dessa dissertação. O III Congresso significou uma mudança de linha política. Em termos organizativos, no entanto, é o relatório ao Secretariado Latino-Americano da Internacional Comunista que melhor demonstra as mudanças ocorridas de 1929 a 1930. O relatório foi intitulado “Notas sobre a situação atual do Partido Comunista do Brasil”¹⁵⁷.

As notas sobre a situação do PCB eram cinco, sendo divididas em: (I) conjuntura; (II) processo eleitoral; (III) condição organizativa; (IV) problemas do partido; (V) medidas a serem tomadas. As notas afirmavam:

¹⁵⁷ Documento IC0253 do arquivo Internacional Comunista do CEDEM-UNESP.

(I) Conjuntura. Esse ponto realizava um balanço do final de 1929 e início de 1930. Apontava-se a existência de uma crise eleitoral, mas acreditava-se que essa crise seria resolvida legalmente. Era reconhecida a possibilidade dos tenentistas se levantarem contra o jogo eleitoral. Eram, no entanto, entendidos como fascistas;

(II) Processo Eleitoral. O pleito ocorrido no período precedente ao relato foi caracterizado pela derrota eleitoral que o PCB sofreu. O BOC recebeu uma votação ínfima. Os motivos para tal resultado eram apontados como o despreparo organizativo do Partido e pela dura repressão ao PCB. O relatório apresentava que materiais de campanha foram apreendidos, jornais foram confiscados e candidatos chegaram a ser presos. Os sindicatos de maior influência do PCB foram fechados e abertos posteriormente apenas para serem entregues para uma direção 'pelega'. O Partido Comunista foi, segundo admitido no relatório, incapaz de enfrentar a repressão policial. Agitou verbalmente as massas, mas não as organizou para ir à luta.

(III) Condições Organizativas. O Partido era qualificado pelo relatório do Comitê Central como desorganizado. A atuação partidária havia sido passiva, sem iniciativa e frouxa. Segundo o analisado, em nenhum momento o PCB havia se apresentado de forma tão passiva;

(IV) Problemas do Partido. Os problemas identificados no Partido Comunista do Brasil eram: (a) incompreensão da natureza da revolução democrático-burguesa, visto que se acreditava que o proletariado poderia seguir a burguesia na etapa democrática da revolução; (b) Pobreza ideológica, caracterizada pela falta de leitura e compreensão do marxismo; (c) limitada penetração nas camadas secundárias da classe operária, visto que nos últimos tempos o PCB havia crescido mais entre a pequeno-burguesia do que entre os operários.

(V) Medidas a serem tomadas. O Comitê Central apontava no relatório como medidas a serem tomadas a confecção de uma carta interna realizando a auto-crítica da organização. Além disso, apresentava a necessidade de seguir as orientações da Internacional Comunista, na busca da solução dos problemas descritos na nota (IV).

O que o documento apontava, portanto, é a fragilidade do PCB diante de uma virada conjuntural. O processo iniciado entre final de 1929 e início de 1930 significou a prisão de membros do Partido, confisco de material e fechamento de sindicatos. A influência que o PCB adquiriu eleitoralmente não foi revertida em uma estrutura organizativa de maior capacidade de atuação. Independentemente das razões por trás dessa fragilidade, o documento apontava para uma mudança que pode ser confirmada estatisticamente no volume de correspondências.

A conjuntura favorável de 1927 levou o PCB a um crescimento ligado à política institucional, levando-o a criar instrumentos de disputa dentro da mesma. A atuação eleitoral trouxe de imediato, segundo os documentos, um aumento da influência política do Partido entre as massas. O Partido pôde experimentar um momento de efervescência, relatado nas correspondências e verificado no aumento no volume de cartas trocadas entre 1927 e 1928. No entanto, entre 1929 e 1930 iniciou-se uma nova conjuntura. A mudança sofrida no número de correspondência do PCB sobre as diferentes frentes confirma a existência de uma mudança. Em termos de volume total de correspondência, iniciou-se um período de estagnação.

A crise e o Partido Comunista. O PCB de 1930 a 1935.

De 1930 a 1935, pode-se observar uma flutuação para baixo no volume de correspondências, em especial nas frentes de massa do PCB. No que toca ao trabalho interno, houve uma flutuação para cima. Tal fenômeno é claro no período de 1931 a 1934, havendo um crescimento inesperado em 1935. Essa oscilação para baixo nas frentes de massa e oscilação para cima na correspondência interna pode ser entendida como fruto de um processo de introspecção, ou ainda, de um processo de luta interna.

A Conferência de 1934 apresentava a necessidade de mudança de linha diante da mudança de conjuntura. Apontou, ainda, para a existência de degeneração interna, resultante de políticas equivocadas por parte de diversos membros e de direções anteriores. Se tomarmos os argumentos da 1ª Conferência Nacional do PCB como

verdadeiras, as oscilações no volume de correspondência podem ser explicados por duas forças: (a) mudança de conjuntura; e (b) degeneração interna. O crescimento da correspondência de 1935 poderia ser explicado pela mudança da linha política, como resultado da Conferência de 1935.

Para compreender mais profundamente o significado do processo que caracteriza o período de 1930 a 1935, é possível utilizar três documentos, sendo eles uma carta pessoal de Heitor Ferreira Lima de 1931, o relatório de Miranda de 1934 e um relatório do Comitê Regional de Pernambuco de 1935.

A carta de Heitor Ferreira Lima era um relatório político enviado a Humert-Drez¹⁵⁸. O relatório iniciava com um breve relato de como Heitor assumiu a direção do PCB, após a prisão de antigos membros do Comitê Central. Ele não se considerava o melhor nome para dirigir o Partido, mas o fazia, pois muitos membros haviam sido presos ou enviados para auxiliar na direção dos Comitês Regionais. Assim, por conta das péssimas condições do PCB, recaía sobre ele a responsabilidade da direção.

Contava Heitor que, quando chegou ao Rio, havia apenas os cinco membros do Comitê Político e um Comitê Regional que tinha alguma ligação com outros membros do PCB. Os núcleos e as células não cotizavam. Não havia estrutura em geral. O trabalho só foi retomado a partir de janeiro de 1931, após a reunião do pleno do Comitê Central que reuniu 30 membros. Em abril a situação já começava a se reverter. Ferreira Lima apresentava no relatório que, depois da conferência regional, foi possível colocar na ativa vinte células e selecionar quinze membros para auxiliar as demais regiões.

O relatório trazia ainda a informação que nos demais estados os órgãos partidários funcionavam bem em: São Paulo, Santos, Campos, e Pernambuco. Funcionavam mal em: Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Ceará. Tinham apenas pequeno trabalho em: Alagoas, Minas, Maranhão e Pará. Em todos a ligação entre os Comitês Regionais era em geral fraca. Revelava ainda que a conexão entre o Secretariado não era a das melhores.

¹⁵⁸ Documento IC0261 do arquivo Internacional Comunista do CEDEM, UNESP.

Quanto à estrutura material, o quadro apresentado era trágico, segundo o relatório. Faltava dinheiro e meios. O material do PCB era entregue de graça, e não vendido, a literatura tão pouco o era. A quotização era baixa e o dinheiro enviado pela Internacional não estava chegando. Não havia verbas para pagar os salários e nem para as viagens. Apontava ainda o problema da repressão: muitos militantes eram presos, e mesmo assassinados. A imprensa burguesa nada falava dos casos. A repressão era qualificada como a mais pesada de toda a história do PCB até então.

O que a carta nos revela, portanto, é que em 1931 o Partido Comunista do Brasil estava desorganizado. Material e organizativamente o PCB havia quase deixado de existir, passando por um período de reorganização e repressão muito forte. Haveria ainda problemas internos não resolvidos. A falta de disciplina, de formação política e a conjuntura desfavorável eram apontadas como a causa de tal desorganização.

Outro documento que revela a luta interna pela qual passou o PCB de 1930 a 1934 é o relatório de Miranda para o Bureau Sudamericano da Internacional Comunista, de 1934¹⁵⁹. Miranda era, naquele momento, secretário-geral do Partido. A carta é de 4 de Julho, sendo portanto anterior à Conferência Nacional do PCB.

A extensa carta de Miranda foi dividida em três pontos, embora o último ponto seja subdividido em diversos assuntos sem que haja nova divisão de pontos. Na primeira parte, Miranda avaliou a situação nacional. Apontou o processo de acirramento dos conflitos existentes no país. Tal acirramento era expresso pela cassação de direito de greve e mesmo a retirada de auxílios sociais. As massas passavam, segundo o ele, por um processo de radicalização, havendo greves por direitos e mesmo pela libertação de presos políticos do proletariado. A situação em São Paulo era simbólica: todos os membros da direção do Comitê Regional do PCB haviam sido presos.

O ponto dois tratava quanto a viagem de Emílio, que fora escolhido para retomar o contato do Partido com o Bureau Sudamericano da Internacional Comunista. No entanto, neste ponto Miranda discorreu mais sobre a luta interna do que sobre a viagem de Emílio. O autor revelou que o Partido Comunista Brasileiro passava naquele momento por uma luta interna devido a fracionistas que vinham atuando

¹⁵⁹ Documento IC0283 do arquivo Internacional Comunista do CEDEM, UNESP.

nele. A situação era tão desestruturada que a Direção Nacional estava composta por apenas 3 membros (Emílio. Miranda e André), reforçada por Simão.

A disputa chegava a todas as frentes de massa. Na Juventude Comunista (JC), se refletia na luta contra Antônio e Evaristo (membros da direção da mesma), que precisaram ser afastados para colocar a J.C. em boa marcha, segundo contava Miranda. O Socorro Vermelho (SV) passou pela luta contra o grupo de Couto, que também precisou ser afastado para colocar o S.V. em pleno funcionamento.

Miranda apontou que o papel da Agitação e Propaganda nesse período se converteu em um instrumento de luta interna e formação de quadros ao invés de servir à sua função original. A revista do órgão, de alta discussão ideológica, funcionava melhor do que o jornal de massas, que começava a funcionar também. Uma escola de quadros havia sido organizada e já começava a 'gerar quadros' para a direção do PCB. Com essa estrutura pretendia-se reconstituir e melhorar o quadro interno do Partido.

No terceiro ponto da carta, o autor discorreu sobre a situação das diferentes regiões. Descreveu de forma mais alongada as regiões de Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco. Quanto ao Rio de Janeiro afirmou que a região estava debilitada, em crise. Os melhores membros haviam sido retirados da direção da Regional, em favor da Direção Nacional. No entanto, havia um ativo numeroso, que poderia auxiliar na superação da crise interna. Funcionando bem havia dois comitês locais, o da Barra do Piraí e o de Niterói. Estavam sendo montados comitês locais em Friburgo, Cabo Frio e Petrópolis.

A região de São Paulo foi descrita por Miranda como uma região importante, mas de débil trabalho político. O Partido não atuava de forma precisa na luta contra a provocação política e infiltração, o que resultava na prisão de membros, inclusive da direção regional. O trabalho na capital de São Paulo era mais precário do que o do interior. Quanto a Pernambuco, o autor escreveu que o trabalho do Partido Comunista vinha melhorando dia a dia no Estado. Funcionava bem, com células de operários e inserção de fábrica. Havia problema com a direção que fora mandada para lá, mas esta já fazia autocrítica. Miranda apontou ainda que lá não havia uma escola de quadros organizada.

O autor afirmou na carta que as ligações com todas as regiões eram boas. Quanto às demais regiões, destacou Rio Grande do Sul, que embora estivesse débil, vinha trabalhando bem; Minas, que ‘continuava trabalhando’; e Campos, que era a única região que vinha decaindo. Quanto a todas as demais regiões (Pará, Maranhão, Ceará, Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Santa Catarina, Paraná), apenas foi dito por Miranda na carta que objetivos haviam sido traçados para o trabalho do Partido Comunista do Brasil.

Ainda no terceiro ponto, o autor tratou de forma mais detalhada sobre os diferentes trabalhos do PCB. Voltou a discorrer sobre a Juventude Comunista, sem acrescentar novas informações, mas voltando a afirmar que a mudança da direção permitiu a volta do avanço dos trabalhos. Discorreu também sobre o Socorro Vermelho, voltando a afirmar a mesma coisa. Acrescentou, no entanto, a discussão de duas outras frentes: o Trabalho Anti-Guerreiro e o Trabalho Sindical. Quanto ao Anti-Guerreiro, afirmou que havia um grande atraso decorrente da incompreensão da importância do mesmo. Pouco movimento e núcleos haviam sido montados até aquele momento. O sectarismo impedia o avanço esperado.

Quanto ao trabalho sindical, discorreu sobre o movimento na CGTB (Central Geral dos Trabalhadores do Brasil). Apontou que a direção fracionista que dirigia o trabalho do PCB nesta frente atrasou profundamente a atuação comunista na mesma. A luta foi tão pesada que foi necessária a criação de um Bureau de Controle do PCB para combater os fracionistas.

A frase que Miranda escreveu na sétima página da carta descreve a situação geral do PCB:

“A nossa pouca formação, pouca experiência da luta ideológica e falta de vigilância fizeram com que cometêssemos sérias debilidades nesta luta e levamos um mês para tirar o material para discussão na base do Partido, dando tempo a que Marcos, Júlio e Lísio estendessem o seu trabalho fracionista”.

A carta terminou anunciando que a 1ª Conferência Nacional do PCB já havia sido chamada e que a ordem do dia para tal conferência já tinha sido apresentada para as regionais. Os últimos trechos da carta ressaltavam a importância do PCB como vanguarda na luta do proletariado.

Assim, o relatório de Miranda descreveu um Partido em luta intestina, que comprometeu política externa, segundo a descrição feita. A diferença de projetos entre os membros colocados na direção de frentes importantes do PCB levou à luta que atrofiou o Partido. O relatório, no entanto, apontou que essa luta já estava encaminhada para solução: Miranda havia sido vitorioso. Os ‘fracionistas’ foram expulsos e uma Conferência Nacional estava sendo organizada.

O relatório formulado em Pernambuco e enviado para o Secretariado Nacional em 27 de maio de 1935¹⁶⁰ demonstra uma virada política e organizativa, indo de acordo com o esperado após a análise quantitativa do volume de correspondências.

A carta foi escrita utilizando determinados códigos simples. O nome da maioria dos envolvidos, em especial os do Partido, era identificado apenas pela primeira letra do nome. O próprio termo Partido foi substituído pela letra P. A carta possuía quatro pontos, sendo eles: (1) resumo geral; (2) Balanço; (3) Questão do Golpe; (4) Paraíba; (5) Juventude Comunista.

No ponto (1) foi apresentado como resumo geral que o Comitê Regional vinha entrando em contato com o movimento para discutir a possibilidade da realização do golpe, mas que devido a problemas na composição da direção do Comitê Regional essa discussão não vinha andando.

No ponto (2) um balanço mais detalhado foi apresentado. Os pontos do balanço eram: (a) uma brigada foi enviada para o interior para preparar terreno para o golpe, mas nada de concreto foi realizado. Três brigadas foram criadas na cidade, mas também nada realizaram. As principais células do PCB não funcionavam; (b) nenhuma comissão do Comitê Regional estava composta; (c) nenhuma fração sindical reunia; (d) o Partido não se apresentava como tal devido a prisão do aparelho; (e) estavam presos os encarregados da Comissão Executiva e do Socorro Internacional Vermelho; (f) as células existentes no interior não funcionavam como tal; e (g) o Comitê Regional trabalhava muito, mas sem resultado.

O relatório apresentava como medidas deliberadas para reverter a situação as seguintes: (1) realização de ativos com antigos e novos membros do Partido; (2)

¹⁶⁰ Documento IC0291 do arquivo Internacional Comunista do CEDEM, UNESP.

levantamento das células que estavam funcionando e criação de bureau de células operárias; (3) concentração do trabalho no Porto, na G.W.B.R, no campo e no anti-militar (movimento entre militares); (4) preparação de um Pleno camponês, que já havia dado fruto na reorganização de duas células no interior; (5) reorganização com urgência do trabalho sindical; (6) reorganização da comissão de agitação e propaganda; (7) criação da Brigada Popular (que já possuía dois grupos); (8) criação do setor anti-militar, que em poucos meses passou de zero membros para 3; (9) fortalecimento da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e realização da primeira assembleia pública da mesma; (10) (rasurado); (11) aparecimento do PCB em espaços públicos; (12) preparação de movimentos grevistas; e (13) levantar a atuação da Frente Única de Defesa Popular.

A terceira parte da carta tratava sobre o movimento golpista. O relatório apresentava que havia sido feito um convite ao Partido para participar de um movimento golpista que tinha fortes ligações com a pequena burguesia e com elementos prestistas. As conversas ainda eram incipientes, mas já haviam entrado em contato com um 'caudilho de massas'¹⁶¹. Através do intermédio do PCB, o caudilho concordou em participar do movimento.¹⁶²

A quarta parte tratava quanto ao Comitê Regional da Paraíba, apontando a situação precária de atuação da mesma. O trabalho estava em baixa, mas já começava a ser reconstituído o trabalho sindical. O quinto ponto era sobre a Juventude Comunista, que de concreto não existia em Pernambuco.

Assim, o relatório escrito em maio de 1935, revela que menos de um ano após a 1ª Conferência Nacional do PCB a organização já havia mudado de caráter. A carta carrega um tom conspirativo muito mais profundo. A questão da organização de militares apareceu pela primeira vez de forma evidente. A discussão da constituição de um golpe se fez presente. Ao passo que o trabalho em Pernambuco se reconstruía, o golpe já era discutido. Os trabalhos foram realizados em função dessa perspectiva.

¹⁶¹ Termo utilizado no documento. Era utilizado para designar pessoas com grande influência entre a população, mas que possuía origem pobre. Designava tanto líderes sindicais como líderes camponeses.

¹⁶² Observe-se que em maio de 1935 a direção do PCB cogitava participar de um golpe de setor da pequena burguesia, e não de um levante revolucionário de massas populares. A distância de novembro é de seis meses.

A Ação de Massas do PCB

O estudo de um partido político envolve a busca pela compreensão de dois aspectos: (I) a linha política oficial e a organização interna; (II) a propagação e aplicação da linha política. Como já explicado, a linha política e a organização do PCB, de 1922 a 1935, deve ser estudada para entender o sujeito político que ele foi. No entanto, o sujeito importa não por sua simples existência, mas pela sua atuação no mundo.

Em tese, é possível, por diversos motivos, que a linha política oficial e a organização interna não coincidam com a aplicação e propagação da linha do Partido. Uma linha oficial pode ser estabelecida para enganar a repressão (ou a partir da militância), enquanto a linha aplicada é outra. A organização interna pode ser, por motivos conjunturais, enorme e disciplinada, mas conseguir pouca inserção. Ou, ao contrário, pode ser pequena e indisciplinada, mas por motivos conjunturais significar enorme inserção social. Ao menos em teoria.

Portanto, para evitar equívocos de compreensão do que foi o PCB, é necessário estudar, além da linha política oficial e a organização interna, a forma pela qual o Partido aplicava a sua linha. Infelizmente, a militância cotidiana de um partido que passou por longos períodos de ilegalidade é difícil de ser analisada. Só é possível captar as mudanças mais drásticas e características gerais dessa atuação.

Mesmo assim, para captá-las é necessário primeiro se conhecer quais eram as principais ferramentas de atuação do Partido a ser analisado. No caso do PCB, os documentos oficiais apontavam para algumas dessas ferramentas: Tratavam-se das chamadas frentes de atuação (ou posteriormente frentes de massa) e o órgão de imprensa do Partido.

As correspondências do Partido para a Internacional Comunista tratavam sobre diversas dessas frentes de atuação criadas ao longo da história do P.C-Seção Brasileira da Internacional Comunista. Algumas correspondências revelavam ainda os jornais utilizados pelo Partido para defender e propagar sua visão política.

Astrojildo Pereira arquivou durante toda sua militância, e posteriormente a ela, os jornais operários de sua época. Entre eles constam os utilizados pelo PCB. Ao se pesquisar nos arquivos de Astrojildo Pereira e no arquivo de correspondência do Partido Comunista Brasileiro com a Internacional Comunista¹⁶³ torna-se possível captar os fluxos que revelam as mudanças de linha e da capacidade de atuação do Partido Comunista, através das suas principais ferramentas de ação.

As frentes de atuação que o Partido possuiu de 1922 a 1935 foram: (A) Juventude Comunista; (B) Comitê de Mulheres Trabalhadoras; (C) Socorro Vermelho; (D) Movimento Sindical; (E) Bloco Operário e Bloco Operário e Camponês; (F) ANL.

Os Jornais que o Partido utilizou para propagar sua linha foram diversos, mas principalmente foram: *Voz Cosmopolita*, *O Internacional*, *O Solidário*, *A Nação*, *A Classe Operária*. Os três primeiros eram jornais sindicais; o segundo um jornal coordenado pelo PCB, mas que oficialmente era apenas de um simpatizante do Partido. O terceiro era o órgão oficial da direção partidária.

Para fins de explicação, cada frente de atuação será aqui apresentada em isolado, enquanto os jornais serão apresentados em conjunto. Buscar-se-á com tal estrutura explicativa fornecer uma apresentação geral do que foi a atuação comunista, durante os anos 1922 e 1935, sem deixar de lado as mudanças históricas, que são o real objeto dessa pesquisa.

Juventude Comunista.

Uma das frentes de massa do PCB foi a Juventude Comunista (JC), que era composta por jovens menores de 18 anos e possuía um estatuto próprio, embora sua direção nacional tenha sido sempre subordinada ao Comitê Central do Partido. Entre os anos de 1925 e 1935, a juventude sofreu mudanças, ao passo em que se construía como organização. A construção desta começou teoricamente a partir do II Congresso do PCB, mas apenas a partir de 1928 o trabalho político do Partido entre os jovens começou a dar maiores frutos. As correspondências do PCB sobre a JC

¹⁶³ Ambos disponíveis no arquivo CEDEM, UNESP.

demonstraram a existência de uma oscilação no crescimento quantitativo, que expressam a própria oscilação na organização da mesma. Existiram basicamente cinco momentos de inflexão nas correspondências. Eram eles: (a) 1925; (b) 1928; (c) 1931; (d) 1933; e (e) 1935.

*gráfico de elaboração própria

Para verificar a que movimento organizativo e político os momentos em questão correspondem, é necessário consultar documentos que tratam sobre as mudanças de linhas e balanços da organização.

A organização inicial

O primeiro documento, de 1925, é uma carta do Comitê Central Executivo da Juventude Comunista para a Executiva da Internacional Comunista de Jovens¹⁶⁴. Tratava-se de uma carta comunicando que se tinha iniciado um trabalho de propaganda e organização entre os jovens operários. Já havia sido formado um Comitê Central Executivo provisório, contando com os aderentes à Juventude Comunista. A carta pedia ainda material político que a Internacional possuía, assim como materiais dos partidos espanhol e francês.

¹⁶⁴ Documento IC1006 do arquivo Internacional Comunista do CEDEM da UNESP.

Tal carta expressa o início da Juventude Comunista como uma organização ligada ao PCB e à Internacional Comunista de Jovens. Demonstra ainda que para aglutinar jovens fôra necessário a busca de novos aderentes, o que significa que o PCB não possuía em seu interior um número grande de pessoas para formar uma Juventude de uma só vez. O esforço inicial era o de recrutamento de uma primeira leva de militantes.

Em 1928, foi escrito um relatório do encarregado do trabalho na Juventude Comunista no Comitê Central Executivo do PCB¹⁶⁵. O documento apresentava uma situação precária, em que a Juventude Comunista existia apenas no Rio de Janeiro. Apontava, no entanto, que a prioridade da Juventude era formar os quadros existentes. O recrutamento de jovens precisava ser feito também pelo Partido Comunista, visto que a prioridade da JC naquele momento não era aglutinar as massas.

A Juventude Comunista como organização de massas.

A partir de 1930, o volume de correspondências sobre a Juventude Comunista aumentou, permanecendo estável até 1932. Uma carta escrita a mão pelo Comitê Central da JC aos membros que estavam na URSS em 1930 pode explicar o aumento de volume de correspondência¹⁶⁶. Na carta afirma-se que o número de militantes dela atingira a marca de 400 membros. Mas, foi um boletim interno de outubro daquele ano que apresentou um maior número de informações e balanços sobre a situação da organização.

O boletim interno de outubro de 1930¹⁶⁷ foi dividido em cinco partes, tendo como tema (embora não título): (I) conferência regional do Rio de Janeiro; (II) recado à todas as instâncias; (III) resoluções da Juventude Comunista sobre as tarefas do PCB; (IV) resoluções e tarefas; e (V) censura pública. O documento trazia em seu texto indícios que apontavam a existência de uma luta interna.

¹⁶⁵ Documento IC-1007 do arquivo Internacional Comunista do CEDEM da UNESP.

¹⁶⁶ Documento IC-1021 do arquivo Internacional Comunista do CEDEM da UNESP.

¹⁶⁷ Documento IC-1023 do arquivo Internacional Comunista do CEDEM da UNESP.

Em tais pontos o documento representava a mudança de uma fase para a outra em termos de organização. Essa mudança pode ser caracterizada por dois processos, sendo eles: (1) a Juventude Comunista passava de uma fase de recrutamento inicial e formação de quadros para uma fase de organização e inserção na juventude; e (2) houve uma mudança de linha política, colocando a Juventude Comunista não apenas como uma ferramenta de recrutamento e formação, mas como um instrumento de atuação junto a massas mais amplas, ainda que de recorte de classe mais restrito, inclusive com a substituição de direções consideradas pequeno-burguesas por direções consideradas proletárias.

A mudança da linha formal não significa, no entanto, que efetivamente a nova linha haja sido aplicada em longo prazo. A nova fase organizativa e política da Juventude Comunista eram, alias, resultado de uma disputa interna dentro do PCB que ainda não havia se resolvido. É o processo de luta interna que explica a queda no volume de correspondências da J.C. em 1933.

O relatório de 1933 e a disputa interna

O relatório de 1933 de Arnaldo, do Comitê Central da Juventude Comunista, à Internacional da Juventude Comunista¹⁶⁸, foi um dos relatórios mais detalhados da JC até aquele período. O relatório trazia uma longa análise de conjuntura e uma análise da organização, composição e linha política da organização. Durante todo o documento, o autor apresentava a existência de desvio e lutas internas.

O relatório foi composto por três blocos diferentes. O primeiro era o balanço do número de membros na Federação da Juventude Comunista (FJC), de 1931 a 1933. O segundo era a análise de conjuntura. O terceiro bloco tratava da Federação da Juventude Comunista em seus diversos aspectos, sendo subdividido em: (a) a situação atual da Federação J. C.; (b) atividade da FJC no movimento grevista e no terreno sindical; (c) a Federação frente a luta armada de São Paulo (junho a setembro) e à Constituinte; (d) a Federação J.C. na luta contra a Constituinte; (e) a Federação frente à guerra imperialista e seu trabalho anti-militarista; (f) a Federação

¹⁶⁸ Documento IC-1057 do arquivo Internacional Comunista do CEDEM da UNESP.

J.C. no terreno esportivo; (g) a Federação no movimento estudantil; (h) a FJC no terreno infantil; (i) a Federação frente às organizações juvenis adversárias; (j) que fatores impedem um trabalho de massa; (k) a imprensa juvenil comunista, editada pelo C.C; e (l) O pleno do CC realizado em 23, 24 de outubro de 1932

O balanço de militantes pode ser expresso através de dois gráficos que facilitam a análise:

Gráfico (A) Membros da Juventude Comunista 1930-1932

*gráfico de elaboração própria

Gráfico (B) Células da Juventude Comunista, 1930-1932

*gráfico de elaboração própria

Os gráficos acima representam respectivamente o número de membros da Juventude Comunista e o número de Células. No eixo x dos gráficos, está a data referente. No eixo Y, há o número referente de militantes para o gráfico A e o número referentes de células para o gráfico B. No gráfico A, em preto está a representação gráfica do número de aderentes da Juventude e em cinza o número de militantes ativos. No gráfico B em preto está o número de células de rua e em cinza o número de células de empresa.

Para quase todos os valores há um crescimento inicial de 1930 à 1931, seguido por um período de queda até dezembro de 1932. Para o número de células de rua, o valor oscilou pouco, mantendo seu valor entre 60 e 70 células. Tal fenômeno demonstra um processo de rápida expansão seguido por um momento de perda de membros e até mesmo de células de empresas.

O segundo bloco do relatório de Arnaldo é uma extensa análise de conjuntura de nove páginas. Para fins de compreensão da linha política, a análise de conjuntura será apenas esboçada nesse ponto, visto que não é objetivo da presente pesquisa analisar os acertos ou erros na compreensão da conjuntura por parte do PCB e suas frentes de massa.

Na análise de conjuntura do relatório era afirmado que o país passava por uma crise econômica, que causava aumento do desemprego, das horas de trabalho e diminuição dos salários. Ainda, haveria uma divisão interna na burguesia e nos grupos feudais, e que era tal divisão que explicava o levante paulista de 1932. A guerra interna entre o São Paulo e as forças da União levava ao aprofundamento da crise, acirrando a ultra-exploração do povo. A contradição econômica teria conduzido ao aumento dos movimentos de massa, que eram derrotados pelo Governo e pelos patrões.

As derrotas eram fruto da desorganização e debilidade do movimento comunista. Eram traços da conjuntura, segundo o relatório, a crescente militarização da sociedade conjugada com a demagogia de 'esquerda'. Apesar de leis trabalhistas terem sido aprovadas, elas não eram efetivamente aplicadas. As condições de organização da classe trabalhadora também haviam piorado, segundo o relator.

Tanto o PCB quanto a Federação da Juventude Comunista foram colocados em profunda ilegalidade. Centenas de militantes foram presos e alguns dirigentes foram deportados. Os assassinatos de militantes revolucionários também ocorriam. Uma parcela da juventude, no entanto, foi conquistada para o lado da burguesia por organizações esportivas, culturais e religiosas.

O terceiro bloco, quanto a organização e atuação da Federação da Juventude Comunista, foi dividido em 11 itens, conforme já enumerado. Os itens podem ser resumidos da seguinte forma:

(a) a situação atual da Federação J.C. trata-se do primeiro tópico do terceiro trecho. Realizava um balanço sobre a situação organizativa da Juventude Comunista, utilizando os dados apresentados no primeiro bloco. O relator apresentou que as condições orgânicas da Juventude permaneciam estagnadas, enquanto o número de militantes havia diminuído, não obstante houvesse um aumento do número de protestos no país. A razão para tal situação seria, para o relator, a linha política sectária e métodos isolacionistas, adotados pela Juventude Comunista.

(b) A atividade da F.J.C. nos movimentos grevistas e no terreno sindical: neste tópico, o relatório revelava que a Juventude Comunista não atuou de forma organizada nas últimas greves do período, e não dirigiu nenhuma. Apontava que a pouca participação que tiveram em algumas greves foram realizadas de forma individual. As palavras de ordem apresentadas pela Juventude eram genéricas. O motivo para tal incapacidade de atuação organizada era apontado como sendo um desvio político dos militantes, que não compreendiam a importância do movimento de massa. Eles acreditavam que essa nada queria. A F.J.C. não possuía trabalho organizado nas fábricas que se destinasse a organização da atuação política na própria fábrica, segundo o relatório. A maioria dos aderentes das Juventudes Comunistas não estava filiada nos sindicatos.

(c) A Federação J.C. frente à luta armada de São Paulo (Julho e Setembro): segundo o relator, a atuação da J.C. frente à luta armada de São Paulo demonstrou falta de organização e preparo do trabalho de base e da direção. A Juventude foi infiltrada por agentes provocadores e cometeu sérios desvios no que tangia à segurança, chegando a organizar um picnic político de 40 pessoas com diversos

membros ativos da Juventude, o que resultou em diversas prisões. Apontava o relatório que a atuação política também foi marcada por desvios. A Juventude Comunista de São Paulo se resumiu a incentivar deserções individuais de alguns soldados e a enviar para o “front” de batalha panfletos políticos. O relatório apontava ainda que fora um erro não organizar greves e movimentações econômicas que buscassem melhorias concretas para os trabalhadores.

(d) A Federação da J.C. na luta contra a Constituinte: nesse tópico, foi apresentado brevemente a atuação da Juventude Comunista frente à Constituinte. Considerando a Constituinte reacionária, foram produzidos panfletos, manifestações e pinturas, denunciando a mesma. Mas, frente à convocação formal da Constituinte, a tática mudou. Passou-se parte de dezembro de 1932 a viabilizar a participação do Partido Comunista na eleição para a Constituinte.

(e) A Federação da J.C. frente à Guerra imperialista e o seu trabalho anti-militar: neste ponto, o relator defendia que tanto a Juventude Comunista quanto o Partido Comunista apenas realizavam discussões políticas contra a guerra, mas que não fizeram nada de concreto. Revelava que a atuação da Juventude foi dividida em dois momentos, sendo um primeiro a atuação anti-guerreira exclusivamente entre militares. Mas, como tal linha foi apontada como prestista e oportunista, a F.J.C. se afastou por completo do trabalho entre militares, que ficou nas mãos exclusivas do Partido Comunista. Revelava que nenhum trabalho de massa fôra realizado no sentido da luta contra a guerra, nem pela F.J.C. nem pelo PCB.

(f) A Federação J.C. no terreno esportivo: Este tópico apontava que a Juventude Comunista não possuía atuação esportiva organizada nacionalmente. Apenas a partir de 1929 começara a organizar regionalmente tal trabalho. Em 1933 a F.J.C. possuía apenas direção sobre alguns clubes esportivos pequenos, em regiões como Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco.

(g) A Federação no movimento estudantil: O relatório afirmava que, até 1931, a Juventude Comunista não possuía trabalho no movimento estudantil. Criou, naquele período, a Juventude Estudantil Vermelha, com adesão de cerca de 80 estudantes pobres. O trabalho inicial foi marcado pelo sectarismo, segundo o relator, mas que progressivamente foi se ajustando politicamente. A atuação chegou a incomodar a

repressão, que fechou a sede da Juventude Estudantil Vermelha. Mesmo na semilegalidade, conseguiram atingir a marca de 200 aderentes no ano de 1933, tendo como principal base o Colégio Pedro II. E lançaram um periódico chamado 'Luta Estudantil'.

(h) A Federação da J.C. no terreno infantil: a partir de junho de 1932, segundo Arnaldo, a F.J.C. começou a organizar crianças que trabalhavam em fábrica, chegando a montar dois grupos, que somavam quarenta membros.

(i) A Federação frente as organizações juvenis adversárias: O relator afirma que nada faziam frente as demais organizações juvenis, senão denunciá-las em panfletos e manifestos.

(j) Que fatores impedem um trabalho de massa: Nesse trecho, o relator apresentava como a razão pela falta de trabalho de massa o desvio político da linha justa. Acreditava o relator que a FJC não estava direcionada para a constituição de um movimento de massa, para a luta ideológica necessária. Apontava ainda que faltavam quadros capacitados, visto que a maior parte daqueles que estavam em função de direção haviam ingressado a menos de um ano na Juventude Comunista. Apontava ainda que as células de fábrica não atuavam organicamente. A falta de organização, compreensão política e disputa ideológica levou a Juventude a sofrer 'influências do inimigo', segundo o relator.

(k) A Imprensa juvenil comunista, editada pelo CC: Nesta parte do relatório é apresentado o balanço do periódico "O Jovem Proletário", que entre abril de 1932 e janeiro de 1933 teve 21 mil exemplares produzidos e 15 mil exemplares vendidos.

(l) O Pleno do C.C. realizado em 23, 24 de Outubro de 1932: Neste trecho o relator, membro do então Comitê Central, apresentou que antes do pleno de 23 de Outubro de 1932, o Comitê Central da Federação da Juventude Comunista havia perdido o contato com as direções regionais. Defendeu também que, desde o Pleno, a nova direção eleita estava atuando de forma mais enérgica na direção de uma Juventude Comunista de massas.

O que o relatório demonstra, portanto, é um período de oscilação: de 1930 a 1931, houve um grande crescimento da Juventude Comunista, mas que foi seguido por um

processo de diminuição e isolamento de 1932 a 1933. O relatório carrega ainda características de uma disputa interna: a substituição de antigos quadros por uma nova direção, que criticava a atuação em todas as frentes de trabalho. Ainda, apontava que todas as frentes de trabalho da Juventude eram novas, e eram realizadas por quadros despreparados. Havia constantes erros e disputa de linha, o que levou, segundo o relatório, a uma perda no efetivo de militantes. Houve ainda um processo de reorganização, instaurado a partir de 1933.

A virada de 1935

Para entender o resultado da atuação da nova direção que assumiu a partir do final de 1932, é necessária a análise do relatório de Marques ao congresso da Internacional da Juventude Comunista¹⁶⁹. O relatório de Marques trazia, sem divisões internas, uma análise de conjuntura, um balanço do trabalho anterior da Juventude e informe sobre o trabalho recente; e a perspectiva da F.J.C. O documento datilografado foi complementado por notas à mão, anexadas entre as páginas. Para fins de análise, o conteúdo do relatório será dividido nos tópicos correspondentes: (1) Conjuntura; (2) Balanço; (3) Trabalho recente e perspectiva.

- (1) Conjuntura: O relatório apontava um cenário potencialmente positivo para o movimento político. A situação econômica negativa era marcada pela precarização da condição de trabalho e recrutamento da juventude para substituir trabalhadores mais velhos por salários reduzidos. Servia como impulso para a revolta dos jovens. As más condições de estudo e cultura somavam-se a tal cenário. A população compreendia também a dominação imperialista sobre o Brasil e se revoltava contra tal condição. Ainda, a repressão havia se acirrado, perseguindo mais ferozmente os militantes.
- (2) Balanço: Marques apontou no relatório da Juventude Comunista que o trabalho anterior da Juventude foi marcado pelo sectarismo. Havia uma incompreensão tanto por parte da direção da FJC quanto do PCB do papel

¹⁶⁹ Documento IC-1005 do arquivo Internacional Comunista do CEDEM da UNESP.

da Juventude Comunista. Essa havia-se tornado um apêndice do Partido, não cumprindo seu papel de organização de massa.

- (3) Com o surgimento da ANL, o quadro começava a mudar de figura, segundo Marques. Os jovens começavam a se afastar do integralismo e buscar a Aliança Nacional Libertadora. Os discursos de Prestes, chamando a juventude a assumir seu papel na luta pela libertação, teve o efeito de aumentar a base social da Juventude Comunista, que atuava na ANL. Diante desse novo quadro, a F.J.C. começou um novo processo organizativo, chamando a um Congresso Nacional. A Juventude Comunista começava a se organizar como um movimento de massas.

O que o relatório de Marques revela, portanto, é uma mudança tanto na linha política como organizativa da Federação da Juventude Comunista. A Juventude efetivamente se tornou em uma ferramenta de agitação e organização de massa. Mas o fez colado na força da ANL. Deixou de ser um apêndice do Partido Comunista, para se tornar uma ferramenta auxiliar na atuação e direção da Aliança Nacional Libertadora.

Comitê de Mulheres Trabalhadoras.

O trabalho político do PCB entre as mulheres ganhou, de 1929 a 1930, um comitê próprio. O Comitê de Mulheres Trabalhadoras foi uma frente de massas que passou a ser organizada a partir de 1929, com a função inicial de preparar as atividades de 1º de agosto daquele ano. Logo o Comitê ganhou um sentido mais amplo, seguindo as diretrizes da Internacional Comunista. As correspondências internas sobre o movimento feminino somem a partir de 1930, para voltar através de comitês ligados à ANL, em 1935. O Comitê de Mulheres, portanto, foi uma frente que operou apenas entre 1929 e 1930.

As duas cartas que descrevem a trajetória do Comitê de Mulheres Trabalhadoras são os relatórios à Seção Feminina da Internacional Comunista, de 1929 e de 1930.

A Carta de 1929¹⁷⁰ trazia uma breve análise de conjuntura, um relatório da manifestação de 1 de agosto e uma descrição do estado organizativo. A análise de conjuntura resumia-se ao entendimento de que o quadro de miséria do país e o número de mulheres desempregadas tornava favorável o trabalho político. Entendia-se ainda que o trabalho do Comitê deveria ser o de esclarecer como o imperialismo subjugava as mulheres. No entanto, a repressão era ferrenha e impedia um trabalho mais volumoso por parte do Comitê.

Além dessas duas cartas, nenhum outro documento específico sobre o Comitê de Mulheres pôde ser encontrado. Ainda, sabe-se que a luta interna do PCB acirrou-se a partir do final de 1930. É possível concluir que o trabalho do Comitê de Mulheres não foi ampliado nos anos que se seguiram, e não veio a se tornar uma frente de massas importante para o Partido Comunista.

O Socorro Vermelho.

O movimento comunista possuía internacionalmente uma frente de massas chamada Socorro Vermelho Internacional. O Socorro Vermelho (S.V.) era uma organização que lutava contra a perseguição política de militantes do proletariado, fossem eles do movimento sindical ou de movimentos políticos. Ainda, tinha como objetivo defender àqueles que fossem vítimas da repressão em seu país, por participar em protestos ou movimentação de contestação, auxiliando inclusive financeiramente presos políticos e famílias de vítimas da repressão.

No Brasil, a preocupação do Partido Comunista em organizar o Socorro Vermelho teve início a partir de 1924. Ganhou volume a partir da década de 30, tendo uma organização débil até então. O volume de correspondência interna do PCB sobre o S.V revela a oscilação na construção desta frente de massas. No entanto, a leitura de alguns documentos pode revelar de forma mais apurada o estado organizativo do Socorro Vermelho nos diferentes momentos históricos de 1924 a 1935.

¹⁷⁰ Documento IC-1414 do arquivo Internacional Comunista do CEDEM da UNESP.

*Gráfico de elaboração própria

O gráfico acima traz, no eixo X, a data referente. No eixo Y, está a quantidade de cartas. Em preto há a representação gráfica das correspondências do PCB sobre o Socorro Vermelho. O que se observa é um baixo volume de correspondência, com oscilações suaves, de 1924 até 1930. Em 1931 houve uma força que lançou a correspondência para um pico, com rápida descendência de 1932 até 1933. Em 1934 atuou uma força que gerou um deslanche na correspondência sobre Socorro Vermelho, seguida de um pequeno aumento em 1935. Tal fenômeno demonstra maior volume de informações sendo trocadas a partir de 1934 e em 1935. O fato de não haver uma queda em 1935, talvez demonstre que a frente Socorro Vermelho não foi abandonada pelo Partido, ao contrário do que sugere a linha defendida no documento da Conferência Nacional do PCB.

O Comitê Executivo do Socorro Vermelho Internacional enviou, em 1931, uma carta para o Comitê Nacional do Socorro Vermelho do Brasil¹⁷¹. Era dividida em três partes, uma primeira apresentava a condição precária do Socorro Vermelho do Brasil. Uma segunda parte carregava uma crítica ao trabalho realizado pelo Socorro Vermelho Brasileiro até a época. A terceira apontava as tarefas a serem realizadas. A carta apontava os seguintes erros, quanto ao trabalho do Socorro Vermelho: (i) sectarismo, caracterizado pelos membros da organização não entenderem que o

¹⁷¹ Documento IC-1250 do arquivo Internacional Comunista do CEDEM da UNESP.

Socorro Vermelho não era uma propriedade do Partido Comunista, e sim uma organização sem partido na qual o PCB atuava. Tal erro explicava porquê a organização nunca passou de 500 membros, sendo 300 só no Rio de Janeiro; (ii) falta de independência do Socorro Vermelho em relação às demais organizações revolucionárias (PCB); (iii) não soube atrair os trabalhadores negros e índios do país, estando longe das massas trabalhadoras. Em 1934, um novo relatório foi enviado ao Comitê Executivo do Socorro Vermelho Internacional¹⁷². O que se observa por tal relatório é a confirmação das críticas apontadas pelo Socorro Vermelho Internacional em 1931. Em 1934, o esforço ainda era pela superação dos problemas existentes, mas os frutos já se demonstravam. A organização começava a ganhar caráter nacional. A importância do Socorro Vermelho também cresceu, como resultado da repressão política em maior escala. Em 1935, não houve grandes balanços sobre o trabalho do Socorro Vermelho brasileiro, mas houve um grande número de cartas sobre o trabalho local e a atuação do S.V na defesa dos presos políticos da ANL, após o fechamento da mesma.

O Movimento Sindical.

O PCB atuou no movimento sindical durante todo o momento histórico aqui analisado. Durante grande parte do período, os sindicatos foram a principal área de atuação do Partido Comunista do Brasil. De 1922 a 1935, a política sindical do PC brasileiro passou por mudanças, tanto em sua estrutura organizativa como em sua capacidade de inserção. Alguns documentos da correspondência interna do Partido podem ajudar a entender o processo histórico, por parte dessa frente de massas.

¹⁷² Documento IC-1271 do arquivo Internacional Comunista do CEDEM da UNESP.

*Gráfico de elaboração própria

O gráfico acima traz a expressão gráfica do volume de correspondências do PCB sobre sindicatos. No eixo X está a data referente. No eixo Y está o número de cartas referentes. Em preto está a representação gráfica das correspondências sobre Movimento Sindical. Em cinza, está uma linha de tendência adquirida através do método dos mínimos quadrados. O que o gráfico expressa é a existência de ao menos três períodos no que tange a correspondência sobre sindicatos. O primeiro, de 1922 a 1925, pode ser descrito como um primeiro pico de correspondência, seguido por uma brusca queda. O segundo, de 1926 a 1931, é descrito como um movimento ascendente, com uma baixa relevante em 1929. O terceiro, de 1932 a 1935, significou uma brusca queda em 1932 e um baixo volume de correspondência até 1934, seguido por um aumento da correspondência em 1935. Além disso, há uma tendência negativa para as correspondências sobre o movimento sindical. Isso indica que tal setor tendeu a perder importância em valor bruto nas correspondências internas do Partido.

Em 1923, o trabalho sindical do PCB ainda estava sendo organizado em uma linha unificada. A principal preocupação daquele ano foi entender a conjuntura econômica e sindical existente. Boa parte das cartas internas que tratavam sobre o Movimento Sindical discutia a postura de sindicatos rivais ou a política que deveria ser tomada na conjuntura. É o caso da carta do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro

ao Comitê Executivo da Internacional Sindical Vermelha¹⁷³ (ISV). A carta datilografada em francês trazia uma análise de conjuntura, apresentando as divisões internas nos sindicatos, a apontar especialmente a existência de anarquistas, reformistas, corporativistas e reformistas governistas. Nada foi discutido sobre a organização e situação real do Partido nesse ponto.

Foi apenas em 1924 que as correspondências começaram a apontar uma discussão mais detalhada da inserção do Partido Comunista nos sindicatos brasileiros. O relatório do Comitê Central Sindical do PCB ao Comitê Executivo da ISV¹⁷⁴ de março de 1924 traz alguns detalhes da situação da atuação sindical do PC do Brasil. O relatório era uma transcrição do trecho sobre os sindicatos no relatório feito à Internacional Comunista no mesmo período. O trecho pode ser dividido em três partes: (i) o Estado Atual da Organização Sindical Revolucionária; (ii) Confederação Sindical Corporativista Brasileira (CSCB); e (iii) os Estados.

O relatório de 1924 apontava o esforço inicial de coordenar o trabalho sindical já existente e criar influência em movimentos sindicais de cidades-chave, onde os comunistas ainda não atuavam. Na prática, eram poucos sindicatos coordenados por membros do PCB, mas a influência política apresentada no relatório era relevante para o número de membros. O Partido Comunista controlava a direção em nove sindicatos e influenciava ao menos mais 11 organizações sindicais ou corporativas. Enquanto isso, a Confederação Sindical Corporativista Brasileira (CSCB), contava com 122 organizações, e buscava, segundo o relatório, apoio entre os comunistas.

As Federações regionais e o esforço por uma Central Geral

Heitor Ferreira Lima enviou em 1927 um relatório manuscrito para a Internacional Sindical Vermelha¹⁷⁵. O relatório contava a história da atuação sindical do Partido Comunista do Brasil de 1922 a 1927, resumindo e justificando os fenômenos descritos.

¹⁷³ Documento IC-1122 do arquivo Internacional Comunista do CEDEM da UNESP.

¹⁷⁴ Documento IC-0144 do arquivo Internacional Comunista do CEDEM da UNESP.

¹⁷⁵ Documento IC-1145 do arquivo Internacional Comunista do CEDEM da UNESP.

Heitor apresentou no relatório para ISV que até 1920 havia apenas o anarco-sindicalismo no Brasil. Mas, a partir de 1921 os comunistas começaram a se organizar. A atuação dos comunistas permitiu que esses se tornassem maioria na Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro. Como consequência, os anarquistas romperam com a mesma e fundaram a Federação dos Operários do Rio de Janeiro. A divisão entre as duas federações do Rio de Janeiro levou a uma disputa fratricida em quase todos os sindicatos, o que impediu um trabalho político de maior volume, segundo o relator.

Em 1924, no entanto, com o levante militar (tenentista) em São Paulo, o governo decidiu preventivamente fechar todos os sindicatos de São Paulo e Rio de Janeiro. Embora os sindicatos tenham continuado a existir na prática, nenhuma assembleia pode ser organizada no período. Em 1925, começou o esforço pela reorganização sindical no Rio de Janeiro. Os anarquistas em sua maioria ou se afastaram da política sindical ou se aproximaram do PCB nesse período, permitindo um crescimento numérico e político do Partido, segundo Heitor Ferreira Lima. A reorganização começou já com apelo regional e nacional. Organizações nacionais foram montadas, como a União dos Alfaiates e a União Nacional da Indústria Hoteleira.

Durante todo ano de 1926, o esforço foi reorganizar os sindicatos. Em 1927, o Partido Comunista Brasileiro conquistou a legalidade formal por um curto período. Essa legalidade permitiu o fortalecimento do trabalho político e sindical. Foi possível fundar a Federação Sindical Regional do Rio (FSRR). Ela contava até o final de 1927 com 36 sindicatos, 23 comitês de fábrica e 3 minorias sindicais e sua direção tinha influência comunista. Tal Federação significou uma capacidade de atuação junto a 80.000 trabalhadores, segundo Heitor. Esse era o primeiro passo para discussão e organização da Central Geral dos Trabalhadores, que ainda estava em discussão entre os comunistas.

A linha da atuação através das Federações Sindicais Regionais para constituir uma Central Geral dos Trabalhadores seguiu até o III Congresso do PCB, quando foram aprovadas resoluções que possuíam um item sobre movimento sindical. O item era dividido nos seguintes subitens: (I) Reação Nacional e Internacional; (II) a Situação

Sindical no Brasil; (III) a FSRR e a CGT; (IV) o espírito das massas e o meio de conquistá-lo; (V) a Ideologia e a Educação das Massas; e (VII)¹⁷⁶o Aparelho Sindical do Partido e as ações de seus membros. Para fins de análise, serão tratados aqui apenas os subitens II, III e VII.

Os subitens apresentavam:

(II) A Situação Sindical no Brasil: Tal subitem foi dividido em duas partes, sendo a primeira dedicada aos problemas existentes no sindicalismo brasileiro da época e o segundo ponto dedicado às tarefas imediatas do PCB no meio Sindical. Os problemas apontados foram (a) greves impensadas; (b) corporativismo, tradição anarquista e descentralização; (c) estreiteza administrativa e burocrática; (d) ausência de organismos de base nas fábricas; (e) não inclusão de programas na maioria dos sindicatos; e (f) falta de militantes remunerados nos sindicatos. As tarefas imediatas incluíam a criação de comitês de base, de comitês pró União Geral dos Trabalhadores (UGT), do fortalecimento e criação de Federações Regionais (em especial a FSRR) e constituir jornais de corporação.

(III) A FSRR e a CGT: as resoluções quanto a este subponto apontavam dificuldades da FSRR para ganhar inserção na massa. As razões para tal não foram especificadas, mas apontava-se que havia uma falha na estrutura da direção da mesma. A centralização da Federação Sindical Regional do Rio de Janeiro não tinha um respaldo e compreensão da base. A FSRR ainda era vista como a chave para a criação da Central Geral dos Trabalhadores, que surgiria dessa e de outras Federações Regionais e dos comitês pró-CGT, segundo a linha defendida pelo Partido Comunista em suas resoluções.

(VII) O Aparelho Sindical do Partido e a ação de seus membros: neste trecho ressaltavam-se diversos defeitos do Aparelho Sindical do PCB. Os defeitos descritos eram (i) não adiantava ter apenas um responsável sindical em cada instância, era necessária a criação de seções sindicais; (ii) os núcleos sindicais funcionavam irregularmente e quando funcionavam atuavam mais como núcleos sindicais dentro do PCB do que como núcleos do PCB dentro dos sindicatos; e (iii) os militantes do

¹⁷⁶ No documento a enumeração pula do V para o VII, não havendo item VI.

partido atuavam de forma corporativista, sem se demonstrar verdadeiros exemplos políticos para os seus colegas de fábrica ou sindicato.

Embora as resoluções tivessem caráter político e apresentassem apenas indicações organizativas, sem realizar um verdadeiro relatório de estrutura, é possível extrair algumas avaliações por parte do Partido Comunista do Brasil sobre o trabalho sindical realizado até então: (1) a Federação Sindical Regional do Rio de Janeiro não havia adquirido a inserção desejada, mas ainda era a principal ferramenta sindical do PCB; (2) a CGT ainda existia apenas como objetivo político. Os núcleos pró-CGT não haviam se desenvolvido até então; (3) o trabalho sindical não estava plenamente organizado pelo PCB, havendo conflito entre os interesses corporativos dos militantes e os objetivos políticos da organização; e (4) o Partido apontava o erro na conduta dos militantes e na estrutura da organização, e não nos objetivos traçados.

Os anos 1930

No dia 18 de maio de 1930 ocorreu o Pleno Sindical do PCB. A ata de tal pleno¹⁷⁷ foi escrita de forma corrente, não tendo subdivisões internas. Há neste documento uma clara mudança de postura política e o apontamento de uma disputa interna. O relator descreveu um partido cuja base estava despreparada e a direção era idealista. Esboçava ainda a existência de um conflito entre duas linhas: (1) uma que compreendia ser a prioridade a constituição de comitês e mecanismos de força física aliada a uma agitação incitativa nas massas; e (2) outra que apostava na atuação simbólica junto a uma agitação, que partiria dos interesses já existentes das massas. Assim, a divisão interna no Partido Comunista, que se evidencia a partir de 1930, pode ser encontrada também no movimento sindical.

O relatório sindical do Partido Comunista de 1933¹⁷⁸ apresentava o balanço do movimento sindical do PCB nos anos recentes. O documento era dividido em tópicos, sendo eles: (1) o que temos e como trabalham; (2) Federações Sindicais

¹⁷⁷ Documento IC-1154 do arquivo Internacional Comunista do CEDEM da UNESP.

¹⁷⁸ Documento IC-1178 do arquivo Internacional Comunista do CEDEM da UNESP.

Regionais; (3) frações comunistas nos sindicatos; (4) Nosso trabalho nos sindicatos adversários; (5) desvios e erros; e (6) trabalhador do Rio.

O que tal documento traz de mais significativo é a queda da influência do PCB entre sindicatos, onde não havia frações comunistas. Ao passo que houve crescimento, em relação a 1927, do número de frações. De trinta e seis sindicatos, sob influência da Federação Sindical Regional do Rio de Janeiro em 1927, esse número caiu para algo em torno de vinte sindicatos no Brasil inteiro, em 1933. No entanto, em 1927, a direção comunista se realizava a partir da FSRR, e não através da direção direta ou influência na base dos sindicatos. Enquanto em 1933, dos vinte sindicatos enumerados, todos possuíam fração comunista. Aparentemente, no que toca ao trabalho sindical, houve um crescimento da força direta do Partido Comunista, mas a custo da perda de influência do PCB em outros setores.

O Relatório de 1935

Em 1935 o PCB enviou um relatório de dez páginas datilografadas para a Confederação Sindical Latino Americana¹⁷⁹. O relatório trazia uma avaliação de todo o trabalho sindical realizado pelo PCB entre fevereiro e agosto daquele ano. O relatório é dividido por tópicos sobre as diferentes ações realizadas pelo movimento sindical em que o Partido Comunista se inseria. Para fins de análise, os tópicos serão aglutinados e divididos de acordo com seu tema, sendo esses: (a) campanhas políticas; (b) organizações políticas e sindicais; e (c) greves e manifestações.

O relatório de 1935 apresenta um cenário distinto dos demais. A proporção da capacidade organizativa e política do movimento sindical crescera exponencialmente. De um número de cerca de vinte sindicatos sob direção comunista, atingiu-se o número de cento e noventa e um mais ou menos influenciados; e quatrocentos participantes da Central Sindical Única Brasileira. O grau de radicalismo também foi ampliado. As ações incluíam confrontos diretos e abertos contra os integralistas e mesmo ações de ocupação de telégrafos e

¹⁷⁹ Documento IC-1880 do arquivo Internacional Comunista do CEDEM da UNESP.

sabotagens. Tal movimento pouco pode ser comparado com a atuação sindical do Partido Comunista até então.

O Bloco Operário e Camponês.

O Bloco Operário e Camponês (BOC) surgiu como um aprimoramento do Bloco Operário, criado já em fins de 1925¹⁸⁰. O Bloco Operário e Camponês surgiu em 1927. A proposta era atuar através de um bloco de união das diversas forças operárias nos espaços institucionais¹⁸¹.

O relatório “A Vida do Bloco Operário e Camponês”, de 1928¹⁸², realizava uma breve análise da atuação do Bloco Operário e Camponês. A primeira parte apresentava o processo anterior à fundação do BOC. Os antecedentes eram apontados como tendo origem já em 1925, através da fundação do jornal “A Classe Operária”. Tal jornal, em 1925, defendeu a candidatura do Bloco Operário, consigna pela qual o PCB apresentou seu candidato. Mas, segundo o relato no documento, o jornal foi fechado em 1926, o que dificultou a atuação eleitoral via Bloco Operário.

Entre 1925 e 1926, o PCB continuou atuando através do Bloco Operário, inclusive em eleições sindicais. O Bloco, no entanto sofreu diversas perdas nas eleições sindicais por conta da atuação policial que perseguia seus militantes. Mesmo assim, o relatório compreendia que foi a atuação do Bloco Operário que impediu o avanço dos chamados ‘amarelos’.

A segunda parte do documento era a descrição da atuação do Bloco Operário e Camponês. Contava que em 1927 foi fundado o jornal “A Nação”, pelo qual o PCB pode atuar legalmente. Tal jornal apresentava a criação do Bloco Operário e Camponês (BOC), que seria o espaço pelo qual o PCB atuaria nos processos eleitorais. Entre 1927 e 1928, o BOC realizou 232 discursos de operários, dos quais

¹⁸⁰ ZAIDAN, Michel. *Comunistas em Céu Aberto, 1922-1930*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989. Pg.30.

¹⁸¹ ZAIDAN, Michel. *Comunistas em Céu Aberto, 1922-1930*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989. Pg.30.

¹⁸² Documento IC0387 do arquivo Internacional Comunista do CEDEM da UNESP.

cem foram realizados por membros do Partido. Foram 8.600 pessoas atingidas pelos comícios e palestras do BOC, segundo o relatório.

Já no III Congresso, entre fins de 1928 e início de 1929, avaliou-se que o BOC propiciou desvios eleitoreiros dentro do Partido. O Congresso ressaltou a necessidade de manter o Bloco Operário e Camponês como uma frente legal para o trabalho do P.C., mas submisso ao trabalho ilegal do mesmo.

No entanto, no relatório intitulado “Notas sobre a situação atual do Partido Comunista do Brasil”¹⁸³, de 1930, é possível encontrar a afirmação que o BOC obteve uma votação ínfima naquele ano. Os motivos para tal resultado eram apontados como o despreparo organizativo do Partido. E pela dura repressão ao PCB. O relatório declarava que materiais de campanha foram apreendidos, jornais foram confiscados e candidatos chegaram a ser presos. Com a Revolução de 1930, o Bloco Operário e Camponês foi abandonado.

Aliança Nacional Libertadora.

A Aliança Nacional Libertadora foi um fenômeno à parte na história do PCB. Os próprios membros do partido reconheciam que se estava construindo um movimento sem precedentes. A euforia dentro do partido foi tamanha que, no ano de 1935, a correspondência da ANL atingiu volume que chegou a significar 16,49% de toda a correspondência do Partido Comunista do período de 1922 a 1935. Era sem dúvida o maior movimento que o Partido participara, desde sua fundação.

A Aliança Nacional Libertadora teve o seu lançamento oficial em fevereiro de 1935. No mesmo mês, foi levado à público o primeiro manifesto da organização. Nesse, já se delineava o caráter anti-oligárquico e anti-imperialista da ANL. O programa defendia: (a) abolição das dívidas imperialistas; (b) nacionalização das empresas estrangeiras; (c) a transição das terras dos latifúndios para os trabalhadores que nelas trabalhavam; (d) a libertação de todas os camponeses dos tributos feudais a quais eram submetidos; (e) proteção da pequena e média propriedade contra a

¹⁸³ Documento IC0253 do arquivo Internacional Comunista do CEDEM da UNESP.

agiotagem; e (f) contra qualquer hipoteca. A pauta da organização coincidia com uma demanda real no cerne da população. É importante notar que o manifesto não tinha caráter reivindicatório. Não apresentava uma lista de demandas. Apresentava um programa que a organização defendia e buscava realizar.

Em primeiro de março de 1935, já estava montada a comissão provisória de organização. Tal relançou o Manifesto da ANL, que foi publicada no *O Jornal*, do Rio de Janeiro. A comissão provisória que assinou o documento era composta por: Cascardo (Herculino Cascardo), Amaurity (Carlos Amoreti Osório), Sisson (Roberto Sisson), Cabello (Joaquim Soares Cabello), Campos da Paz (Manuel Venâncio Campos da Paz).¹⁸⁴

Em 12 de março, foi aprovado o Estatuto da ANL. Este trazia o mínimo de informações e detalhes necessários para legalizar a organização. Pelo estatuto, não ficava estabelecida a estrutura da direção em detalhes. Apenas apontava a existência de uma direção nacional eleita, direções regionais eleitas, direção de distritos municipais, também eleitas, e organismos de base (distritais ou de empresas). Caso alguém tentasse descobrir como se organizava a ANL estudando o Estatuto, não chegaria a nenhuma conclusão útil. Na prática, surgiram comitês por profissão e por área de atuação, além de comitês regionais.

No final do mês, foi realizada a formalização da organização. A direção foi eleita. Luís Carlos Prestes foi nomeado presidente de honra do movimento. Mesmo estando na URSS, e não podendo participar da criação da ANL, ele era visto como o líder natural para um movimento anti-oligárquico e anti-imperialista.

Durante os meses de abril e maio, a Aliança passou por um processo de radicalização. Ao caráter anti-oligarquia e anti-imperialista, somaram-se feições antifascistas. Ao passar que a ANL cresceu, encontrou um rival claro: a Aliança Integralista brasileira (AIB). As duas organizações passaram a se confrontar. A disputa tomou o caráter de luta de rua. Integralistas ameaçavam e atacavam aliancistas (membros da ANL). Estes, por sua vez, atacavam e buscavam dissipar comícios de integralistas.

¹⁸⁴ IC 0900 do CEDEM da UNESP.

De março a junho, a Aliança Nacional Libertadora cresceu fortemente. Aderentes surgiam por todo o país. Comitês regionais e municipais foram montados da noite para o dia. Foram inscritos cerca de três mil pagantes diariamente¹⁸⁵. Ficava claro que o programa da ANL expressava uma demanda da população. Além disso, a fórmula organizacional montada permitia essa adesão em massa. Bastava haver concordância com os pontos centrais do programa para aderir. Tirando a obrigatoriedade de possuir tesoureiros em cada órgão de base, nenhum outro pré-requisito era apresentado formalmente.

A ANL adquiriu apoio entre militares, chegando a assustar o Governo¹⁸⁶. Utilizando os dados fornecidos por Edgar Carone¹⁸⁷ e por Marly Vianna¹⁸⁸, e apoiado em relatos de militantes da época, é possível calcular que a Aliança Nacional Libertadora chegou a possuir entre duzentos e setenta mil (270 mil) e oitocentos mil (800 mil) filiados, o que significava uma porcentagem entre 0,75 e 2,4% da população do país. Se transportássemos essa proporção para os dias de hoje, significaria uma organização um número entre um milhão e quinhentos mil (1,5 milhões) e quatro milhão e oitocentos mil (4,8 milhões) de filiados. Tal marca é surpreendente para qualquer organização política, ainda mais para uma anti-oligárquica, anti-imperialista e antifascista.

Em 5 de Julho, Luís Carlos Prestes lançou um novo manifesto da ANL. Neste, avaliava que o Governo de Vargas ainda mantinha os interesses das oligarquia, e que dia a dia aumentava as concessões aos oligarcas e aos imperialistas. Considerava ainda que as oposições locais também estavam ao lado de tais forças. Até mesmo os integralistas serviam à desagregação nacional. Essas oposições acabavam por fortalecer e acelerar o processo de fascistização do Estado. Como fruto da análise, acrescentava ao programa da ANL (sem nada retirar em relação aos manifestos anteriores), (a) a defesa de direitos trabalhistas; (b) a defesa das

¹⁸⁵ CARONE, Edgard. *Revolução do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1975. Pg.115-116.

¹⁸⁶ VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35, sonho e realidade*. São Paulo: Companhia Das Letras, 1992. Pg.128.

¹⁸⁷ CARONE, Edgard. *Revolução do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1975. Pg.115-116.

¹⁸⁸ VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35, sonho e realidade*. São Paulo: Companhia Das Letras, 1992. Pg.125.

liberdades populares, e fim dos privilégios discriminatórios; e (c) contra qualquer guerra imperialista. Por fim, ao compreender que nenhuma das demais forças políticas se comprometeria com o programa defendido pela ANL, lançava a palavra de ordem: “Todo o poder à ANL”.

A resposta do Governo já estava preparada. Assim que o manifesto de 5 de julho foi lançado, foi aprovada uma Lei de Segurança Nacional. A Aliança Nacional Libertadora foi jogada para a ilegalidade. Mas a proibição da atuação não significou o fim da organização. Panfletos continuaram a ser distribuídos e manifestações continuaram a ser chamadas. As lutas de rua contra os integralistas apenas aumentaram. Nesse cenário, a expectativa da realização de um levante revolucionário se espalhou entre a população. A ideia que estava se desenvolvendo uma conspiração contra o governo se tornou comum entre militares e civis, entre aliancistas e integralistas.¹⁸⁹

O PCB passou a se preparar para a realização do processo revolucionário. Junto a agentes enviados pela Internacional Comunista e pelo serviço secreto soviético, foi montado um comitê de preparação para a revolução. Mas os preparos andaram a passos curtos. A estrutura prévia do PCB era precária, e na verdade a ANL foi o único movimento de fôlego que o partido havia dirigido. E mesmo essa era organizada sem grandes rigores. O levante foi marcado para o início de 1936. Mas, em novembro de 1935, tudo parecia estar mal organizado. Não havia acordo claro nem mesmo de qual seria o conjunto tático a ser adotado. Enquanto Miranda defendia o desencadeamento de grupos guerrilheiros e formação de soviets locais, o comitê dirigido por Prestes preparava uma sublevação de quarteis.

Somou-se ao quadro de desorganização generalizada (e de infiltração policial), um fator inesperado. Os ânimos se acirraram no estado do Rio Grande do Norte à revelia dos planos do Partido¹⁹⁰. Já no início de novembro, durante os três primeiros dias do mês, ocorreram diversos levantes armados pelo Rio Grande do Norte, mas nem o PCB e nem os militares tinham se envolvido plenamente. O acirramento de

¹⁸⁹ VIANNA, Marly. *Revolucionários de 35. Sonho e realidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. pg 149 e 150.

¹⁹⁰ Sobre o processo revolucionário em Natal ver: VIANNA, Marly. *Revolucionários de 35. Sonho e realidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. Pg.172-212.

ânimos no Rio Grande do Norte iniciou por conta de uma disputa basicamente eleitoral, entre o Partido Popular (vitorioso no processo) e o grupo da Aliança Social Nacional.

Em 12 de novembro de 1935, um relatório do PCB sobre Natal apontava a existência de três grupos de guerrilheiros, cinco membros do PC infiltrados na Polícia Militar e um trabalho sindical precário. A direção nacional do PCB chamou para a Capital dirigentes do Nordeste. A esses, deu a ordem de não desencadear antes da hora qualquer movimento armado naquela região. Estavam presentes na reunião Miranda, Bangu e Honório, além de João Lopes e Praxedes.

No entanto, os ânimos da população estavam de tal modo exaltados por conta das disputas locais que a direção do Partido em Natal foi informada que um levante ocorreria, quer eles participassem ou não. Em 23 de novembro o levante estourou. A participação do PCB na revolta em Natal teria sido autorizada por uma carta codificada em nome da direção nacional, mas que fora enviada pela polícia, conforme relatou Medeiros em seus depoimentos sobre o assunto.¹⁹¹

É difícil precisar exatamente se a decisão foi tomada pela direção regional à revelia da direção nacional, ou se de fato existiu essa carta falsificada, autorizando a participação no levante. O fato é que Aloísio Moura, o chefe de Polícia de Natal, possuía as informações necessárias para produzir uma carta com tal conteúdo, se assim julgasse útil.

O Levante em Natal foi realizado com êxito parcial. O poder foi tomado por quatro dias. Foi até mesmo montado um Governo Popular. Mas o movimento em Natal foi isolado do resto do país, e pode ser duramente reprimido. As forças do governo popular eram infinitamente menores do que a exército nacional.

Em 24 de novembro, ocorreu o levante em Recife¹⁹². No entanto, as forças dos sublevados foram apenas suficientes para desencadear uma série de lutas de ruas. Não conseguiu tomar nenhum aparato de comunicação nem arsenais estratégicos.

¹⁹¹ MEDEIROS, João. *Meu depoimento: sobre a revolução comunista e outros assuntos*. Natal: Imprensa oficial, 1937. Pg.144

¹⁹² Sobre o levante em Recife ver: VIANNA, Marly. *Revolucionários de 35. Sonho e realidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. Pg.217-235.

Ainda, o apoio popular foi pequeno. Em 25 de novembro os revolucionários estavam em retirada total, e foram esmagados pela repressão.

Em 27 de novembro iniciou-se o processo de levante no Rio de Janeiro¹⁹³. O movimento havia sido mal preparado, e pensado cheio de lacunas. Boa parte do plano baseava-se em informações fictícias sobre o apoio que o PCB possuía entre os militares. Ignorava-se completamente a força possuída pelo aparato repressor. Ainda, o governo tinha ciência do que se organizava.

O próprio aparato do Partido estava mal preparado. Havia apenas um pequeno conjunto de células organizadas para o levante. Entre o movimento civil, apenas sessenta e três pessoas estavam preparadas para realizar tarefas no momento da sublevação. Mas, se havia pouca força disponível, uma força menor ainda foi empregada no levante. Parte das células que deveriam se sublevar jamais foram informadas de suas tarefas. O responsável por levar as informações considerou que fazê-lo o risco era alto demais.

Apenas a guarnição militar da Praia Vermelha e a Escola de Aviação Militar (EAM) participaram do levante. A revolta na EAM foi contida em apenas quatro horas. Os sublevados na Praia Vermelha se encontraram isolados. Resistiu enquanto foi possível, mas o governo empregou a aeronáutica para bombardear a base. O levante foi esmagado. Tanto a ANL como o PCB seriam alvo de dura repressão a partir daí.

Os Jornais Como ferramenta Organizativa.

Lênin escreveu, em 1902, o livro *Que Fazer*, onde afirmou:

“E o jornal mostrará prontamente os contornos gerais, as proporções e o caráter dessa obra; as lacunas que se fazem sentir mais fortemente na ação conduzida em escala nacional, os lugares onde a agitação é deficiente e onde a ligação é precária, as engrenagens do imenso mecanismo comum que o círculo poderia reparar ou substituir por outras melhores. Um círculo, que ainda não trabalhou e

¹⁹³ Sobre o levante no Rio de Janeiro ver: VIANNA, Marly. *Revolucionários de 35. Sonho e realidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. Pg.243-272.

procura fazê-lo, poderia começar não como um artesão isolado em sua pequena oficina, que não conhece nem a evolução anterior da 'indústria', nem o estado geral dos meios de produção industrial, mas como o colaborador de uma grande empresa que reflete o impulso revolucionário geral contra a autocracia.”¹⁹⁴

Tal passagem expressa a importância dada pelo revolucionário russo aos jornais, na época, como ferramenta política e organizativa do Partido operário. Lenin compreendia que o jornal tinha o papel de unificar ideologicamente e socializar experiências e diretrizes para uma luta comum. Na obra *Carta a um Camarada*, Lenin acrescentou ainda que a direção do jornal deveria atuar como Órgão Central do Partido, ao lado de um Comitê Central na direção política e ideológica.¹⁹⁵

O Partido Comunista no Brasil adotou essa visão leninista, dando destaque para o papel da imprensa. O PCB possuiu formalmente, durante o período analisado, dois estatutos distintos. O primeiro de 1922; e o segundo, que passou a vigorar a partir de 1925. O primeiro estatuto atribuía à uma secretaria da direção nacional o papel de dirigir todas as publicações individuais ou coletivas dos membros do Partido. Ainda, colocava a necessidade de tais publicações carregarem a doutrina central do Partido Comunista.¹⁹⁶

O estatuto de 1925 trazia o seguinte trecho:

“O II Congresso indica, desde logo, como meio prático de ajuda ao jornal, que por toda parte, nas oficinas e fábricas das cidades, como nas pequenas cidades e fazendas e usinas do interior, se constituam comitês pró- A Classe Operária, dedicados especialmente à propaganda e divulgação do nosso órgão.

De resto, esses comitês terão uma dupla importância: ao mesmo tempo que serão a mais preciosa ajuda ao jornal torna-se-ão verdadeiros instrumentos proletários de propaganda, agitação e organização – abrindo caminho para a construção de células do partido e de comitês de fábrica à base dos sindicatos”¹⁹⁷

¹⁹⁴ LENIN, *Que Fazer*. In <http://www.marxists.org/portugues/lenin/1902/quefazer/cap05.htm>, última visualização em 08/05/2012.

¹⁹⁵ LENIN. *Carta a um Camarada*. in <http://www.marxists.org/portugues/lenin/1902/09/carta.htm>, última visualização em 08/05/2012.

¹⁹⁶ Estatuto do Partido Comunista, 1922. IC 0372 do arquivo Internacional Comunista do CEDEM da UNESP.

¹⁹⁷ *II Congresso do PCB, Teses e Resoluções*. Pg.22; IC0374 do arquivo Internacional Comunista do CEDEM da UNESP.

A organização do jornal, sua divulgação e defesa, fazia parte do processo constitutivo da organização do próprio Partido Comunista, ao menos segundo o II estatuto. O que se observa, portanto, é a centralidade do papel dos jornais para a busca da construção do Partido Comunista.

Ainda, uma carta enviada à Internacional Comunista em 1923¹⁹⁸ endossa a leitura que os jornais eram realmente ferramentas políticas e organizativas importantes para os comunistas. Tal carta trazia um relatório das atividades culturais do PCB até aquela data. Afirmava-se nesse que a produção de jornais estava aquém do esperado: o Partido não possuía ainda um órgão central, mas controlava¹⁹⁹ dois jornais operários sindicais, que eram: *O Voz Cosmopolita* e *O Internacional*.

Na ocasião do regresso de Astrogildo Pereira ao partido, na década de 1950, ele ficou responsável por produzir um trabalho histórico sobre o PCB, recebendo dos membros do partido mais documentos, que permitiram a ele a realização de tal trabalho. Analisando o arquivo deixado por Astrogildo²⁰⁰ é possível identificar que de 1922 a 1928, o PCB deteve o controle sobre ao menos três jornais operários ligados a sindicatos: *O Internacional*, *Voz Cosmopolita* e *O Solidário*. Além desses três, possuiu jornais esporádicos de células que ou tinham baixa circulação ou tiveram curta duração. Possuiu ainda o órgão central *A Classe Operária* que passou a ser publicado periodicamente quase sem interrupção a partir de 1928, embora tenha surgido já em 1925. Em 1927 surgiu o jornal *A Nação*, que atuava como um órgão ligado ao PCB, embora formalmente fosse apenas um jornal simpatizante ao Partido.

Os artigos dos jornais citados foram organizados em torno dos seguintes temas: (a) cultura (artigos referentes a literatura, teatro, esporte, construção de heróis e datas simbólicas); (b) propaganda (artigos teóricos de crítica ao capitalismo ou defesa do socialismo); (c) economia (artigos de análise econômica); (d) sindical (artigos ligados ao movimento sindical, condições de trabalho e reivindicações trabalhistas); (e) política burguesa (artigos sobre a política tradicional, ou análise das forças políticas da burguesia); (f) confronto (artigos que denunciavam ou defendiam o confrontos

¹⁹⁸ Documento IC0115 do arquivo Internacional Comunista do CEDEM da UNESP.

¹⁹⁹ termo utilizado na carta.

²⁰⁰ Arquivo Astrogildo Pereira no CEDEM UNESP.

diretos entre as classes, incluindo artigos sobre prisões políticas, assassinatos, defesa da guerrilha ou do uso da força pelos trabalhadores em geral); e (g) cotidiano (artigos que tratavam sobre questões cotidianas, correspondência de leitores entre outros);

A análise quantitativa dos temas acima tornou possível verificar algumas mudanças na linha central e no caráter dos jornais, ao longo do período de 1922 a 1935. Essas mudanças se tornam evidentes, quando colocadas na forma de índices.

Três índices foram utilizados: I - Índice de Questões Práticas. Este índice foi adquirido somando os valores relativos aos temas Movimento Sindical, Política Burguesa e Confronto, dividindo-os pela soma dos valores dos temas Cultura, Propaganda e Economia. Essa operação foi feita ano a ano; II- Índice Combatividade. Foi adquirido através da divisão do número de artigos sobre Confrontos pelos artigos sindicais; III – Índice Política Geral. Adquirido através da divisão do número de artigos relativos à Política Burguesa, pelo número de artigos voltados a temas sindicais.

Ano	Índice de Questões Práticas	Índice de Combatividade	Índice Política Geral
	(sindical + confronto + política burguesa) / (cultura + propaganda + economia)	Confronto / Sindical	Política burguesa / sindical
1922	109,8039	0	0
1923	90,19608	0	0
1924	44,11765	230,7692	38,46154
1925	98,03922	0	23,07692
1926	184,3137	0	0
1927	131,3725	61,53846	30,76923
1928	126,4706	46,15385	65,38462
1929	100	100	100

1930	83,33333	223,0769	111,5385
1931	89,21569	1538,462	769,2308
1932	21,56863	0	384,6154
1933*	63,72549	423,0769	330,7692
1934	130,3922	769,2308	111,5385
1935	784,3137	1207,692	330,7692
*valor extrapolado através do método da regressão linear			
Fonte: acervo CEDEM: Jornais Comunistas			

Para fins de análise, os índices foram tratados individualmente, facilitando assim a compreensão do movimento real ocorrido nos jornais ligados ao PCB entre o período de 1922 a 1935. Para facilitar a análise, foram trabalhadas as representações gráficas do movimento dos índices.

*Fonte: elaboração própria

O gráfico acima representa o Índice de Questões Práticas existentes nos jornais do PCB, de 1922 a 1935. No eixo X está a data referente. No eixo Y está o valor do índice, significando o valor zero a completa ausência de questões práticas nos jornais, tendo como ano de referência o ano de 1929 (1929=100).

O que se observa é que entre 1922 e 1924 houve um movimento decrescente do pragmatismo. De 1925 a 1926, houve um movimento ascendente. Uma força passou a puxar o índice para baixo a partir de 1927, até 1931. Em 1932 houve um crescimento gradual na importância das questões práticas. Em 1935 o pragmatismo teve um salto.

Pode ser destacado que, no que tange a preocupação com temas práticos nos jornais do PCB, o período até 1924 significou uma fase decrescente. O II Congresso coincidiu com um impulso da preocupação com temas de tal recorte. O período de breve legalidade do PCB, de 1927, significou o início de uma força que jogou para baixo o índice de pragmatismo, que permaneceu em queda até 1932, data de ascensão de um novo comitê central. No entanto, os artigos de caráter teórico ainda predominaram até 1933. Em 1935, com a ANL, ocorreu um salto na preocupação com questões práticas.

*Fonte: elaboração própria

O gráfico acima traz a representação gráfica do índice de Combatividade, e está organizado da mesma forma que o gráfico anterior. Observa-se que em 1924 houve um pico da combatividade em 1924, que volta à zero em seguida. Em 1927 houve uma força que modificou o peso dos artigos sobre confronto em relação aos artigos de caráter sindical. O período entre 1927 significou um movimento de ascensão. Em 1931 houve um pico do peso das matérias sobre confronto em relação aos artigos

sindicais. O pico mais uma vez foi seguido por um movimento de queda e posterior crescimento gradual até 1934. Em 1935 os jornais foram mais voltados ao confronto direto do que às discussões trabalhistas ou sindicais.

*Fonte: elaboração própria

O gráfico acima representa o Índice de Política Geral e está organizado da mesma forma que o anterior. O que se observa no gráfico é a existência de uma força que atuou em 1924, gerando um período de alta na significância da política institucional em relação à políticas sindicais e trabalhistas, seguido de uma queda até 1926. Em 1927 houve uma força que jogou para cima o peso da política geral. Tal força foi atuante até 1930. Em 1931, houve um pico na importância da política burguesa nos jornais ligados ao PCB. O pico foi seguido por uma queda, atuante até 1934. Apenas no ano de 1931, a política geral foi mais importante do que a política sindical nos jornais do PCB.

Os jornais e o Partido.

Os jornais utilizados pelo PCB como ferramenta política e organizativa podem, também, ser analisados através de suas características de forma. De 1922 até 1926, o PCB teve como principal meio de divulgação os jornais operários sindicais, além

de seus panfletos e folhetos próprios. Os jornais sindicais foram utilizados até 1929. Em 1927, surgiu o jornal *A Nação*, que teve vida curta, mas era um jornal voltado para uma camada ampla da população, incluindo intelectuais e membros da pequena burguesia. A partir de 1928, o jornal *A Classe Operária* passou a ser publicado periodicamente, sem sofrer grandes interrupções. Em 1932, tal jornal sofreu uma profunda mudança editorial. Os artigos mudaram de formato, as figuras deixaram de ser fotos e passaram a ser caricaturas. O número de páginas e a ordem dos artigos também mudaram. Passou a ser um jornal menor, com características mais informais.

Em grande medida, o que explica a mudança dos jornais utilizados pelo Partido é a conjuntura. De 1922 até 1926, o PCB ainda era pequeno e com meios materiais precários. Em 1927, com a breve legalização que o Partido viveu, foi possível constituir um jornal público que defendesse abertamente a linha do Partido. Em 1930, o país passou por uma revolução que provocou mudanças severas no cenário sindical, com prisões e fechamentos de sindicatos. A partir daí, o PCB teve que contar cada vez mais com o seu próprio órgão central de imprensa.

Considerando os jornais como um organizador coletivo, é possível descobrir quais eram os locais de organização do Partido e para quem o PCB se voltava. De 1922 até 1926, o Partido Comunista tinha como ferramenta organizativa os sindicatos nos quais atuavam. Era através da atuação sindical e dos jornais sindicais que o P.C do Brasil atuava na sociedade. A partir de 1927 houve a possibilidade de uma atuação mais ampla. Primeiro, através do *A Nação*, foi possível buscar a inserção entre a pequena burguesia da sociedade. Tal fenômeno abriu a perspectiva de recrutamento e atuação em diversas frentes políticas. O fato do jornal *A Nação* ser oficialmente um órgão simpatizante do PCB, indica o espaço para a atuação de frentes de massa externas ao Partido, tal qual o Bloco Operário e Camponês, o Socorro Vermelho, as Juventudes Comunistas e os Clubes Esportivos, que também ganharam importância na atuação do Partido nesse período.

A partir de 1928, o jornal *A Classe Operária* passou a ser o principal jornal do PCB, sendo diretamente controlado pelo Comitê Central. A princípio, o simples surgimento de tal jornal não significava uma mudança na forma organizativa, mas expressava

uma condição de organização e material superior. O jornal pôde se manter e circular entre os militantes, além de ser vendido para simpatizantes e leitores diversos. Há um forte indício que entre 1927 e 1928 houve um salto para a organização. No entanto, a conjuntura mudou a partir de 1930. Houve uma mudança radical na direção do Partido e na linha adotada.

Em 1932, o jornal *A Classe Operária*, embora mantivesse o nome, era outro. Seu conteúdo era diferente, muito mais voltado à discussão teórica. Passou por diversas mudanças até 1934. A própria forma do jornal mudou: teve um menor número médio de páginas até 1935, uma editoração mais leve, com menos fotos e mais caricaturas. Observando os arquivos da Internacional Comunista e do Astrojildo Pereira no CEDEM-Unicamp, é possível afirmar que nesse momento, o *A Classe Operária* não era apenas o principal jornal do PCB, mas também o único de importância. Para além desse, havia apenas os panfletos e folhas volantes das diferentes direções locais. Aparentemente, houve uma centralização no Partido maior, nesse período.

Conclusão.

O objetivo da presente dissertação, como apontado na introdução, era apresentar e intentar explicar quais foram as mudanças históricas sofridas pelo Partido Comunista do Brasil (PCB) de 1922 a 1935; e desenvolver uma teoria explicativa para as mesmas. Já foram apontados os elementos que permitem atingir esse objetivo. Nas linhas abaixo, buscar-se-á realizar uma síntese resultante da análise dos fenômenos estudados. Para isso, será utilizado como ponto de partida um resumo das mudanças nas linhas gerais do PCB, tanto em termo político como organizativo. A partir desse resumo, será possível a apresentação da síntese desejada, que contém uma teoria explicativa para a história do PCB, de 1922 a 1935. O eixo central da teoria explicativa é a insuficiência de quadros revolucionários, para formar o chamado núcleo dirigente do movimento.

Pelos dados apresentados nesse estudo, ficou clara a existência de dois momentos distintos, sendo eles subdivididos em dois períodos cada: (1) De 1922 a 1929, houve a adoção de um eixo tático subcultural (de busca pela conquista do posto de representante máximo das classes oprimidas); (2) de 1930 a 1935, houve o turbulento abandono desse eixo tático e adoção de estilo da luta direta pelo poder.

O período (1), de 1922 a 1929 pode ser dividido em dois subperíodos: (a) de 1922 a 1925; foi adotada a estratégia da autoconstrução, tendo como objetivo a fortalecimento do PCB, como um partido que reunia a vanguarda do movimento operário; e (b), de 1926 a 1929; foi adotada a linha estratégica da frente única, formando o Bloco Operário e Camponês. O BOC deveria ser, segundo os objetivos traçados, o órgão que reuniria as camadas mais preparadas do movimento operário e camponês, visando à representação do conjunto das camadas populares, sob a direção do PCB.

O período (2), de 1930 a 1935, pode ser dividido também em dois subperíodos: (I) de 1930 a 1933; foi marcado pelo abandono da linha subcultural, mas com a adoção de um eixo estratégico inferior ao da frente única. Adotou-se a linha da luta de “classe contra classe”. Esta consistia na visão que não era possível nenhuma

aliança com elementos da pequena burguesia. No entanto, devido a constantes mudanças nos quadros de direção partidária, houve alterações na forma de organizar a atuação política em todos os anos; e (II) de 1934 a 1935, foi vitoriosa uma nova linha estratégica e um novo eixo tático. O eixo tático adotado foi o estilo da luta direta pelo poder. A linha estratégica, formalmente, foi a da Frente Popular, que deveria aglutinar amplos setores da sociedade na luta contra a oligarquia, o imperialismo e o fascismo. No entanto, na prática, houve disputa interna entre três conjuntos táticos diferentes. Os adeptos da Aliança Nacional Libertadora construíram de fato a Frente Popular, ao menos até maio de 1935. Miranda, através do secretariado-geral e do jornal do PCB (*A Classe Operária*), buscou construir grupos de combate que deveriam realizar lutas locais independentemente. Visava constituir soviets de influência regional. Prestes e a comitiva enviada pelo Exército Vermelho e pela Internacional Comunista construíram a linha sublevacionista, preparando uma sublevação, com o objetivo de tomar o poder em âmbito nacional. Todos os três conjuntos táticos foram mal organizados.

Essa trajetória histórica foi marcada, portanto, por quatro mudanças de linha estratégica (uma a cada três anos), e apenas dois eixos táticos gerais. Mais que isso, apenas no ano de 1935 houve mudança radical nas ferramentas táticas e operacionais empregadas pelo Partido Comunista Brasileiro.

Qual o balanço desse processo? É verdade que o número de membros inscritos na organização logrou crescer com certa constância. No entanto, cresceu proporcionalmente a perda de membros inscritos no PCB. Tal fenômeno marcou um caráter rotatório da militância. Poucos eram os que ficavam muito tempo nas fileiras do Partido.

Em termos organizacionais, o P.C. brasileiro se tornou mais complexo, se observado do ponto de vista de número de órgãos, instâncias, e inserção em frentes de massa. No entanto, a direção teve grandes dificuldades em dar coesão a essa complexidade crescente. Era comum a direção reclamar para as instâncias inferiores da falta de relatórios consistentes, ou da falta de trabalho político. O resultado foi a constante perda de influência. O trabalho conquistado em um ano tendia praticamente a desaparecer em cerca de um ano e meio.

A explicação pecebista.

A explicação dada à época pelo Partido Comunista Brasileiro para explicar as mudanças políticas e organizativas que foi adotando tinha como base a insuficiência da estratégia política no período anterior. As dificuldades organizativas e políticas eram entendidas como fruto de uma proposta inadequada para as condições conjunturais. Somente a mudança de linha realizada de 1925 para 1926 apontou uma razão diferente, embora não muito. Na ocasião do II congresso, foi o sucesso da linha política anterior que justificou a mudança para um novo estágio.

Os documentos oficiais do partido ligavam mecanicamente os resultados obtidos à linha política, abandonando toda e qualquer mediação que podia existir entre a estratégia geral e a realização da mesma. Mais que isso, adotava, em certa medida, uma visão idealista, segundo a qual um erro concreto advinha de uma estratégia subjetiva ou equivocada.

Ora, segundo essa visão, se o erro era fundamentalmente de formulação da estratégia, bastava dar nova formulação que o problema estaria resolvido. Se o período anterior havia sido demasiadamente *reformista*, devia-se então *radicalizar* o discurso para solucionar os desvios. Se houve excesso de *radicalismo* ou *obreirismo*, tratava-se então de adotar uma linha política mais ampla. Essa tendência idealista da política levou, inclusive, à adoção de estratégias de eficácia inferior. Esse foi o caso, em 1930, do abandono da “política de frente única”, para a adoção da política da “classe contra classe”. Mas a regressão de formulação de 1929 para 1930 não explica por si só os erros do Partido.

Tamanho foi o peso dado à linha estratégica geral, que nenhuma linha sobreviveu mais do que três anos. Um período demasiadamente pequeno, visto que durante o primeiro ano as bases operacionais da nova estratégia não teriam passado da fase de construção.

As estratégias foram sempre trocadas por outras radicalmente diferentes. Da autoconstrução de 1922 a 1925, passou-se à frente única. Da frente única, passou-

se à autoafirmação, ao final de 1930. Dessa, passou-se à frente popular, em 1934. E desta, passou-se ao sublevacionismo, ao final de 1935.

No entanto, independentemente da estratégia adotada, a taxa de crescimento de inscritos do Partido continuou aproximadamente a mesma. A taxa de perdas de militantes permaneceu em crescimento constante. E as condições organizativas continuaram sempre baixas.

Aí reside o problema dessa linha de interpretação: se o erro é de formulação da estratégia, a adoção de uma nova deveria solucionar o problema. Mas não soluciona. As ideias em abstrato não mudam o mundo, senão através de ações dos seres humanos.

Outra perspectiva.

Mas, se o erro não foi de formulação estratégica, qual haveria sido? Diversos documentos internos apresentados nessa dissertação apontam para a resposta dessa pergunta. A história do PCB foi marcada por contínua desorganização. Como fruto da má organização, surgia o isolamento.

Ainda, havia grande dificuldade dos militantes em aplicar as políticas propostas. Os trabalhos eram feitos em diversas direções. Faltavam objetivos claros. O tempo todo havia retrocesso organizacional. Muita gente militava um curto período, e no seguinte deixava de atuar com tanto empenho. Outra parte abandonava o Partido.

Mas, de todos os problemas, o mais constante era o da repressão. Mal os militantes iniciavam um trabalho, logo a repressão aparecia. Manifestações eram reprimidas a balas, e prisões eram feitas. Militantes foram assassinados. E o Partido jamais soube dar resposta.

Pior, deixou-se infiltrar. Em 1928, não restavam dúvidas, havia agentes infiltrados e provocadores adentrando as fileiras do partido. Armadilhas foram montadas contra os comunistas e contra o movimento operário em geral. Os militantes caíram na maioria delas, sem grande resistência.

Independentemente de qual a linha estratégica utilizada pelo Partido, o quadro de desorganização e incapacidade de lidar com a repressão continuou. Mesmo buscando tornar mais complexa sua estrutura de atuação (através de criação de frentes de massa), a capacidade operacional do Partido sempre foi baixa.

Quando uma política parecia dar certo, buscava-se reproduzi-la à exaustão. Pouco foi feito para que os membros recrutados no decorrer delas fossem preparados política e fisicamente. A influência ganha era tratada como certa. Acreditava-se que a influência era sinal de ganho de consciência da população. Esquecia-se que para garantir a permanência dessa, era necessária realizar uma verdadeira campanha de infiltração, mantendo militantes a salvo da repressão, enquanto realizam propaganda constantemente.

Esquecia-se que, em ultima instância, toda organização revolucionária propõe algo eminentemente ilegal: a ruptura com a estrutura política vigente. Necessariamente a repressão iria, uma hora ou outra, atacar e destruir a organização. A não ser que esta se preparasse antes.

As direções do PCB esqueceram, ou não tinham aprendido, uma lição fundamental do leninismo. A ciência leninista é uma ferramenta pela qual se pode, em qualquer conjuntura, mesmo em correlação de forças desigual, causar derrotas ao inimigo. É a ferramenta teórica que ensina aos revolucionários a, através da adoção de um conjunto tático adequado à conjuntura, combinar formas de lutas pacíficas e agressivas, levando o inimigo a derrotas. Para isso, é necessário adotar uma arte operacional bem estruturada.

Deve-se buscar aquilo que foi resumido por Ho Chi Minh nas seguintes palavras: “Deixaremos aos nossos inimigos dois caminhos, um pelo qual nós seremos vitoriosos, o outro pelo qual eles sairão derrotados”.

Mas a direção do Partido, parece, não compreendia nada disso. Em um país que havia saído do regime escravista apenas ha trinta e quatro anos, faltou experiência e preparo. Não se compreendeu a responsabilidade do dirigente revolucionário de novo tipo.

Não se entendera que o problema era, em geral, fundamentalmente tático. Sem a adoção de um conjunto tático adequado, nenhuma estratégia pode ser vitoriosa. Mais do que isso, ninguém faz aquilo que deseja fazer para derrotar um regime. Faz-se aquilo que as forças permitem, visando causar o maior estrago possível na estratégia do inimigo.

Não se compreendera a ideia proposta por Stalin de que a revolução se faz em etapas. Inicialmente, essa ideia foi completamente ignorada. Ao menos até meados de 1928, quando se passou a discuti-la com mais afinco. Mas, mesmo quando adotada, entendeu-se a mesma de forma deficiente. A leitura de que era necessário passar por uma etapa de revolução burguesa para apenas depois realizar a revolução socialista era uma leitura mecânica. “Passar pela etapa” não explica com que forças sociais.

A ideia de etapas da revolução foi apresentada no capítulo “Estratégia e Tática”, da obra *Sobre os fundamentos do leninismo*, de Stalin²⁰¹. Nela a estratégia é descrita como:

“A estratégia consiste em fixar, numa determinada etapa da revolução, a direção do golpe principal do proletariado, em elaborar um plano correspondente de disposição das forças revolucionárias (reservas principais e secundárias) e em lutar pela execução desse plano durante todo o curso dessa etapa da revolução.”

A partir desse trecho, e da explicação que dele segue, Stalin buscou explicar como a estratégia consiste em identificar o inimigo principal a ser isolado e enfraquecido durante uma etapa. Uma vez que tal inimigo esteja isolado, enfraquecido, ou tenha assumido formas radicalmente diferentes, estaria terminada uma etapa da revolução. Ou seja, etapa é um período de conjunção de forças, da composição de um arco de aliança, para derrubar um inimigo em comum. Estratégia é a arte de identificação do inimigo e dos aliados possíveis e de estabelecer o caminho de menor custo para derrotá-la.

As estratégias do Partido Comunista do Brasil tinham pouca relação com a identificação do inimigo principal e a busca do isolamento do mesmo. Eram muito

²⁰¹ STALIN, Josef. *Sobre os fundamentos do leninismo*. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/stalin/1924/leninismo/index.htm>, última visualização em 1 de novembro de 2012

mais oscilações na formulação sobre como expandir a influência política. Fossem elas eficazes ou não. Essa inversão impediu que fosse compreendido o real papel da tática. Interpretava-se que a tática era meramente a aplicação pontual da política, segundo formas e mecanismos operacionais estabelecidos previamente pela linha estratégica. Não se compreendia que a tática era a forma fundamental de atuação, determinada pelas condições conjunturais e pela série de golpes que se pretendia dar contra o inimigo central.

Quanto à tática Stalin afirmava, na seção seguinte da mesma obra:

“A tática tem por objeto fixar a linha de conduta do proletariado para um período relativamente curto de fluxo ou de refluxo do movimento, de ascenso ou de descenso da revolução; lutar pela aplicação dessa linha, substituindo por novas as velhas formas de luta e de organização, por novas palavras de ordem as velhas palavras de ordem, coordenando estas formas, etc.. Se a estratégia se propõe, por exemplo, o objetivo de vencer a guerra contra o tzarismo, ou contra a burguesia, (...)A tática se ocupa das formas de luta e das formas de organização do proletariado, da sua substituição, da sua coordenação.”

Portanto, é a tática que determina as formas de organização do proletariado e as formas de luta a serem aplicadas em conjunto. Sejam elas pacíficas ou violentas. Sejam elas defensivas ou ofensivas. Isso o PCB jamais compreendeu.

Essa falta de entendimento ou assimilação quanto ao leninismo estava ligada fundamentalmente à insuficiência de quadros. O Partido nasceu com quadros que tinham experiência basicamente sindical, isso em um momento de descenso do movimento operário. Nessa situação, embora formalmente os primeiros anos de vida da organização tenham sido voltados para a constituição da vanguarda do Partido, muito pouco foi feito em termos de preparação e treinamento. Os militantes aprendiam as linhas gerais do marxismo (quando muito) e se ficava por isso. A própria direção não se preparou ou treinou para a aplicação das diversas formas de luta. Não se dominava a cartilha aplicada pelos leninistas.

Como se entendia que não havia condições no período para que as formas violentas fossem adotadas, descartou-se até mesmo o uso defensivo das mesmas. O caráter conspiratório que precisam assumir as organizações revolucionárias foi prontamente ignorado. Enquanto isso, a repressão não perdoava os comunistas.

E na década de 1930, quando a conjuntura impôs as formas conspirativas de conjunção da luta pacífica e da violenta, o partido estava fragmentado e mal organizado. Em 1932, foi tomado pelo movimento tenentista de esquerda. Mas eles também não estavam preparados para realizar uma revolução. Também caíram em armadilhas e fizeram planos pouco condizentes com a realidade. Embora estivessem empenhados em realizar a sublevação contra o regime, eles não eram quadros preparados da vanguarda revolucionária. Continuava a faltar o “núcleo dirigente”

O resultado foi o que foi. Em 1935, Getúlio Vargas logrou se livrar, de uma só vez, de grande parte de seus adversários no exército e no movimento operário. O movimento comunista teve que ser reconstruído das cinzas. E o tenentismo de esquerda desapareceu, para nunca mais voltar.

Bibliografia

- AFONSO, Eduardo José. *O PCB e o Poder : 1935 o poder pela força – 1945 o poder pelo voto (os comunistas na assembléia Legislativa – 1947/ 1948)*. São Paulo: 2004.
- CANCELLI, Elizabeth. *O Mundo da violência, a Polícia da Era Vargas*. Brasília: Editora UNB, 1993.
- CARONE, Egard. “A Internacional Comunista”. in *Entre Passado & Futuro*. BARBOSA, Wilson de Nascimento e outros autores. Editora Xamã: São Paulo, 2002
- CARONE, Edgard. *A República Velha, Instituições e Classes Sociais*. São Paulo: Difel, 1975
- CARONE, Edgard. *Da esquerda à direita*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.
- CARONE, Edgard. *Leituras marxistas e outros estudos*. São Paulo: Xamã, 2004.
- CARONE, Edgard, *O marxismo no Brasil*. Belo Horizonte: Dois Pontos, 1968.
- CARONE, Edgard. *O P.C.B.* São Paulo: Difel, 1982
- CARONE, Edgar. *O Tenentismo*. São Paulo: Difel, 1973.
- CARONE, Edgard. *Revoluções do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Difel, 1975.
- CHACON, Vamireh. *História dos Partidos Brasileiros*. Brasília: Editora UnB, 1985.
- CHILCOTE, Ronald H. *O Partido Comunista Brasileiro : conflito e integração, 1922 –1972*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- CLAUDÍN, Fernando. *La Crisis del Movimiento Comunista. Del la Komintern al Kominform*. Paris: Ruedo ibérico, 1970.
- BARATA, Agildo. *A vida de um revolucionário*. Rio de Janeiro: Editora Melso, 1962.
- BARBOSA, Wilson. *Formas de Luta*. in Revista Mouro. São Paulo: Ano 2, nº 3. 2010.
- BASBAUM, Leôncio: *História Sincera da República, de 1889 a 1930. vol 2*. São Paulo: Edições LB, 1962.

- BASBAUM, Leôncio: *História Sincera da República, de 1889 a 1930. vol 3.* São Paulo: Edições LB, 1962.
- BELLO, José Maria. *História da República.* São Paulo, Companhia Editora Nacional: 1976.
- DAYRELL, Eliana Garcindo. *PCB – GO: 1936-48.* São Paulo: 1984. História – USP.
- DEGRAS, Jane. *The Communist International, 1919-1943.* Londres: Fraknk Cass and Company, 1960.
- DEL ROIO, Marcos. *A classe operária na revolução burguesa: a política de alianças do PCB, 1928 – 1935.* Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- DULLES, John W. F. *O comunismo no Brasil, 1935 – 1945: Repressão em meio ao cataclismo mundial.* Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.
- DUVERGER, Maurice. *Os Partidos Políticos.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980
- FALEIROS, Maria Izabel Leme. *Percursos e percalços do PCB no campo, 1922-1964.* São Paulo: USP, 1989.
- FIGUEIREDO, Eurico de Lima (org). *Os militares e a revolução de 30.* Rio de Janeiro, Ed Paz e Terra: 1979.
- GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del Carceri.* Edizioni Critica dell'istituto Gramsci. Torino, Einaudi, 2007.
- HALLAS, Duncan. *The Comintern.* From www.marxists.org, ultima visualização 23 de outubro de 2012.
- HERNANDEZ, Leila M. G. *Aliança Nacional Libertadora : Ideologia & Ação.* Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985
- J.V. Stálin, 'Sobre os Fundamentos do Leninismo' in, *Obras – 6º vol.*, Editorial Vitória, 1954
- LEITE, Aureliano. *Memórias de um revolucionário.* São Paulo: 1931.
- LENIN. Carta a um Camarada. <http://www.marxists.org/portugues/lenin/1902/09/carta.htm> ultimo acesso em 16/06/2011.

- LENIN, 'Que Fazer', in *Obras Escolhidas*, São Paulo: Editora Alfa-omega, 1982.
- LUCENA, Tarcila. *Marxismo e mídia de esquerda: o caso do jornal A Classe Operária 1928 – 1945*. São Paulo: USP, 2006.
- MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922 – 1989)*. Rio de Janeiro: Revan, 1998.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*, São Paulo, Edições Loyola: 1996.
- MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *História e teoria dos partidos políticos no Brasil*. São Paulo : Editora Alfa-Omega, 1974.
- MICHELS, Robert. *Os Partidos Políticos*. São Paulo: Editora Senzala, 198-.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. *Historial Oral e memória*. História Contexto. São Paulo:1992.
- MORAES, Denis de, e VIANA, Francisco. *Prestes: Lutas e Autocríticas*. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1982
- MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira. *O célebre Miranda: aventuras e desventuras de um militante comunista entre a história e a memória*. 2011: PRAXIS, ano 4 nº5.
- PACHECO, Eliezer. *O Partido Comunista Brasileiro (1922 – 1964)*. São Paulo : Editora Alfa – Omega, 1984.
- PEREIRA, Astrojildo. *Construindo o PCB*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.
- PRESTES, Anita Leocádia. *Da insurreição armada (1935) à “união nacional” (1938 –1945): a virada tática na política do PCB*. São Paulo: Ed Paz e Terra, 2001
- PRZEWORSKI, Adam. *Capitalism and social democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.

- RIBEIRO, Francisco Moreira. *O PCB o Ceara : ascensão e declínio – 1922 – 1947*. Fortaleza; Universidade Federal do Ceara, 1989.
- ROSA, Virgínio Santa. *O Sentido do Tenentismo*. São Paulo: Ed Alfa ômega, 1976.
- ROSE, R.S. e SCOTT, Gordon D. *Johnny*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2010.
- SECCO, Lincoln. *Gramsci e a Revolução*. São Paulo: Alameda, 2006.
- SEILER, Daniel-Louis. *Os Partidos Políticos*. Brasília: Editora UnB, 2000.
- SEGATTO, José Antônio. *Breve História do PCB*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981
- SILVA, Helio: *Historia da Republica Brasileira, Começa a Revolução 1923-1926*. Rio de Janeiro: Editora Três, 1975.
- SOBOLEV, Aleksandr Ivanovich. *A Internacional Comunista*. Lisboa: Edições Avante. 1976.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Contribuição à História do PCB*. São Paulo: Global Editora, 1984.
- SODRE, Nelson Werneck. *A Coluna Prestes*. São Paulo, Circulo do Livro, 1978.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Editoria Civilização Brasileira: 1965.
- VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 1935: sonho realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 1990.
- TAVARES, Rodrigo Rodrigues. *A “Moscouzinha” brasileira: cenários e personagens do cotidiano operário de Santos*. São Paulo: 2004
- TAVARES, Rodrigo Rodrigues. *O porto Vermelho: a maré revolucionária (1930 – 1951)*. São Paulo : Arquivo do Estado: Imprensa Oficial, 2001.
- TELLES Jover. *O Movimento sindical no Brasil*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas. 1981
- ZAIDAN, Michel – *O PCB e a Internacional Comunista : 1922 – 1929*. São Paulo: Vértice, 1988.

WAACK, William. *Camaradas*. São Paulo : Editora Schwartz Ltda, 1993.

Sites:

Site de biografias: <http://www.biblio.com.br> , ultima visita em 18 de setembro de 2012.

Site de biografias da fundação Getúlio Vargas: <http://cpdoc.fgv.br> , ultima visita em 18 de setembro de 2012.

Documentos

Arquivo Astrojildo Pereiram – CEDEM-UNESP

Arquivo Internacional Comunista – CEDEM-UNESP

Inquérito Policial Militar nº 709. *O Comunismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército-Editora, 1966. volumes 1-5

Documento CPJ004-286 do Arquivo do IEB